

AS ÁFRICAS NO SISTEMA- MUNDO CONTEMPORÂNEO

**ENTRE WASHINGTON, MOSCOU E PEQUIM
(1945-2022)**

Mateus José da Silva Santos



Coleção Dinâmicas Contemporâneas
História, Geopolítica & Relações
Internacionais - Vol. 4

Coleção Dinâmicas Contemporâneas
História, Geopolítica & Relações Internacionais
Vol. 4

AS ÁFRICAS NO SISTEMA-MUNDO CONTEMPORÂNEO

**ENTRE WASHINGTON, MOSCOU E PEQUIM
(1945-2022)**



Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências Agrárias: *Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner*

(TITULAR), *Cássio Cassal Brauner* e *Viviane Santos Silva Terra*

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves*

dos Santos (TITULAR), *Felipe Padilha Leitzke* e *Werner Krambeck Sauter*

Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR)*
e *Marla Piumbini Rocha*

Representantes da Área das Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori Neto*

(TITULAR), *Bruno Rotta Almeida* e *Marislei da Silveira Ribeiro*

Representantes da Área das Ciências Humanas: *Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR)*
e *Mauro Dillmann Tavares*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Chris de Azevedo Ramil (TITULAR),*

Leandro Ernesto Maia e *Vanessa Caldeira Leite*

Coleção Dinâmicas Contemporâneas
História, Geopolítica & Relações Internacionais
Vol.4

AS ÁFRICAS NO SISTEMA-MUNDO CONTEMPORÂNEO

**ENTRE WASHINGTON, MOSCOU E PEQUIM
(1945-2022)**

Mateus José da Silva Santos

Pelotas, 2025





Filiada à ABEU

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto
Pelotas, RS - Brasil
Fone +55 (53)3284 1684
editora.ufpel@gmail.com

Seção de Pré-Produção

Isabel Cochrane
Suelen Aires Böttge

Seção de Produção

Preparação de originais
Eliana Peter Braz
Suelen Aires Böttge

Catálogo

Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual

Anelise Heidrich
Suelen Aires Böttge
Letícia da Rosa Soares (Estagiária)

Projeto gráfico e diagramação

Fernanda Figueredo Alves
Alicie Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto

Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção

Marisa Helena Gonsalves de Moura
Eliana Peter Braz
Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico

Alana Machado Kusma

Projeto da Capa

Angélica Knuth

Diagramação & Capa

Fernanda Figueredo Alves

Universidade Federal de Pelotas/ Sistema de Bibliotecas Catalogação na Publicação
Elaborada por Dafne Freitas CRB: 10/2175

S237s Santos, Mateus José da Silva

As Áfricas no sistema-mundo contemporâneo: entre Washington,
Moscou e Pequim (1945–2022) / Mateus José da Silva Santos. –
Pelotas: Ed. UFPel, 2025.

277 p.: il. (Coleção Dinâmicas Contemporâneas – História, Geopolítica
& Relações Internacionais ; v. 4)

E-book (PDF); 2,8 MB

ISBN: 978-85-60696-63-5

1. África – Relações internacionais. 2. Geopolítica. 3. Sistema-mundo.
4. Estados Unidos – Política externa – África. 5. China – Política externa –
África. 6. Rússia – Política externa – África. I. Título. II. Série.

CDD 327.6

Coleção Dinâmicas Contemporâneas
História, Geopolítica & Relações Internacionais

COORDENADOR

Charles Pennaforte

Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Edgar Gandra

Universidade Federal de Pelotas

Georgina Németh Lesznova

Instituto Superior de Relaciones Internacionales "Raúl Roa
García" - Cuba

Gilberto Aranda

Universidad de Chile

Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Roy Williams

Universidade Nacional de Rosario - Argentina

A COLEÇÃO DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS - HISTÓRIA, GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES INTERNACIONAIS tem como objetivo trazer ao público os grandes temas de relevância do cenário nacional e internacional. Para isso conta com a análise de grandes especialistas que aprofundam os seus temas de estudos por meio de uma linguagem acessível e crítica.

SUMÁRIO

- 12 INTRODUÇÃO**

- 25 PARTE I - BASE TEÓRICA**

- 26 1. CAMINHOS ENTRE A ANÁLISE DOS
 SISTEMAS-MUNDO E A HISTÓRIA DA ÁFRICA:
 O DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO CENÁRIO DE
 COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA**

- 28 1.1. A Análise dos Sistemas-Mundo como estrutura
 teórico-metodológica**

- 43 1.2. A trajetória do continente africano em meio
 às transformações do sistema mundial nas
 últimas décadas**

- 57 1.3. O atual quadro de competição estratégica**

- 63 PARTE II - UMA POTÊNCIA EM DECLÍNIO**

- 64 2. PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO CONTINENTE
 AFRICANO: DIFICULDADES DE AFIRMAÇÃO**

- 68 2.1. Estado e diáspora nas relações entre EUA e
 África no pré-Segunda Guerra Mundial (1900-1945)**

- 73 2.2. Washington e a descolonização africana
 (1945-1960)**

- 82 2.3. A Guerra Fria na África (1960-1988)**

- 93 2.4. Desafios de afirmação de uma nova ordem mundial e a incógnita africana (1989-2001)**
- 97 2.5. O Projeto do Novo Século Americano e a recuperação de uma dimensão securitária de relacionamento (2001-2008)**
- 99 2.6. Oscilações e a emergência de um contexto adverso (2009-2023)**

107 PARTE III - NOVOS ATORES GLOBAIS

108 3. UMA ALTERNATIVA HISTÓRICA AO OCIDENTE? A PRESENÇA SOVIÉTICO-RUSSA NA ÁFRICA (1945-2023)

- 111 3.1. Dos Tempos da Influência Indireta (1917-1945)**
- 115 3.2. URSS e África no pós-Guerra (1945-1965)**
- 119 3.3. A dinâmica da Guerra Fria na África e um princípio de recuo (1965-1975)**
- 124 3.4. Retomada de influência (1975-1985)**
- 126 3.5. O retrocesso estratégico e seus efeitos para as relações russo-africanas (1985-1999)**
- 135 3.6. Recuperar o “tempo perdido”? A Rússia de Putin e a retomada de uma política africana (2000-2023)**
- 141 3.7. Entre passado, presente e futuro: a Rússia na África**

143 4. PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO: DE ATOR COADJUVANTE À PROTAGONISTA

- 145** 4.1. Dos tempos da Revolução às iniciativas
Terceiro-Mundistas (1950-1961)
- 152** 4.2. Da competição estratégica aos tempos da
modernização (1961-1980)
- 155** 4.3. Das transformações domésticas às novas
perspectivas para as relações exteriores
(1980-2000)
- 160** 4.4. A China no processo de reafirmação africana:
alcance de protagonismo (2001-2022)
- 166** 4.5. Relações sino-africanas numa perspectiva
histórica

168 PARTE IV - A ÁFRICA EM MEIO AOS ATORES EMERGENTES

- 172** 5. AS RELAÇÕES INTERAFRICANAS E AS
TENTATIVAS DE LIDERANÇA CONTINENTAL
- 174** 5.1. Egito
- 188** 5.2. África do Sul
- 199** 6. ATORES EXTRA-AFRICANOS: ÍNDIA, CUBA
E BRASIL
- 201** 6.1. Índia
- 212** 6.2. Cuba
- 224** 6.3. Brasil

242	CONSIDERAÇÕES FINAIS
250	PARA SABER MAIS
253	REFERÊNCIAS
267	REFERÊNCIAS DAS IMAGENS
273	ABREVIATURAS E SIGLAS
275	SOBRE O AUTOR

INTRODUÇÃO

Em *África Difícil: Missão Condenada*, Raymundo de Sousa Dantas relatou sua experiência enquanto primeiro embaixador do Brasil em Gana. Nomeado pelo então presidente Jânio Quadros, o simbolismo que envolvia a presença do jornalista, o primeiro negro a alçar tal cargo na diplomacia, misturava-se com o desafio de enfrentamento de uma realidade que aparentemente lhe fugia aos olhos. Em suas primeiras considerações, Dantas declarou que “a África não é apenas meia dúzia de países, mas um mundo múltiplo e diverso, verdadeiro mosaico, ainda agora insuficientemente conhecido” (1965, p. 13).

Mais de 50 anos depois, em conferência denominada *História da África e relações com o Brasil*, Kabengele Munanga (2018) estabeleceria algumas das principais bases histórico-sociais que fundamentaram os laços entre as duas partes do Atlântico ao longo de séculos. Em um relacionamento que ultrapassou a esfera de atuação dos Estados e se manifestou em diferentes esferas de formação da sociedade brasileira, o sentido de enraizamento histórico dividiria espaço com os desafios contemporâneos, envolvendo ainda a permanência de determinados estereótipos comuns aos dois vértices e as necessidades ainda crescentes de reconhecimento.

Em 2022, quando a proposta deste livro foi gestada, os desafios ainda não eram tão diferentes. As Áfricas no mundo contemporâneo ainda aspiram inquietação entre os brasileiros. Da manutenção de elevadas

taxas de crescimento mesmo em contextos de recessão global, passando pelo desempenho no enfrentamento à pandemia de covid-19 e alcançando ao quadro de competição estratégica entre diferentes atores da política global, o continente negro continua a representar esse mosaico pouco conhecido que foi mobilizado no discurso de Dantas. Em que pese o reconhecimento de um aumento quantitativo e qualitativo nos estudos sobre as Áfricas nas últimas décadas, além dos esforços institucionais na promoção de medidas favoráveis ao ensino de cultura e história africana nas escolas¹, o oceano físico parece ainda corresponder a um oceano de ideias quando se avalia o nível de interação entre as partes.

Apesar de não assumir categoricamente o compromisso de promover uma reversão nesse quadro, essa contribuição acadêmica dialoga bastante com o cenário traçado. Na proposta de uma travessia histórica e historiográfica acerca dos rumos da África contemporânea, este estudo propõe uma análise relativamente atualizada acerca do quadro geopolítico e geoeconômico envolvendo o continente negro nas últimas décadas, considerando a sua respectiva relevância histórica no contexto das transformações operadas no sistema mundial. Nesse

1 Duas alterações realizadas na Lei de Diretrizes e Bases que regem a educação brasileira visavam a ampliar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em nosso país. Sancionada em 2003, a Lei 10639 estabelecia como um dos conteúdos programáticos a própria História da África, condicionando-a, dentre outras coisas, a sua relação com a compreensão do papel das sociedades negras na formação do Brasil. Cinco anos depois, a Lei 11.645 ratificou, em certa medida, tais intenções, estabelecendo também a obrigatoriedade sobre o ensino de História dos povos indígenas.

sentido, *As Áfricas no Sistema-Mundo Contemporâneo: Entre Washington, Moscou e Pequim (1945-2022)* se soma a outros esforços da academia brasileira que, a partir de produções próprias ou de movimentos de tradução de obras consagradas, buscaram pensar os diferentes desafios de inserção contemporânea dos países africanos nas principais dinâmicas que envolvem a política internacional desde as lutas pelas independências.²

Se um livro não necessariamente se inicia a partir da colocação de suas primeiras palavras, a obra que você, meu leitor, tens em mãos possui ao menos três pontos de partida. No ano de 2022, a proposta de constituição de uma análise crítica sobre o desenvolvimento das relações internacionais do continente africano desde o pós-guerra se transformou em ideia sólida para este autor, somando-se a outros dois processos pessoais que influenciaram no desenvolvimento desta obra. Em 2011, enquanto estudante do ensino básico, os eventos da Primavera Árabe no Egito, Líbia e Tunísia me chamavam atenção, constituindo fenômenos que, a partir das suas complexidades, destacavam-se pelo alcance do interesse internacional. Ao não se constituírem no que poderia ser classificado como um lugar-comum na produção de uma narrativa sobre o mundo no pós-Guerra Fria,

2 Dentre algumas das principais contribuições que, em maior ou menor medida, debruçaram-se sobre o desenvolvimento das relações internacionais contemporâneas a partir do continente africano, podemos destacar Chinweizu (2010), Der Thiam; Mulira (2010) e Edmondson (2010), traduzidos para o português no volume 8 de *História Geral da África*, além de M'Bokolo (2009) e Khapoya (2016). No âmbito das produções brasileiras, podemos citar Rodrigues (1961), Soares (1986), Hernandez (2008) e Vizentini (2010).

tais eventos me fizeram despertar acerca das complexas dinâmicas que envolviam o desenvolvimento da política internacional em diferentes direções, inclusive no continente africano.

Alguns anos depois, já em 2016, a realização de disciplinas no campo da História da África e o início de minha trajetória enquanto pesquisador de temas correlatos assumiriam demasiada importância nessa trajetória que hoje chega a um novo marco. Do projeto Pibic *África e Relações Brasil – África na Imprensa Baiana (1950-2009)* à dissertação de mestrado *Das Potências Não Alinhadas: o Egito e a Política Externa Independente dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)*³, passaram-se cerca de seis anos de constantes travessias intelectuais e epistemológicas pelo Atlântico das ideias, na busca pelo conhecimento por uma parte do globo que homogênea no nome e homogeneizada no tratamento pouco se tornou familiar ao longo da minha infância e adolescência.

Se a História, na clássica definição de Marc Bloch, foi compreendida como a ciência dos homens (e das mulheres) no espaço (e no tempo), seu exercício não escapa às características que envolvem a dimensão da agência do ser chamado historiador. Nesse sentido, os escritos que se seguem são produto de uma complexa interação entre curiosidade, identidade e manifestação, envolvendo diretamente o sentimento de um historiador negro que, no exercício de sua profissão, reconhece

3 O projeto Pibic citado teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e orientação do prof. dr. Claudio Alves Furtado.

os meus e (talvez) os seus limites de conhecimento sobre o continente negro, mas visa a mergulhar em uma trajetória tão rica e complexa. Como um exercício de redescoberta, *As Áfricas no Sistema-Mundo Contemporâneo: entre Washington, Moscou e Pequim (1945-2022)* analisa as interações entre os mais diferentes atores que compõem a vizinhança no Atlântico e as dinâmicas da política e da economia internacional nos últimos 70 anos.

Estabelecendo pontes entre o presente e o passado, avaliam-se as diferentes características no relacionamento dos Estados africanos frente a atores de diferentes estaturas na política global. Considerando a existência de um multifacetado quadro de competição estratégica, propõe-se, a partir de uma perspectiva histórica, um olhar acerca da existência de um processo de transição nas relações internacionais africanas ao longo das últimas duas décadas, marcando certa superação de sua posição relativamente secundária no quadro das transformações globais com o fim da Guerra Fria. Quais os limites e as possibilidades de diversificação das relações externas por parte dos atores africanos no atual contexto? Que papel cumpre o continente negro no quadro do acirramento dos conflitos geopolíticos e geoeconômicos que protagonizam a crise sistêmica? O que representa essa nova fase nas relações internacionais africanas do ponto de vista das oscilações registradas em seu processo de inserção contemporânea no sistema mundial? Essas são algumas das principais questões que nortearam a produção deste estudo.

Entre uma superpotência em declínio (Estados Unidos), novos atores globais (Rússia e China), potências emergentes extra-africanas (Cuba, Brasil e Índia) e atores continentais com importante destaque em diversas páginas de sua História (África do Sul e Egito), busca-se estabelecer uma espécie de genealogia de tais interações, inseridas dentro dos esforços de reinserção do continente no sistema-mundo após as independências e enfrentamento de desafios nas mais diferentes escalas. Na produção de um estudo bibliográfico sobre cada um dos temas, recuperam-se algumas das principais contribuições acadêmicas, em língua portuguesa ou não, sobre os temas citados, na tentativa de produção de um olhar mais abrangente acerca de tais relações.

Em tal exercício, mobiliza-se como principal referencial teórico-metodológico as premissas da chamada Análise dos sistemas-mundo (ASM). Pensada como uma estrutura de investigação voltada tanto ao desafio de interpretação da conjuntura global quanto uma à alternativa de avaliação do desenvolvimento do capitalismo histórico ao longo de séculos, aponta-se para a importância do caráter dinâmico que envolveu o desenvolvimento de um sistema ampliado horizontal e verticalmente a partir da integração assimétrica e complexa entre diferentes espaços. Em meio a um longo processo de sucessão de hegemonias e redefinições do capitalismo histórico, o continente africano sofreu com diferentes formas de exploração que o conduziram para uma posição periférica e vulnerável, trazendo impactos culturais, políticos, sociais e econômicos em diferentes escalas.

Como parte integrante no processo de formação desse sistema (Rodney, 1975), a longa trajetória histórica marcada pela escravidão, os esforços de interiorização da presença europeia, a formação do colonialismo a partir da segunda metade do século XIX e da estruturação de novas formas de subordinação com as independências, limitando as possibilidades de exercício de uma condição soberana, influenciaram no desenvolvimento das relações internacionais dos mais diferentes atores que compõem o continente negro. Por outro lado, diferentes formas de inquietação e resistência diante do quadro histórico herdado ao longo de séculos também influenciariam na inserção dos países africanos na trajetória das lutas antissistêmicas no mundo contemporâneo (Wallerstein, 2017), num processo multifacetado que envolveu, dentre outras coisas, a busca por diferentes formas de inserção autônoma diante das configurações geopolíticas e geoeconômicas do mundo no pós-guerra.

Frente ao recorte temporal em destaque neste estudo, estabelece-se como importante variável de análise sobre o desafio de afirmação do continente africano no pós-guerra os processos de afirmação, consolidação e declínio da hegemonia dos EUA. Na trajetória de formação de uma ordem global centrada em Washington e, posteriormente, a sua desagregação a partir de uma série de fatores de ordem econômica, geopolítica, cultural, militar e social, as relações do continente africano com outros atores do sistema mundial foram impactadas por esse macroprocesso, refletindo nas possibilidades ou não de diversificação

de parcerias externas e constituição de alternativas de cooperação e produção de autonomia.

Este livro é dividido em quatro partes. Num primeiro instante, estabelecem-se os principais fundamentos teórico-metodológicos deste estudo. Para além do reconhecimento das principais premissas da ASM, recuperam-se alguns aspectos mais importantes da trajetória africana desde 1945. Apesar de não se constituir exclusivamente em uma análise sobre a História da África, compreender o desenvolvimento político, econômico e sociocultural do continente, desde o avanço das lutas pela independência, nos permitirá identificar algumas das principais variáveis domésticas que influenciaram no comportamento externo de seus atores. Nesse mesmo capítulo ainda, traçam-se os aspectos mais centrais que compõem o cenário de competição estratégica nas últimas décadas, compreendendo o lugar ocupado pelo continente negro no interior de um profundo caos sistêmico.

Num segundo momento, denominado de potências em declínio, estudam-se as relações entre o continente africano e Washington. Em “Presença Estadunidense no Continente Africano: Dificuldades de Afirmação”, avaliam-se as diferentes fases de interação entre as partes destacadas, com ênfase para a inexistência de uma política sólida e específica da antiga superpotência para o continente negro. Inserida em diversos momentos, nas estratégias mais globais de ação, as relações africano-estadunidenses pouco apresentaram um quadro de complementaridade de interesses, sendo impactadas diretamente pelos contextos de maior competição estratégica ao Leste do Atlântico.

A terceira parte é caracterizada como novos atores globais. Estruturada em dois capítulos, nossos olhares se centram nas relações sino-africanas e soviético/ russo-africanas. Denominado “Uma alternativa histórica ao ocidente? A presença soviético-russa na África (1945-2022)”, a discussão sobre a presença de Moscou no continente negro assume como principal foco o diagnóstico das oscilações registradas ao longo de quase 70 anos. Dos tempos vermelhos à Nova Rússia de Vladimir Putin, o Kremlin desenvolveria um relacionamento complexo envolvendo a ativação de uma memória anticolonial, a constituição de agendas e princípios de interesse comum, além do dilema envolvendo o reconhecimento das capacidades relativas e a produção de uma interação diversificada.

Em “Presença chinesa no continente africano: de ator coadjuvante à protagonista”, avança-se no sentido de reconhecer as diferentes faces históricas das relações entre Pequim e as Áfricas. Considerando o período que sucede a Revolução de 1949, tais interações passaram por profundos processos de mudança, transitando desde os desafios de constituição de legitimidade internacional, afirmação de uma identidade terceiro-mundista e exportação da revolução até alcançar um caráter muito mais pragmático e multifacetado ao longo das últimas décadas.

Na quarta e última parte do livro, o objetivo central consiste no debate envolvendo as potências emergentes. A partir de uma proposta de adaptação histórica de um conceito comumente mobilizado para a compreensão de fenômenos mais contemporâneos

da política internacional, propõe-se avaliar diferentes trajetórias de Estados que tiveram no continente africano um eixo estratégico em suas respectivas projeções internacionais, mesmo não assumindo a condição de uma potência de relevo. A partir de tal formulação, construímos dois capítulos. Em “As Relações interafricanas e as tentativas de liderança continental”, apontam-se algumas características que envolveram o papel da África do Sul e do Egito no sistema de Estados africanos. No primeiro caso, a principal marca diz respeito à transformação de sua posição ao longo de décadas, partindo de uma condição de quase pária nos tempos do *apartheid* para a perspectiva de exercício de liderança continental a partir de sua reinserção nos anos 1990. Em relação aos egípcios, num processo que envolveu diretamente as complexidades de sua identidade e a posição estratégica entre diferentes regiões, expectativas de uma posição mais proeminente se transformaram em certa frustração e, posteriormente, um sentido de desengajamento, obedecendo às orientações mais gerais da inserção internacional do país a partir dos anos 1970.

No último capítulo, “Atores extra-africanos: Índia, Cuba e Brasil”, o destaque reside na constituição de diferentes relacionamentos que, a partir do forjar de identidades diaspórica e terceiro-mundista, pautaram os esforços de projeção global dos três atores a partir de vetores como as interações com as Áfricas. No caso indiano, os tempos de afirmação de uma solidariedade transcontinental e exercício de diálogo na direção de avanços em agendas de interesse comum a partir da

segunda metade dos anos 1940 deram lugar a um relacionamento crescentemente econômico, reflexo das transformações observadas a partir das décadas de 1980 e 1990. De Havana, os desafios geopolíticos que emergiram diante das tentativas de isolamento impostas pelos EUA, e da condição de dependência econômica frente aos soviéticos, contaram também com o desenvolvimento de alguma margem de autonomia a partir dos contatos estabelecidos no Terceiro Mundo. Entre os esforços por inscrição de sua revolução na narrativa das libertações nacionais e manutenção dos processos de transformação radical no antigo mundo colonial, a ilha caribenha estabeleceria um princípio ativo e diversificado de relacionamento, influenciando ativamente nas dinâmicas continentais.

Frente às relações Brasil – África, uma perspectiva oscilante tende a predominar em olhares retrospectivos acerca dessa trajetória de mais de seis décadas. Interagindo diretamente com momentos de produção de maior autonomia na atuação externa do país, o diálogo com o continente negro assumiria múltiplas dimensões envolvendo a internacionalização do capitalismo brasileiro, a construção de mecanismos de cooperação e ampliação das relações políticas, a dimensão identitária e as perspectivas de produção de uma legitimação discursiva dos esforços de aproximação, além da movimentação de atores institucionais e sociais que, a partir de interesses específicos, buscaram moldar tais interações.

Convém destacar, ainda, três características que ultrapassam a produção deste livro. Em primeiro lugar, a diversidade dos atores aqui destacados e o reconhe-

cimento de suas diferentes posições no âmbito do desenvolvimento do sistema mundial contemporâneo não reduz a importância de outros Estados que influenciaram, em maior ou menor medida, as perspectivas de reinserção do continente negro a partir do pós-guerra. Se considerarmos como vetores históricos de formação das relações externas africanas seus contatos com os mundos capitalista e socialista, o antigo Terceiro Mundo ou atual Sul Global, além do próprio desenvolvimento das relações interafricanas, não se pode descartar a relevância das interações com as antigas metrópoles europeias, os Estados árabes do Golfo Pérsico ou mesmo outros atores como Turquia, Israel e o Japão. Contudo, compreendendo a articulação entre a trajetória do sistema mundial e as dinâmicas envolvendo o continente africano, os Estados selecionados para esta análise contribuem para o desenvolvimento de um panorama histórico atualizado.

Em segundo lugar, diante do compromisso em recuperar as principais etapas de desenvolvimento do relacionamento do continente africano com os países sugeridos na análise, um mesmo processo histórico poderá ser tratado em mais de um capítulo. Diante da emergência de conflitos internacionalizados e da existência de agendas que ultrapassaram a esfera continental, a compreensão das principais formas de interação de cada um dos Estados em questão exigirá a apresentação de abordagens diversificadas sobre um mesmo processo.

Em terceiro lugar, dentro dos esforços de compreensão do caráter plural das relações internacionais do continente africano, o reconhecimento de casos

paradigmáticos que envolveram a interação das potências e dos atores emergentes destacados alimentará as nossas análises. Tal exercício, ainda que limitado, poderá contribuir para um olhar multifacetado acerca de uma trajetória dilatada a partir de um ponto de vista espaço-temporal.

Num mundo em transição, avaliar as principais características que compõem o cenário da política internacional se torna um objeto desafiante para historiadores, internacionalistas, politólogos e outros profissionais das ciências humanas. Esperamos que este livro não traga consigo um ponto final simbólico, mas proporcione a você, leitor, um renovado interesse pela história da África contemporânea a partir de um olhar centrado nas relações internacionais. Boa leitura!

PARTE I

BASE TEÓRICA

1 CAMINHOS ENTRE A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO E A HISTÓRIA DA ÁFRICA: O DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO CENÁRIO DE COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA

Entre 1945 e 2022, a inserção africana nas dinâmicas mais gerais de desenvolvimento do sistema mundial assumiu diferentes características que, em maior ou menor medida, transitaram entre o aumento da margem de manobra diante da elevação do quadro de competição estratégica e contextos de maior retração frente às transformações globais e regionais. Em meio a tais oscilações, os desafios acumulados a partir de séculos de desenvolvimento marginal na estrutura capitalista e os impasses vividos pela afirmação dos novos atores internacionais, diante dos constrangimentos à sua própria condição soberana, pautaram alguns dos principais momentos de interação entre a trajetória do continente e o desenvolvimento da política internacional nas últimas décadas.

Nesse sentido, este capítulo lança as principais bases teórico-metodológicas e históricas que sustentam este estudo, ainda que de caráter introdutório, acerca das Áfricas no sistema-mundo contemporâneo. Entre estrutura e conjuntura, passado, presente e futuro, busca-se articular premissas da Análise dos sistemas-mundo e

aspectos mais gerais da história da África contemporânea no sentido de avaliar parte do desenvolvimento de seus atores diante das transformações globais.

Compreendida enquanto recurso de interpretação da conjuntura global e ferramenta de análise das dinâmicas internacionais nas mais diversas temporalidades, a ASM se torna um importante ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo histórico e suas principais características a partir do complexo relacionamento envolvendo centros de acumulação e suas respectivas periferias. Ao propor uma leitura sofisticada sobre a formação de uma nova ordem global no pós-guerra, num processo de consolidação de uma transição hegemônica favorável aos EUA, e o início de um movimento de desagregação desse mesmo ciclo a partir dos anos 1970, avalia-se o papel do continente africano diante de tais mudanças, observando a movimentação de diferentes atores que, na condição de protagonistas ou não da política internacional, construíram diferentes condições de ação diante dos novos países independentes ao longo da segunda metade do século XX.

Sob um ponto de vista histórico, uma leitura sobre a chamada África contemporânea perpassa por um olhar crítico acerca das principais características que permearam o seu desenvolvimento desde o fortalecimento das lutas anticoloniais com o fim da Segunda Guerra Mundial. Articulado com os impasses relativos ao próprio desenvolvimento e afirmação das independências, o desenvolvimento das relações externas assumiria contornos distintos ao longo das décadas em questão,

assumindo desde a produção de uma diversidade político-ideológica diante do acirramento das disputas geopolíticas quanto às propostas de construção dos Estados até o advento de supostos discursos e projetos universalistas diante de cenários de reposicionamento global.

Na trajetória mais recente, o atual quadro de competição estratégica envolvendo potências em declínio, novos atores globais e Estados emergentes contrasta com mais de uma década de marginalização geopolítica a partir do fim da guerra fria. Sem necessariamente ser composto por um sentido de disputa entre diferentes sistemas de poder como no contexto da guerra fria, o cenário contemporâneo reafirma o caráter estratégico do continente em meio à crise sistêmica, reflexo do crescente e multifacetado interesse de diferentes atores da política global pelos rumos políticos, econômicos e sociais do continente negro.

Considerando tais questões, passa-se a uma leitura de reconhecimento da ASM como estrutura teórico-metodológica favorável à compreensão das relações entre a África contemporânea e o atual quadro internacional.

1.1. A Análise dos Sistemas-Mundo como estrutura teórico-metodológica

Como explicar tendências de acomodação entre sistemas de poder em conflito ao longo de décadas? Quais os sentidos de um conflito entre uma potência em declínio e um novo ator global em meio ao quadro de interdependência econômica? O que dizer sobre o mundo após a Guerra Fria diante de uma série de

conflitos e impasses que assumem um caráter muito mais contínuo e descontínuo? O que esperar da política internacional diante das tendências de aprofundamento do declínio dos EUA e das perspectivas quanto ao desenho de uma nova configuração geopolítica a partir do mundo Pacífico?

Além de polêmicas, essas e outras questões ilustram um ambiente de incertezas que cerca o desenvolvimento do sistema mundial ao longo de pelo menos quatro ou cinco décadas. Entre manifestações acerca de uma possível coexistência entre as superpotências na Guerra Fria e o desenho de novos contornos geopolíticos conflituosos entre uma potência em declínio (os EUA) e novos atores globais (Rússia e China), o mundo transitou por diferentes configurações e/ou expectativas acerca do que poderia ser uma nova ordem global. Tendo como um dos vetores formativos do campo a própria dinâmica envolvendo a produção teórica e a dimensão da experiência envolvendo processos e atores, estruturas e conjunturas (Halliday, 2007; Lage, 2007), as Relações Internacionais também se alimentaram a partir das inquietações acerca da natureza e dos ritmos das transformações ocorridas a partir de então, contribuindo para o desenvolvimento de novos debates sobre a sua capacidade explicativa, além das suas contribuições acadêmicas e intelectuais acerca dessa evolução.

Num quadro teórico marcado pelas insuficiências das correntes clássicas em explicar as mais diferentes facetas da política internacional, bem como do desenvolvimento de diferentes trocas entre as Relações Internacionais e outros campos de conhecimento, a Análise

dos sistemas-mundo se constituiu em uma importante alternativa de leitura conjuntural e estrutural acerca das principais características do capitalismo histórico e suas perspectivas futuras. Apesar de não constituir diretamente a condição de uma Teoria das Relações Internacionais, suas principais premissas seriam incorporadas por internacionalistas e outros profissionais que, no exercício de interpretação dos processos transnacionais, assumiram um olhar crítico acerca dos mais diferentes atores e dinâmicas que envolveram o desenvolvimento de um complexo sistema de alcance global.

Entre seus principais proponentes, dois intelectuais que compartilharam uma trajetória intelectual com relativas semelhanças. Da Itália, Giovanni Arrighi transitaria entre os estudos acerca do desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo e a produção de um olhar mais abrangente acerca do desenvolvimento do sistema mundial e da própria genealogia do capitalismo. Em uma obra clássica como *O Longo Século XX*, esse autor oferece uma interessante leitura acerca do processo de formação de um sistema pautado pelas transformações promovidas a partir de uma “interminável” acumulação de capital (Arrighi, 1996, p. 32), capaz de redimensionar as relações entre os mais diferentes atores sujeitos a tal dinâmica. Além da apropriação de diferentes conceitos como a formulação gramsciana sobre hegemonia e contribuições da Historiografia Francesa como a noção de *long durée*, Arrighi estabeleceria um sentido relativamente inovador em suas análises ao defender a existência de um processo de desagregação de uma ordem mundial liderada pelos EUA já a partir dos anos 1970.

Figura 1 - Giovanni Arrighi



Fonte: KKHARRIS, 2007 - CC BY - SA 3.0 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons.

Dos EUA, Immanuel Wallerstein também desenvolveria um olhar crítico quanto à dinâmica da economia global, partindo também de estudos sobre o desenvolvimento no chamado Terceiro Mundo e alcançando a produção de um olhar mais abrangente quanto à historicidade do sistema capitalista. Conforme Pedro Vieira (2021), a trajetória intelectual e política do sociólogo estadunidense esteve correlacionada com o continente africano, com movimentações que reuniram desde a produção de estudos específicos sobre a descolonização, o estabelecimento de contatos com africanistas e a realização de visitas em diferentes países.

Em trabalhos como *O Declínio do Poder Americano*, o autor estadunidense desenvolve uma série de considerações acerca do que considera como um processo de “aterressagem forçada da águia” (Wallerstein,

2004, p. 21), isto é, a abertura de uma fase de transformação no sistema global a partir do fim de um ciclo de acumulação liderado por Washington. Dentre algumas das principais inovações do sociólogo, destacaram-se a lapidação do conceito de “movimentos antissistêmicos”, uma tentativa de aglutinação de “dois tipos de movimentos históricos e populares originados na segunda metade do século XIX, mas ao mesmo tempo rivais” (Pennaforte, 2020, p. 51). Entre movimentos sociais e movimentos nacionais, tais coletividades assumiram a dianteira na luta por diferentes níveis de emancipação política, econômica e social nas fronteiras estatais. Apesar de não ter se constituído inicialmente numa categoria de análise das relações internacionais, tal formulação possui certo potencial explicativo quanto às mais diferentes dinâmicas da luta social e política no mundo em desenvolvimento e na periferia ao longo do século XX e XXI.

Figura 2 - Immanuel Wallerstein



Fonte: KOUPRIANOV, 2008 – CC BY – SA 3.0 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons.

Em que consiste a ASM? Além de sua capacidade de resposta quanto à natureza das transformações ocorridas na política internacional a partir do fim dos anos 1960, um de seus vetores de origem diz respeito à crítica epistemológica ao modelo dominante de análise socioeconômica a partir das Ciências Sociais até então (Pennaforte, 2023). Além da crítica ao que se observava como a produção de um olhar fragmentado acerca dos mais diferentes objetos a partir da lógica eminentemente disciplinar e regida por dicotomias como o passado e o presente ou mesmo ocidente e o oriente. Ainda em diálogo com algumas das principais premissas teóricas vigentes até então, outro sentido crítico da ASM se desenvolvia em relação à chamada Teoria da Modernização:

Embora para alguns analistas, a ASM se apresente como uma adaptação da TM, por apresentar uma explicação do processo de desenvolvimento econômico atrelado à dinâmica Centro (países ricos), Periferia e Semiperiferia (países subdesenvolvidos), Wallerstein afirma que '[...](a) intenção original da análise dos sistemas-mundo (era) o protesto contra a teoria da modernização'. Nesse processo, os países pobres levariam desvantagens qualitativas nos termos de troca entre produtos de pouco valor agregado (matérias-primas, por exemplo) e produtos de alto valor agregado (industrializados), oriundos das nações mais desenvolvidas (Centro) do sistema-mundo capitalista. O desnível tecnológico entre as nações seria o ponto central no mecanismo de atraso econômico e social e na manutenção desse *status quo* (Pennaforte; Luigi, 2020, p. 90-91).

No contraponto ao discurso universalizante e evolucionista da teoria da modernização, a ASM estabeleceu novos parâmetros de compreensão das assimetrias do sistema internacional a partir da existência de entraves estruturais que sustentam a própria dinâmica capitalista e incidem diretamente nas possibilidades de elevação da posição de um determinado ator a partir de mecanismos intrínsecos ao processo de produção e reprodução do capitalismo sistêmico. Nessa perspectiva, reconhecendo a existência de lógicas e formas distintas de expressão de poder entre atores situados no centro e na periferia do sistema, a proposta teórica em questão apontou para a trajetória heterogênea de formação do capitalismo em mais de seis séculos (Arrighi; Silver, 2001), transitando entre fases de maior estabilidade e momentos de intensa competição entre os atores.

Para Charles Pennaforte (2023), a ASM possui ao menos três influências intelectuais: a escola dos Annales; o marxismo e a teoria da dependência. Dialogando com a segunda geração do movimento que consagrou o processo de renovação da historiografia francesa a partir das primeiras décadas do século XX, os teóricos da ASM importaram do pensamento de Fernand Braudel a noção de longa duração e parte de uma estrutura de análise sobre o desenvolvimento capitalista que, para além da dimensão da produção, apontava para outros componentes como a circularidade de capital e produtos, além da dimensão da vida cotidiana. Em relação ao primeiro conceito, a valorização dos diferentes ritmos e intensidades que compõem o fenômeno histórico se exemplifica pelo complexo envolvendo a existência de regularidades em meio a processos de transformação. Transpondo tal construção para a compreensão do capitalismo, a ASM desenvolveu uma perspectiva de compreensão acerca de sua trajetória histórica que considerou tanto a existência de ciclos fundamentados pela existência de um ator capaz de ocupar a centralidade no processo de acumulação quanto o advento de fases de desagregação dos ciclos, denominada de transição hegemônica. Nesse sentido, a emergência de novas fases de competição entre os atores, bem como a expansão do sistema num sentido global, não romperiam, até então, com esse caráter sucessório observado em quase seis séculos.

A própria noção de sistema-mundo se apropria do conceito braudeliano de economia-mundo. Para o francês, esta última diz respeito a:

um fragmento de universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica (Braudel, 2009, p. 12).

Assumindo, portanto, o caráter de uma unidade fundamentada pelas diferentes relações econômico-sociais, políticas e culturais entre seus atores, a noção de economia-mundo chamava atenção para a existência de diferentes arranjos entre povos, Estados e civilizações que fundamentariam o desenvolvimento de redes de intercâmbio, a partir de uma lógica vertical. A partir da ASM, o conceito de sistemas-mundo foi compreendido como uma divisão territorial do trabalho multicultural, recuperando sua dimensão hierárquica e articulada com diferentes esferas da realidade, admitindo diferentes formas de inscrição no tempo e no espaço.

Outra base intelectual de construção da ASM residiu no marxismo. Além das preocupações com a chamada totalidade histórica, na contramão de uma perspectiva fragmentada de análise do social, a dialética assume um caráter de motor da própria narrativa sobre o desenvolvimento do sistema, ao considerar o processo de formação de contradições a partir dos mesmos movimentos que outrora construiriam a base para a formação de um ciclo de relativa estabilidade. Dialogando também com as premissas mais gerais das contribuições do marxismo para o estudo das relações internacionais, a ASM também incorpora esse “sistema de relações e fluxos transfronteiriços” (Martins, 2012, p. 73) às dinâmicas mais gerais da luta social dentro

e fora dos Estados. Nesse sentido, compreendendo o desenvolvimento do sistema-mundo como intrínseco à própria história de formação e expansão do capitalismo, a ASM reafirma a existência de um caráter diversificado de atores que compõem as relações internacionais, inclusive as próprias classes, além de chamar atenção para a existência de outras condicionantes que influenciam no comportamento dos sujeitos estatais ou não estatais, para além dos interesses envolvendo poder e sobrevivência.

Por fim, a teoria da dependência também fornece substrato à ASM. Na compreensão das diferentes formas de produção e reprodução do capital a partir das assimetrias que estruturam as relações entre atores que constituem um sistema, os teóricos da dependência também problematizaram os sentidos mais gerais da teoria da modernização, apontando para a ampliação no fosso entre centro e periferia por meio dos consecutivos processos de transformação do capitalismo. Para Amado Cervo, as principais ideias que envolveram a formação da teoria da dependência foram:

- a) O subdesenvolvimento se liga a relações de dominação e dependência entre os povos; b) constitui fenômeno histórico mundial inerente às estruturas que se definiriam com a evolução do capitalismo; c) comporta o conluio de interesses no centro e na periferia, de modo a favorecer, no interior das sociedades e Estados de ambos os lados, os interesses de segmentos sociais dominantes; d) por essa razão, consciência e cultura são afetadas, como se desenvolvimento e subdesenvolvimento fossem mutuamente necessários e benéficos; e) o subdesenvolvimento impregna também o poder,

ou seja, a política e seu processo decisório; f) estabelece-se, enfim, a interdependência dependente, vale dizer, o fato de uns países terem economia e poder condicionados à economia e ao poder de outros países (Cervo, 2008, p. 16).

Além do reconhecimento das assimetrias do sistema a partir de características estruturais e estruturantes do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo histórico, os teóricos da dependência estabeleceram uma leitura crítica acerca dos limites de emergência dos Estados subdesenvolvidos a partir de mecanismos do próprio sistema.

A partir de tal arcabouço teórico, os intelectuais vinculados à ASM desenvolveram uma nova perspectiva de compreensão sobre o processo de transformação do sistema-mundo, considerando a existência de diferentes ciclos de acumulação a partir de uma ordem centrada em um determinado ator. Definindo como hegemonia o exercício de uma governança global, centrada numa espécie de inflação do poder, a conciliação entre capacidade de coerção e a existência de mecanismos de construção de consenso se configurou como um dos principais vetores de formação de uma nova etapa no interminável processo de acumulação capitalista. Em meio a tal premissa, Arrighi e Wallerstein reconhecem a existência de ao menos quatro ciclos: o genovês/ibérico entre os séculos XVI e XVII; o holandês entre os séculos XVII e XVIII, o britânico no século XIX e o estadunidense em parte do século XX, sendo os três últimos considerados como exercícios hegemônicos de poder.

Após 80 anos de competição entre EUA e Alemanha pela sucessão do imperialismo de livre comércio dos britânicos, a vitória estadunidense acarretou a abertura de condições para a formação de uma nova ordem global centrada em Washington. Tal processo reuniu diferentes movimentações. Assumindo um caráter muito mais institucionalizado do que o período da *pax britânica*, mecanismos como a criação do FMI, Bird e Gatt assegurariam o monopólio estadunidense sobre a liquidez mundial, enquanto que a formação da ONU possibilitaria a emergência de uma nova estrutura política multilateral capaz de contribuir para a reafirmação dessa nova ordem. Ainda na esfera econômico-financeira, além da liderança no processo de reconstrução do capitalismo na Europa e no Leste Asiático, a articulação entre domínio econômico e projeção geopolítica com a Guerra Fria estabeleceu novos sentidos de expansão do capitalismo de corporações, ampliando a presença do capital estadunidense nos quatro cantos do globo.

Como um terceiro vetor dessa nova ordem, a divisão desigual de zonas de influência estabelecida em Yalta e a evolução das tensões entre os blocos de poder na Guerra Fria consolidariam um novo cenário geopolítico, marcado pela existência de um desafio ideológico a essa ordem e, ao mesmo tempo, a criação de condições para sua própria sustentação a partir de processos como a corrida armamentista e tecnológica, as características da competição entre as superpotências e a existência de um paradoxal cenário de margem de manobra para os atores situados à margem dos dois grandes blocos.

Considerando o declínio como um produto multifacetado dos mesmos fatores que produziram a ascensão dos EUA, Arrighi e Wallerstein estabeleceram algumas variáveis analíticas sobre o processo de desagregação da ordem consolidada com o fim da Segunda Guerra Mundial. Para o italiano, os sinais de uma crise global a partir do fim dos anos 1960 e início da década de 1970 envolveram diferentes fatores como o fim do monopólio estadunidense sobre a liquidez mundial, estimulado pelo aumento da influência do setor privado nas finanças globais, a derrota militar na Guerra do Vietnã e a perda de legitimidade da cruzada anticomunista, além da formação de poderosos blocos envolvendo organizações governamentais e empresariais.

Para o pensador estadunidense, esse mesmo processo envolveria um conjunto de transformações político-culturais e econômicas. Numa fase que se estenderia por pelo menos 30 anos (1968-2001), os sinais do declínio poderiam ser vistos em ao menos quatro eventos simbólicos. Nas chamadas revoluções mundiais de 1968, a denúncia sobre alguns dos principais vetores constituidores da antiga ordem foi acompanhada por um processo complexo de revitalização das utopias, envolvendo a emergência de críticas acerca das estratégias e da práxis política das esquerdas e de segmentos que outrora defendiam um ponto de vista alternativo à ordem. A Guerra do Vietnã, além de representar um importante contraponto ao discurso de superioridade militar dos EUA, teve seu desfecho no contexto de elevação da competição intercapitalista a partir da recupe-

ração das economias europeia e japonesa, representando um ônus para Washington.

A queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da Guerra Fria proporcionaram um princípio de incerteza quanto à natureza dos laços entre EUA e as potências capitalistas ao colocar término ao cimento ideológico que sustentava os sentidos de dependência estratégica dos últimos em relação ao primeiro ator. Além disso, o encerramento do conflito bipolar também provocou certa revisão nas relações com o Terceiro Mundo. Por fim, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, além de se tornarem um pontapé para a aceleração do declínio, tornou-se um “grande desafio ao poder dos Estados Unidos” (Wallerstein, 2004, p. 31), especialmente diante das características do oponente.

Nas duas leituras, o sentido de declínio não assume uma trajetória linear e tampouco uma configuração teleológica. No primeiro caso, os dois autores reconhecem a existência de movimentações estadunidenses no sentido de frear tal dinâmica geopolítica, sendo um exemplo comum a leitura acerca do desenvolvimento do neoliberalismo e a corrida armamentista dos anos 1980. Os principais expoentes da ASM também não assumem categoricamente a previsão de emergência de um novo ciclo de acumulação liderado pela China, mesmo diante do reconhecimento de inflexões envolvendo o chamado mundo Atlântico e o mundo Pacífico e da emergência de novos atores globais a partir das últimas décadas.

Entre uma releitura sobre séculos de desenvolvimento de um sistema capitalista ampliado vertical e horizontalmente entre diferentes atores e a produção de

um diagnóstico crítico sobre a evolução da conjuntura global nas últimas décadas, a ASM se notabilizou como uma “abordagem alternativa e contra- hegemônica” ao *mainstrain* das relações internacionais” (Voigt, 2007, p. 101). Além de atribuir nova historicidade ao desenvolvimento do capitalismo a partir da sucessão de hegemonias e fases de desagregação de ordens internacionais, tais estudos também redefiniram a noção de agência na compreensão dos processos globais, observando novas unidades de análise como a própria dimensão do sistema-mundo e observando as atribuições do Estado na engrenagem do processo de acumulação de capital (Voigt, 2007; Pennaforte, 2023).

Como toda e qualquer proposta teórica, a ASM também possui aspectos críticos e determinados limites.⁴ João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005) chamam atenção para a mobilização de uma concepção ainda instrumentalizante do Estado a partir do papel exercido pelas classes dominantes em sua direção, secundarizando as complexidades envolvendo a atuação dos atores sociais em sua estrutura e mesmo avaliando a tomada de iniciativas que vão além dos interesses econômico-financeiros. Do nosso ponto de vista, outro desafio reside na identificação de processos que fogem à lógica unilateralista no relacionamento entre centro

4 Um dos objetos de divergência entre Arrighi e Wallerstein, segundo o primeiro autor, é a compreensão sobre as origens da formação de uma nova hegemonia no sistema-mundo. Enquanto o último atribui a existência de supostas propriedades sistêmicas como fator importante, o primeiro defende que os processos de constituição de hegemonia redefiniram o próprio sistema e alteraram suas propriedades (Arrighi; Silver, 2001).

e periferia, apontando para as diferentes configurações de tais contatos em nível regional e local, bem como identificando contextos e processos pelos quais atores situados em posições secundárias adquirem maior capacidade de barganha e se tornam capazes de constranger a atuação das hegemonias.

De qualquer forma, apontam-se diferentes possibilidades de aplicação da ASM enquanto recurso de interpretação histórica e geopolítica sobre as dinâmicas contemporâneas, com enfoque para os desafios de inserção internacional do continente africano a partir do pós-Guerra. Em meio aos processos de ascensão, afirmação e crise da hegemonia dos EUA, as Áfricas ocupariam um espaço relativamente relevante nos movimentos de reconfiguração da ordem global. Tal trajetória se tornaria ainda mais complexa diante do reconhecimento das suas próprias questões que emergiram com o fim da descolonização, os desafios de construção dos Estados-Nação e as especificidades de seu desenvolvimento nas últimas décadas.

43

1.2. A trajetória do continente africano em meio às transformações do sistema mundial nas últimas décadas

Para o historiador Éric J. Hobsbawm (2017), a descolonização assumiu a condição de um dos fatores que mais alteraram a política global no século XX. Tal constatação ultrapassa o reconhecimento da dimensão quantitativa que envolveu o processo de ampliação dos atores que compunham a cena global, alcançando

também o reconhecimento de uma série de desafios comuns que, na produção de agendas e dilemas na vida dos novos Estados Independentes, ocupariam alguma relevância no desenvolvimento do chamado “breve século XX”.

Assim, em meio às interações entre as Áfricas e as dinâmicas contemporâneas do sistema mundial, a articulação entre a trajetória do continente e os processos de ascensão, consolidação e crise da hegemonia estadunidense se torna uma importante ferramenta de avaliação das características das suas relações internacionais. Nesse exercício, propomos uma adaptação da periodização proposta por Paulo Fagundes Vizentini sobre o desenvolvimento político do continente:

A vida política africana, por sua vez, desenvolveu-se em seis fases bem definidas: 1) a ascensão à independência; 2) a formação de um sistema de Estados africanos; 3) os conflitos da guerra fria; 4) a ‘pacificação’ e a marginalização; 5) a reinserção da África do Sul e o conflitivo reordenamento geopolítico da África Central e 6) reafirmação africana (2010, p. 10).

44

Entre descolonização, Guerra Fria e globalização, a trajetória política africana transitaria por diferentes fases que envolveriam não somente os desafios de construção dos Estados-Nação, mas também a perspectiva de acomodação diante das transformações ocorridas em nível global e regional. A existência das seis fases sugeridas por Vizentini se encontram sobrepostas em relação a três grandes momentos da trajetória africana: 1) A década do otimismo (anos 1960-1970), caracterizada

pelas expectativas sobre o alcance do desenvolvimento e afirmação das soberanias políticas; 2) A década da desilusão (anos 1980), marcada pela assimilação dos fracassos envolvendo os projetos de desenvolvimento do início da era pós-independência e aumento da vulnerabilidade externa; 3) O renascimento africano (anos 1990-2000), marcado pela coexistência entre a permanência de diferentes desafios sociais e as expectativas quanto ao advento de uma era de crescimento econômico, algum nível de estabilização política e reversão do cenário de marginalização geopolítica com o fim do conflito bipolar.

O período que se iniciou com o fim da Segunda Guerra Mundial e se estenderia ao menos até 1960 foi marcado pelo fortalecimento das lutas anticoloniais em praticamente todas as partes do continente africano. Das independências das antigas possessões francesas na África do Norte a partir da segunda metade dos anos 1950 até ao advento do chamado ano da África em 1960, o colonialismo seria varrido de boa parte do continente a partir de diferentes estratégias de ação política.

Assumindo diferentes configurações espaço-temporais, a descolonização africana apresentou diferentes vetores. Por meio de uma leitura bibliográfica diversificada, admitem-se ao menos os seguintes fatores: a) O declínio dos antigos impérios coloniais, fortemente atingidos pelos efeitos da Segunda Guerra em território europeu e pelo nível de desagregação promovido pelo desenvolvimento do conflito em outras praças; b) As frustrações de diferentes segmentos da sociedade colonial com o descompasso entre o compromisso assu-

mido junto às metrópoles nos esforços de guerra e as limitadas reformas políticas e socioeconômicas promovidas até então; c) O fim do mito da invencibilidade do homem branco a partir do nível de destruição registrado em solo europeu e em outras partes do continente, bem como a capacidade de ação de povos não brancos em relação aos senhores coloniais; d) Fortalecimento dos movimentos de solidariedade transnacionais; e) Emergência de uma nova ordem internacional protagonizada por atores não necessariamente vinculados com o colonialismo contemporâneo; f) Criação da ONU e crescente incorporação dos novos atores independentes na África e na Ásia; g) Quadro de transformações nas sociedades coloniais e dificuldades de construção de respostas a partir das administrações estruturadas pelas metrópoles. Não necessariamente constituindo uma ordem de prioridade acerca do nível de relevância dos fatores, a descolonização assumiria um caráter internacionalizado que, a despeito das especificidades existentes no interior de um mesmo império ou entre impérios distintos, reuniria diferentes aspectos de ordem sistêmica, regional e doméstica.

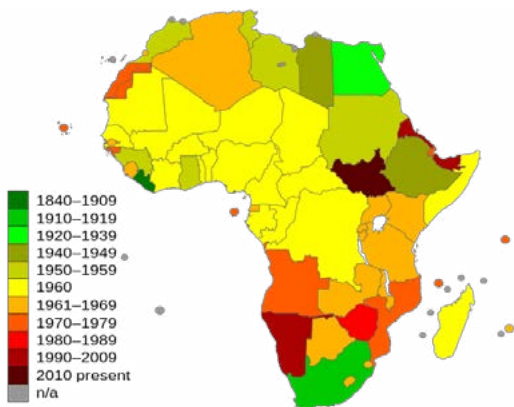
46

Do ponto de vista das estratégias ou caminhos para a construção das independências, Paulo Fagundes Vizontini (2010) chama atenção para a existência de ao menos quatro vias. Num primeiro plano, a existência de um processo negociado entre as metrópoles e as elites locais, marcado sobretudo pela gradativa concessão de autonomia e transferência de poder. Num segundo, a exploração das diferenças políticas e ideológicas ou mesmo étnicas entre diferentes coletividades, num

movimento de neutralização ou contrabalanceamento das metrópoles ou de superpotências como os EUA em relação a projetos que abertamente defendiam uma ruptura mais radical com o colonialismo e as demais formas de dominação externa. Como uma terceira possibilidade, o desenvolvimento de conflitos armados entre potências coloniais e movimentos de libertação externalizou os níveis de mobilização político-social em prol da luta contra a situação de opressão e marginalização. Por fim, o apoio a facções conservadoras e a vinculação da luta anticolonial ao discurso hegemônico da Guerra Fria estimulava a produção de alianças que tendiam a favorecer uma descolonização dentro das bases estipuladas pela geopolítica do conflito bipolar e pelos interesses das metrópoles.

Figura 3 – Descolonização africana

47



Fonte: MEHMETAERGUN; NOBELIUM, 2007 – CC BY – SA 3.0 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons.

Apesar dos esforços em sistematizar uma realidade demasiadamente complexa, tal modelo é merecedor de algumas ressalvas. Mesmo processos que envolveram algum tipo de negociação, a exemplo do que consagraria a independência de Gana, não necessariamente estiveram isentos de conflitos das mais diferentes faces. No caso citado, não se pode desconhecer o papel das greves enquanto instrumentos de luta política. Em segundo lugar, o próprio processo de costura de alianças se revelava um aspecto complexo diante das dificuldades de leitura sobre a natureza dos movimentos anticoloniais e suas perspectivas de atuação na esfera internacional. Conforme se verá nos próximos capítulos, a agenda independentista assumiria diferentes configurações conforme os interesses específicos de cada uma das superpotências, além dos próprios atores emergentes no seio do chamado Terceiro Mundo.

48

Com o advento das independências na maioria dos territórios outrora ocupados pelos europeus, inúmeros desafios marcavam o horizonte das novas elites governantes frente aos objetivos de afirmação das soberanias, construção dos Estados-Nação e criação de condições para a superação do subdesenvolvimento. Conforme uma das clássicas premissas de Kwame Nkrumah sobre o futuro dos novos atores, a construção do chamado “reino político” obedeceu ao campo das prioridades dos novos governos. Tal concepção dialogava, em certa medida, com o que vigorou majoritariamente entre os chamados movimentos antissistêmicos ao longo de toda

a primeira metade do século XX.⁵ A partir da chamada estratégia dos dois passos (Wallerstein, 2004), a crença na conquista do Estado como ponto de partida para o exercício de transformações sociais, culturais e econômicas mais profundas pavimentou o horizonte das novas lideranças que chegavam ao poder.

Quais as principais questões que envolviam esse processo? As condições objetivas após séculos de marginalização na estrutura do desenvolvimento capitalista e a própria natureza do empreendimento colonial relegou aos territórios uma elevada vulnerabilidade externa, economias pouco diversificadas e que pouco acompanharam o desenvolvimento tecnológico e industrial após a segunda revolução. Além disso, do ponto de vista da formação da mão de obra qualificada, a saída das potências coloniais culminou, em maior ou menor

5 Compreende-se como movimentos antissistêmicos a conjunção entre diferentes formas de atividade sociopolítica organizada que emergiram no seio das contradições do desenvolvimento do capitalismo histórico a partir do século XIX. De caráter popular, tais agrupamentos eram divididos entre movimentos sociais, direcionados à luta de classes, e movimentos nacionais, voltados para a criação de novos Estados (Arrighi; Hopkins; Wallerstein, 1989; Wallerstein, 2017). Apesar das diferenças de objetivos e compreensão acerca das características mais centrais de suas respectivas lutas, as organizações geralmente comungavam acerca de diferentes elementos como a reivindicação de um caráter revolucionário, a luta pela sobrevivência diante das dificuldades organizacionais, a produção de debates estratégicos que consolidariam a via estatal de ação, a articulação de suas respectivas ações com o reconhecimento de diferentes formas de solidariedade e identidade, o compartilhamento de formas de mobilização social e a tênue linha entre reforma e revolução como horizontes políticos (Wallerstein, 2004).

medida, com a desestruturação das burocracias, exigindo um contingente de pessoal técnico administrativo em nível nacional.

Do ponto de vista da construção da Nação, a preservação das fronteiras herdadas pela colonização ampliou os desafios de formação de “comunidades imaginadas” coesas. Diante da diversidade étnico-cultural verificada em diferentes Estados, o conceito de nação à luz da tradição ocidental encontraria barreiras diante do desenvolvimento sócio-histórico de territórios redefinidos a partir do domínio europeu e, do ponto de vista conjuntural, influenciados ativamente pelas disputas de poder em nível regional e global.

Em relação à reinserção externa dos atores então independentes, outras questões influenciavam diretamente na trajetória política dos Estados. Em primeiro lugar, a ampliação das fronteiras geopolíticas da Guerra Fria, a dinâmica entre a sucessão de momentos de tensão e maior flexibilidade no relacionamento das superpotências, além da emergência dos não alinhados na cena internacional elevavam as margens de manobra dos países independentes, possibilitando condições heterogêneas no tocante ao estabelecimento de acordos de cooperação e aproximação estratégica entre os blocos de poder ou mesmo frente às movimentações autonomistas no seio do Terceiro Mundo. Contudo, nem sempre isso foi regra. Conforme observaremos ao longo do traçado das relações entre o continente africano e os atores escolhidos para esta análise, em determinados contextos, o quadro geopolítico representaria muito mais um constrangimento à capacidade de produção

de autonomia do que necessariamente um vetor favorável à afirmação de novas perspectivas de inserção internacional. Nesse sentido, obedecendo às flutuações do cenário global, o contexto de guerra fria operou de formas distintas a partir de uma lógica espaço-temporal.

Frente à estratégia de priorização da construção do Estado enquanto vetor de transformação das sociedades, um dos grandes dilemas vividos pelos atores no pós-independência diz respeito ao ritmo das transformações sociais *versus* a capacidade de resposta das instituições políticas. Compartilhando, em maior ou menor medida, problemas como o crescimento demográfico acelerado, a necessidade de desenvolvimento a partir do investimento em industrialização e ampliação dos investimentos em educação e promoção de melhorias sociais, além de outros problemas como a urbanização desenfreada e a desigualdade no campo, a perspectiva de um Estado com maior capacidade de atuação na organização socioeconômica buscava materializar, em certa medida, um horizonte de modernização estimulada de cima para baixo, sem desconhecer a importância dos setores privados.

Contudo, conforme aponta Immanuel Wallerstein (2004), a estratégia dos dois passos se mostraria muito mais limitada e, em certa medida, ilusória com a evolução das independências. Frente à ausência de relativa autonomia das estruturas políticas estatais, lideranças e movimentos nacionais que ascenderam ao poder no antigo mundo colonial estiveram confrontadas diante de um sistema fundamentado por relações desiguais entre Estados e classes, impulsionando barreiras aos

processos de redefinição de suas posições relativas na arquitetura política e econômica do globo, além da necessidade de negociações e concessões com diferentes atores em escala regional e mundial. Na perspectiva de certo rebaixamento programático, os novos Estados e seus principais agentes se viram diante de consecutivos adiamentos de mudanças expressivas nas formas de organização das suas sociedades (Wallerstein, 2004), num processo que mesclava a reivindicação de certo gradualismo e a perspectiva de relativa acomodação dos novos grupos dominantes a estruturas que não rompiam com a condição dependente e a reprodução de privilégios.

Outra dimensão que ultrapassaria boa parte dos processos de organização dos Estados residia na produção de ideologias próprias e diferentes experiências na estruturação das complexas relações com a sociedade. Entre as pressões pela incorporação dos diferentes modelos de organização das relações entre Estado e sociedade a partir da lógica da Guerra Fria e a tentativa de buscar nas experiências históricas os fundamentos políticos de mobilização dos atores domésticos para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, a trajetória africana a partir dos anos 1960 se notabilizou por experimentos variados como os regimes que autoproclamavam a existência de um socialismo africano, a valorização de modelos de partido único ou mesmo a produção de democracias que conviveram com a sombra do autoritarismo e da instabilidade interna e externa.

Do ponto de vista dos resultados, o otimismo quanto ao futuro do continente assumiu diferentes con-

tornos. Se por um lado alguns resultados sociais indicariam a importância da atuação do Estado na tentativa de conter o avanço dos problemas socioeconômicos, por outro a posição do continente não foi radicalmente alterada a partir dos novos ventos políticos. A direção do Estado não se mostrou condição suficiente para a condução das transformações necessárias, produzindo certa desilusão acerca de uma estratégia outrora dominante.

Nesse mesmo contexto, os anos 1960 se mostraram decisivos quanto ao futuro das relações continentais. Alimentado pelas diferentes correntes que constituíam o pensamento pan-africanista na África e na diáspora, bem como dos projetos de política externa que emergiam nos Estados independentes, as perspectivas de integração do continente transitaram desde a defesa de iniciativas de natureza supranacional, capazes de revisar a atuação dos Estados soberanos em domínios estratégicos como segurança e defesa, política externa e mesmo gestão doméstica, até modelos de diálogo de natureza intergovernamental, voltados à manutenção do diálogo e à preservação das soberanias nacionais. Nessa movimentação, a criação da OUA em 1963 representou uma tentativa de conciliação entre os dois horizontes integracionistas, tendendo a estruturalmente contemplar as premissas de um projeto mais compacto de ampliação das relações interafricanas.

A partir de sete princípios básicos de atuação⁶, a nova organização de promoção da integração continental sinalizava com a defesa da preservação das soberanias nacionais e das fronteiras herdadas pela colonização, a constituição de mecanismos de conciliação e arbitramento, a estruturação, ainda que limitada, de um sistema interafricano de relacionamento, o desenho de um esquema de segurança interna e externa, além da apresentação de uma perspectiva de inserção internacional comum. Apesar dos claros esforços de institucionalização das relações entre os atores continentais, a atuação da OUA sofreu com as clivagens domésticas em diferentes agendas em nível continental e global, as condições precárias para o seu funcionamento, especialmente em relação ao financiamento e sua capacidade de gestão de crises, além da própria periodicidade de seus encontros.

A chamada década da desilusão, a partir de meados dos anos 1970 e 1980, reuniu diferentes fatores de desestabilização dos Estados africanos. Do ponto de vista econômico, as transformações ocorridas a partir do fim do sistema de Bretton Woods e dos choques do petróleo revelaram a permanência de um desenvolvimento marginal nas estruturas do capitalismo, constituindo novos elementos de pressão em economias ainda

6 Os sete princípios são: 1 – Igualdade soberana de todos os Estados – Membros; 2 – Não interferência nos assuntos internos dos Estados; 3 – Respeito pela soberania e integridade territorial; Resolução pacífica de disputas; 5 – Condenação de assassinatos políticos e atitudes subversivas; 6 – Compromisso com a emancipação dos territórios africanos; 7 – Não Alinhamento

dependentes. Expondo os limites dos projetos de desenvolvimento, a vulnerabilidade externa e as dificuldades de resposta a partir dos próprios Estados estimularam um profundo e doloroso processo de reajuste estrutural das economias:

Incapazes de fazer face aos compromissos financeiros que tinham assumido, os Estados tiveram de se submeter aos PAE (Plano de Ajustamento Estrutural) que lhes impunham o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Introduzidos pela primeira vez no Senegal em 1979, os PAE espalharam-se por todos os países africanos, implicando em todos eles as mesmas receitas, como, por exemplo, a diminuição das despesas públicas com vista a restabelecer o equilíbrio dos orçamentos, a liquidação das empresas não rentáveis e a privatização das firmas potencial ou realmente rentáveis, a desvalorização das moedas nacionais, a compreensão dos efetivos das administrações públicas e do setor privado, o fim dos subsídios acarretando subidas generalizadas dos preços etc (M'Bokolo, 2009, p. 645).

55

Diante de economias endividadas e fragilizadas em meio aos processos de ascensão do neoliberalismo no centro dinâmico e em partes do chamado Terceiro Mundo, o continente africano passou por um processo de enquadramento nas novas diretrizes apregoadas pelas

instituições multilaterais,⁷ culminando com um movimento de desestruturação no papel socioeconômico do Estado. Além disso, somada à retomada da corrida armamentista e aos focos de tensão entre as superpotências no antigo mundo colonial, o desencajamento da URSS estimulou a redução da margem de manobra dos Estados independentes, estimulando processos de transição em direção à economia de mercado.

Em meio ao processo de acirramento da Guerra Fria no continente negro, a emergência de novos conflitos de caráter internacionalizado ampliou os níveis de instabilidade política. Além de revelar as insuficiências dos mecanismos de diálogo em nível regional e continental na mediação de conflitos, tal contexto evidenciou os limites da capacidade de barganha dos novos Estados que, imersos em guerras civis ou interestatais, encontrava dificuldades para manter a corrida pelo desenvolvimento econômico e algum nível de autonomia externa.

Novos sinais começaram a ser observados a partir dos anos 1990. Quase que simultaneamente ao fim da

7 Vicent B. Khapoya (2016) e Martin Meredith (2017) expuseram os níveis de endividamento dos Estados africanos a partir dos anos 1980, bem como as principais alternativas estabelecidas a partir dos organismos econômicos e financeiros internacionais. Conforme o primeiro autor, as dívidas dos países africanos chegaram a alcançar quase 90% dos PIBs nacionais, além de comprometer mais de 40% de suas respectivas exportações no final dos anos 1980. Convergindo com o diagnóstico grave das economias do continente, o segundo autor aponta para a emergência de mais de 240 contratos de empréstimo por parte dos governos, num processo que envolveria quase “200 bilhões de dólares em ajuda externa” em vinte anos (Meredith, 2017, p. 625).

Guerra Fria, um contexto paradoxal começava a se formar no continente negro. Como observaremos ao longo dos próximos capítulos, a coexistência de um otimismo em relação à produção de estabilidade política coexistiu com sinais de marginalização geopolítica e manutenção de antigos problemas sociais e econômicos. Nos anos 2000, o sentido de um renascimento africano parecia ganhar maior solidez com um processo de revitalização dos mecanismos de integração, elevados índices de crescimento econômico e elevação da competição estratégica com o fortalecimento da presença de novos atores globais, além das potências emergentes. É sobre tal quadro que procuraremos avaliar as características mais recentes da inserção das Áfricas nas dinâmicas contemporâneas do sistema mundial.

1.3. O atual quadro de competição estratégica

57

Em que mundo vivemos? Em *Ruptura: a crise da democracia liberal*, Manuel Castells estabelece alguns sentidos acerca do que considera enquanto um complexo processo de interação entre crises das mais diferentes naturezas:

Sopram ventos malignos no planeta azul. Nossas vidas titubeiam no turbilhão de múltiplas crises. Uma crise econômica que se prolonga em precariedade de trabalho e em salários de pobreza. Um terrorismo fanático que fratura a convivência humana, alimenta o medo cotidiano e dá amparo à restrição da liberdade em nome da segurança. Uma marcha aparentemente inelutável rumo à inabitabilidade de nosso único lar, a Terra. Uma

permanente ameaça de guerras atrozes como forma de lidar com os conflitos. Uma violência crescente contra as mulheres que ousaram ser elas mesmas. Uma galáxia de comunicação dominada pela mentira, agora chamada pós-verdade. Uma sociedade sem privacidade, na qual nos transformamos em dados. E uma cultura, denominada entretenimento, construída sobre o estímulo de nossos baixos instintos e a comercialização de nossos demônios (2018, p. 7).

Somando-se ao que considera como uma espécie de crise na relação entre governantes e governados, a passagem acima ilustra os novos sentidos de desagregação de uma série de premissas e características que fundamentavam não apenas a ordem global liderada pelos EUA, como também a perspectiva, um tanto que otimista, acerca de um planeta mais estável a partir do advento de um discurso positivo sobre a globalização e a crença equivocada do fim de uma era de conflitos a partir da desagregação do bloco soviético. Além de um mundo cada vez mais desigual e assimétrico, os sentidos geopolíticos da crise expõem os limites do capitalismo neoliberal a partir da falência de suas estruturas no Terceiro Mundo, bem como escancaram as insuficiências da globalização enquanto vetor de reordenamento sistêmico.

Diante de um processo de aceleração do declínio dos EUA e advento de novas forças em nível global e regional, a engrenagem da História evidencia o traçado de um período de transição hegemônica marcado pelo advento de uma nova competição envolvendo potências em declínio, novos atores globais e Estados emergen-

tes. Do lado Ocidental, os esforços estadunidenses em manutenção de uma posição relativa de liderança e, em certa medida, recuperação de espaço em nível global acompanharam diferentes movimentações que vão desde a reafirmação de uma condição de dependência estratégica de seus principais aliados até a promoção de guerras híbridas, movimentos de desestabilização e pressões sistêmicas contra potenciais adversários e regimes que não se encontram em sua zona de influência.

Tal processo vem apresentando resultados diversos. Episódios como a Guerra da Ucrânia evidenciam as dificuldades dos atores ocidentais de construir certa autonomia de ação diante de Washington, ao mesmo tempo em que expõem os limites de sustentação de uma estratégia global a partir da defesa de interesses específicos. Em outras palavras, como sintomas de um processo de corrosão de hegemonia, a capacidade de construção de consenso vem sendo testada e reprovada frente à nova onda de manifestações autonomistas em diversas partes do globo, evidenciando uma importante derrota estratégica na defesa de agendas e diretrizes que pouco conquistam a simpatia de atores emergentes e potências regionais.

Numa segunda parte da balança, atores como China e Rússia, a partir do desenvolvimento de uma parceria estratégica que remonta ao menos meados dos anos 1990, ampliam suas capacidades de ação em nível internacional, assumindo credenciais que poderão alterar decisivamente o jogo de forças na política internacional. De Pequim, passado e presente, tradição e inovação coexistem num processo de afirmação de

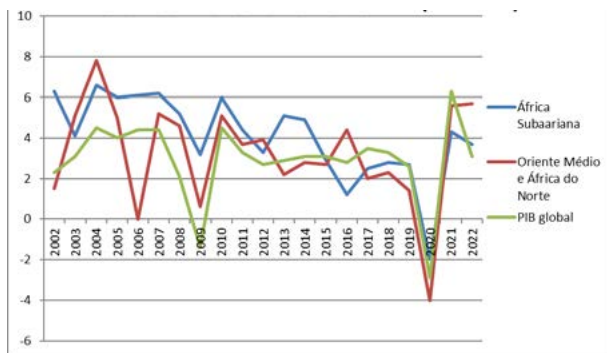
uma inserção internacional que reúne a mobilização de princípios históricos de atuação, as necessidades atuais de uma estratégia de desenvolvimento impulsionada por um exitoso processo de modernização e expansão econômica, além da crescente influência geopolítica. Em relação à Moscou, as transformações observadas após uma década de fracasso na implantação de um capitalismo excessivamente neoliberal atingiram também a política externa. Numa espécie de correção de rumos, o século XXI da Rússia de Vladimir Putin evidencia um conjunto de esforços pela recuperação de sua condição enquanto força centrípeta em nível regional, bem como o crescente envolvimento em diferentes debates e ações de alcance global.

No chamado mundo emergente, diferentes atores se movimentam na direção da construção de novas condições de projeção internacional, reivindicando maior participação nas grandes decisões globais. Índia, Brasil, África do Sul, Indonésia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Turquia e tantos outros Estados conformam o atual mapa geopolítico, ampliando o quadro de competição entre potências de diferentes estaturas.

Nesse ambiente, os tempos de marginalização do continente africano após a Guerra Fria dão lugar à afirmação de um novo quadro de competição estratégica. Sem querer superdimensionar o peso que seus atores assumem na formulação das políticas externas dos mais diferentes atores citados, o fato é que as duas últimas décadas foram marcadas pelo desenvolvimento de um crescente interesse geopolítico pelo continente. A manutenção de índices de crescimento econômico

e a perspectiva de atração de investimentos, aspectos como o desenvolvimento de um importante mercado consumidor, o interesse por transferência de tecnologia, o peso quantitativo nas decisões multilaterais, o advento de novas perspectivas quanto à integração regional e continental, além das disputas por posições estratégicas entre as diferentes potências citadas conferem aos atores africanos maior margem de manobra na cena internacional (Penna Filho, 2023).

Figura 4 - Crescimento do PIB África Subsaariana e África do Norte (2002-2022) (% Anual)



Fonte: Banco Mundial (2024)⁸

Sob um olhar histórico e historiográfico, passaremos, a seguir, ao desenvolvimento de análises específicas acerca das dinâmicas envolvendo a África e a

⁸ O bloco denominado Oriente Médio e Norte da África reúne os seguintes países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Djibuti, Egito, Emirados Árabes, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Malta, Marrocos, Omã, Qatar, Síria, Palestina (Cisjordânia e Gaza), Tunísia e Iêmen.

trajetória do sistema mundial a partir de 1945, considerando os três tipos de atores sugeridos anteriormente. Entre ideologia e pragmatismo, identidade e convergência política, promoção de vetores para a acumulação de capital e constituição de mecanismos alternativos de cooperação, a diversificação de relações externas do continente africano assumiria um caráter relevante dentro dos esforços de reinserção no sistema mundial enquanto atores independentes, constituindo página indispensável na compreensão das experiências históricas dos Estados e das sociedades pós-coloniais. Nesse espírito, nosso primeiro ponto de parada reside nas relações com uma potência em declínio: os EUA.

PARTE II – UMA POTÊNCIA EM DECLÍNIO

2 PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO CONTINENTE AFRICANO: DIFICULDADES DE AFIRMAÇÃO

No primeiro semestre de 2023, a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, esteve em viagem ao continente africano. Sua viagem oficial a países como Gana e Zâmbia assumia um caráter geopolítico importante: avançar numa estratégia de reaproximação com os Estados e, ao mesmo tempo, conter a crescente influência russa e a posição chinesa nas mais diferentes regiões. Em meio a tal desafio, o fracasso nos esforços de atração do continente no apoio às políticas de isolamento a Moscou no contexto da Guerra da Ucrânia evidencia que a distância entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul é, cada vez mais, difícil de ser superada.

Diante de um quadro de elevação dos níveis de competição estratégica envolvendo diferentes atores emergentes, a posição relativa dos EUA na África demonstra certa fragilidade frente aos processos de diversificação das relações externas de diversos Estados, inclusive antigos aliados de Washington. Contudo, a existência de reveses nas relações africano-estadunidenses na contemporaneidade não se demonstra enquanto uma espécie de excepcionalidade histórica. Nas dificuldades de afirmação de uma política africana sólida, as interações entre Washington e o continente negro transitaram entre os esforços de materialização de

estratégias voltadas ao atendimento dos objetivos mais gerais da política externa no pós-1945 e as tentativas de reposicionamento à luz das transformações observadas no desenvolvimento das relações interafricanas e suas conexões com as dinâmicas políticas globais.

Numa relação que supera as fronteiras estadocêntricas, dimensões socioculturais e intelectuais também se tornariam vetores históricos importantes. No seio do desenvolvimento do pan-africanismo enquanto ideologia e movimento, além das próprias dinâmicas relativas à luta pelos direitos civis em solo estadunidense, narrativas cruzadas entre as duas partes do Atlântico evidenciariam a existência de segmentos que, mesmo não vinculados diretamente à estrutura do Estado e à formulação da política externa, constituiriam grupos de pressão acerca da produção de iniciativas que, de maneira direta ou indireta, influenciariam nas relações africano-estadunidenses.

Considerando tais características, uma leitura histórica sobre o desenvolvimento das relações entre EUA e África a partir de 1945 passa, antes de tudo, pelo reconhecimento das pontes estabelecidas pela diáspora e por outras iniciativas que ultrapassam a esfera da ação estatal ainda na primeira metade do século XX. Em seguida, traça-se um panorama geral acerca da posição africana dentro de uma ordem global protagonizada pelos EUA, com destaque para os desafios emergentes a partir do avanço da descolonização e da formação do Terceiro Mundo. No interior do movimento de ampliação das fronteiras da Guerra Fria, o continente africano se tornaria peça integrante dos esforços de mundialização da política de

contenção ao bloco socialista. Tal movimento, porém, não ocorreria sem contradições e limites. Na produção de um descompasso entre as expectativas das lideranças africanas quanto à cooperação e apoio às agendas de interesse dos novos Estados frente aos objetivos securitários dos EUA, Washington encontrou dificuldades em estabelecer alianças sólidas ao redor do continente, estando submetida às flutuações da intensa dinâmica política doméstica, regional e global. Além disso, a permanência da influência das antigas potências coloniais e seus respectivos papéis no âmbito do bloco capitalista também estimulou uma tensão na posição dos EUA no continente, envolvendo uma perspectiva de complementação da atuação europeia ou mesmo substituição em meio ao contexto de transformação geopolítica.

No jogo da Guerra Fria, as oscilações registradas na dinâmica das alianças envolvendo atores africanos e os sistemas de poder evidenciavam paradoxalmente a margem de manobra dos primeiros frente ao contexto, bem como os limites estruturais impostos pela conformação de um mundo bipolar. Nesse ambiente, os tempos de relativa flexibilização das relações entre as superpotências não se traduziram necessariamente em uma estabilidade no continente africano. Considerando a posição de Washington nesse contexto, os 18 anos após a Crise dos Mísseis (1962) foram caracterizados pelas alternâncias entre movimentações de maior êxito na busca de aliados e derrotas estratégicas diante das dificuldades em se posicionar frente aos conflitos envolvendo as últimas zonas de resquício do colonialismo. Assim, se a cooperação com Estados considera-

dos “moderados” estimulava a presença estadunidense em diferentes partes do continente, o avanço de forças nacionalistas e socialistas no Chifre da África e na África Austral demonstraram os limites da influência de Washington no continente, elevando a competição com os soviéticos.

Nos anos 1980, em meio aos esforços estadunidenses em reagir às transformações observadas no sistema internacional, a retomada da corrida armamentista e da ofensiva antissoviética culminou com a perspectiva de recuperação de espaço no continente africano, estimulada principalmente pelas estratégias de desestabilização de regimes constituídos a partir dos anos 1970 e, em outro campo, pressões econômicas decorrentes do quadro de crise generalizada no Terceiro Mundo. Com o fim da Guerra Fria, o discurso de uma nova ordem internacional a partir de um conceito de um mundo unipolar relegou o continente africano à marginalidade no campo da definição das prioridades da política externa dos EUA.

Tentativas de recuperação de espaço e construção de uma política sólida foram observadas a partir dos anos 2000. Ainda subordinada aos objetivos gerais da ação global estadunidense, a ampliação na cooperação em segurança esteve orientada também ao enfrentamento do terrorismo. Noutra perspectiva, o avanço dos atores emergentes no continente, considerando um conjunto de políticas multifacetadas, pressionou os EUA a atuarem em outras frentes, tais como a ampliação dos investimentos, da cooperação e do comércio. Passemos agora à trajetória de tais relações, apontando as carac-

terísticas e os desafios envolvendo os esforços de uma presença sólida de Washington na África.

2.1. Estado e diáspora nas relações entre EUA e África no pré-Segunda Guerra Mundial (1900-1945)

Na produção de uma nova sociedade a partir das 13 colônias, o território que emerge no seio da ordem atlântica traz consigo também as marcas da escravidão. Com registro de introdução de escravizados desde o século XVII (Karnal *et al.*, 2007), uma ativa economia de exportação se estruturaria nas colônias do Sul, com base na grande propriedade e voltado para a produção de culturas como o algodão e o tabaco.

No contexto da independência dos EUA, as discussões sobre a formação do novo Estado Independente passaram pelo reconhecimento das especificidades sub-regionais de formação sociohistórica, sendo a escravidão no Sul tratada como uma espécie de direito inalienável (Heale, 1991). O fim do tráfico de escravos no início do século XIX não constituiu o fim da escravização, tendo em vista a afirmação de uma lógica de aquisição de mão de obra fundamentada pela reprodução da própria população já instaurada em solo estadunidense. Somente com a Guerra de Secessão (1861-1865) e a vitória dos Estados do Norte que se abriria caminhos para o fim da escravidão.

Como em outras sociedades americanas, a relação entre a população afrodescendente nos EUA e o continente negro assumiria diferentes contornos. Richard

David Ralston e Fernando Augusto de Albuquerque Mourão (2010) elencam ao menos cinco formas de contato entre a África e o continente africano na passagem entre os séculos XIX e XX. São elas: emigração de negros para a África; missionação católica e protestante; emigração de africanos para o continente americano com fins educacionais; produção do pan-africanismo como ideologia e movimento; além da permanência e transformação dos valores culturais africanos nas sociedades americanas.

Ainda no século XIX, episódios como a fundação da Libéria a partir de ex-escravizados com apoio de uma organização, a *American Colonization Society*, ilustram o desenvolvimento de movimentos de retorno à África, estimulado tanto pelos problemas vividos pela população liberta em solo americano quanto pelo apoio ofertado a partir de companhias que se especializaram em tal empreendimento. Apesar das particularidades do caso liberiano, outros movimentos de retorno ao continente africano seriam desenvolvidos ao longo da primeira metade do século XX, impulsionado por diferentes fatores como a recuperação das raízes socioculturais ou mesmo visões essencialistas sobre o negro e o continente.

Outra dimensão importante diz respeito à missionação. Também entre os séculos XIX e XX, o interesse pela expansão da evangelização no continente africano atraiu diferentes denominações religiosas e sujeitos vinculados a tais projetos. Dos EUA e de outros países europeus, tais movimentações se traduziram em um esforço importante de interiorização do continente por parte do mundo Ocidental:

É importante destacar que a evangelização cristã, fosse católica ou protestante, tinha três pontos comuns. O primeiro era empreender a conversão dos africanos não apenas ao cristianismo, mas ao conjunto de valores próprios da cultura ocidental europeia. O segundo, por sua vez, era ensinar a divisão das esferas espiritual e secular, crença absolutamente oposta à base do variado repertório cultural africano fundado na unidade entre vida e religião. Já a terceira referia-se à pregação contrária a uma série de ritos sagrados locais, o que minava a influência dos chefes tradicionais africanos (Hernandez, 2008, p. 54).

Na perspectiva de “elevação” dos negros da África, o avanço da presença religiosa envolveu tanto o deslocamento de missionários negros e não negros para o continente, estabelecendo pontes entre as duas partes do Atlântico, quanto o pontapé para a formação de um cristianismo autônomo, em certas regiões, atrelado ao desenvolvimento de múltiplas resistências ao colonizador. Assim, as instituições religiosas se desenvolveram enquanto uma espécie de braço da presença estadunidense e europeia no continente negro, alcançando, em muitos casos, níveis de penetração superiores às instituições laicas.

Constituindo outra vertente de aproximação, o deslocamento de africanos na direção do chamado novo mundo para a inserção no ensino superior representou uma movimentação com consequências sociopolíticas importantes. Além de se tornar um dos referenciais extracontinentais para a formação das nascentes burguesias africanas e outros membros de setores médios, voltados às estruturas político-econômicas de gestão

das colônias, os EUA também ocuparam uma dimensão importante no âmbito da produção intelectual e política envolvendo africanos e sua diáspora.

Sob o signo do “pan-africanismo”⁹, um processo gradual e complexo de tomada de consciência acerca da situação do negro no continente africano e na diáspora foi constituído por diferentes pensadores. Sem renunciar completamente à tradição ocidental e partindo de diferentes referenciais culturais e ideológicos, como o cristianismo, o islã, o marxismo e o liberalismo, tais sujeitos formaram uma espécie de rede de resistência epistêmica e política, num contexto marcado pelo desenvolvimento do racismo científico e avanço do imperialismo europeu. Conforme Muryatan S. Barbosa (2020), o desenvolvimento do pan-africanismo ao longo dos séculos XIX e XX transitaria geograficamente, da diáspora americana e europeia para a África, e objetivamente, entre o seu caráter enquanto movimento de reconstrução da personalidade africana e promoção de solidariedade entre os povos negros para se tornar base de afirmação da libertação e integração do continente.

Entre ideologia e movimento, as relações dos EUA com o pan-africanismo assumiram diferentes características. Em 1927, Nova York sediou o quarto Congresso Pan-Africano. Além disso, diferentes expoentes inte-

9 “Movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano (Asante; Chanaiwa, 2010, p. 873).

lectuais nasceram ou passaram pelo território estadunidense ao longo das primeiras décadas do século XX, com destaque para Edward Blyden, William Du Bois, James E. K. Aggrey, Marcus Garvey, George Padmore, Kwame Nkrumah, dentre outros.

Figura 5 - Delegados do IV Congresso Pan-Africano em Nova York (1927)



Fonte: Autor Desconhecido, 2023 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Nos laços políticos e intelectuais desenvolvidos nas duas partes do Atlântico, somados a outras movimentações de cunho sociocultural, EUA e África se aproximariam também por ações que iam além da esfera estatal. Nos contatos entre a diáspora negra, estadunidense e antilhana, com a África e os africanos, um complexo processo de afirmação de uma consciência transcontinental, fundamentada pela luta em favor da igualdade racial e pela revalorização do negro como sujeito da sua própria história, mobilizaria o quadro

das lutas contra a segregação em solo estadunidense e, do outro lado do Oceano, o combate ao colonialismo e às demais formas de opressão. Nesse sentido, tal paralelismo acompanharia a trajetória das relações entre africanos e estadunidenses, no exercício de um desafio relativamente compartilhado, em que pese a existência de especificidades nas configurações das assimetrias e na organização das lutas sociais.

2.2. Washington e a descolonização africana (1945-1960)

Em certo sentido, a trajetória estadunidense em relação à descolonização tem seus antecedentes situados ainda nas primeiras décadas do século XX. No final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando Woodrow Wilson lançou os famosos 14 pontos visando a lançar as bases para a construção de uma paz entre os beligerantes a partir do encaminhamento de diferentes questões de atritos entre as grandes potências, a menção à chamada autodeterminação dos povos levantou interesse de diferentes grupos nacionalistas no mundo afro-asiático. Entre eles, a delegação (*Wafd*) egípcia responsável por negociar o fim do protetorado britânico no país, no contexto das discussões que conformariam a paz dos vencedores, alimentou a expectativa de contar com o apoio estadunidense para a defesa de sua posição junto aos demais Estados participantes e Londres. Os representantes egípcios saíram frustrados diante da ausência de compromisso dos EUA diante das suas demandas, evidenciando os limites do princípio de

defesa do autogoverno à luz das tentativas de reorganização da ordem mundial.

Duas décadas depois, no contexto da invasão italiana à Etiópia (1935), a agitação verificada em diferentes segmentos da comunidade afro-americana foi contrastada com a postura em nível estatal, caracterizada por uma política de não envolvimento na questão. Mais uma vez, princípio e prática se mostrariam distantes frente a uma agenda de interesse dos atores africanos e sua diáspora.

Nesse mesmo sentido, o lançamento da chamada Carta do Atlântico (1941) por Roosevelt e Churchill alimentou novas expectativas quanto às agendas emancipadoras no continente negro. Um novo compromisso com a autodeterminação dos povos projetou para os EUA a condição de um potencial vetor de defesa da descolonização em meio aos acenos por uma nova ordem global. Mais uma vez, a frustração se tornou o resultado da inexistência de uma posição assertiva por parte de Washington em relação às demandas nacionalistas.

Na literatura mais geral sobre a História da África no pós-Guerra e as relações internacionais contemporâneas, a posição dos EUA frente ao avanço das lutas pela descolonização africana é objeto de dissenso. Autores como Giovanni Arrighi (1997) e Paulo Fagundes Vizentini (2010) relacionam a mobilização da defesa da autodeterminação dos povos e um relativo interesse no fim dos impérios coloniais com características mais gerais do ciclo de acumulação de capital liderado por Washington, apresentando uma perspectiva de reorganização da ordem global. No primeiro caso, em meio

ao processo de afirmação de hegemonia e diante do protagonismo da estratégica de contenção à URSS, Washington desenvolveu diferentes formas de relacionamento com o efervescente mundo afro-asiático, transitando desde o estímulo à descolonização até a adoção de posições substitutivas aos regimes livre-cambistas na Ásia. Em relação ao segundo, aspectos como as necessidades do desenvolvimento estadunidense, a emergência de uma disputa paralela com seus aliados europeus e a formação de uma ideologia anticolonial na ONU seriam elementos que, no seu entendimento, favoreciam uma aproximação, ainda que limitada, dos EUA com a descolonização.

Contudo, tal processo se mostraria muito mais complexo por ao menos quatro fatores. Em primeiro lugar, o enfoque atribuído ao processo de reconstrução europeia dificultaria o desenvolvimento de uma posição que, em linhas gerais, poderia produzir um entrave para a materialização de tal horizonte. Como no pós-Primeira Guerra Mundial, a reconstrução dos laços entre metrópole e colônia se tornaria uma das questões mais importantes envolvendo os esforços de recuperação econômica europeia. Em segundo, além da baixa presença estadunidense no continente diante da pouca quantidade de Estados independentes, a chamada influência ocidental estava condicionada, num primeiro instante, à posição das potências coloniais no continente, assegurando um lugar estratégico no âmbito das incertezas decorrentes da Guerra Fria. Em terceiro, a relativa condição secundária do continente durante os tempos da *Pax Americana* e dos primeiros passos

da “escalada lateral” se ampliava diante da delegação de prioridades aos contextos europeu e asiático¹⁰. Por fim, mas não menos importante, a inexistência de uma política específica para o continente africano deu lugar às considerações mais gerais acerca da política de contenção ao bloco socialista. Conforme Odd Arne Westad (2018), mesmo diante dos interesses objetivos de fim das restrições ao livre comércio nas colônias e do relativo apelo social do anticolonialismo entre segmentos da sociedade estadunidense, a política do Estado não se traduziu na defesa efetiva da independência dos territórios africanos e asiáticos. Para o autor, Washington cumpriu um papel decisivo na sobrevivência do colonialismo no imediato pós-Guerra, articulando tal questão com a dinâmica de formação dos blocos de poder na Guerra Fria:

76

O apoio dos Estados Unidos foi a razão principal para que os impérios coloniais europeus não desmoronassem durante os anos quarenta, sobrevivendo durante outras duas (ou, no caso de Portugal, três) décadas. A partir de 1945, nenhum país europeu era economicamente capaz de manter seus territórios coloniais, tendo em vista o estado de suas economias e as necessidades em matéria de defesa na Europa. O colonialismo só poderia ser mantido se os Estados Unidos estivessem dispostos a financiar o gasto adicional dos países europeus. Naturalmente, todos os países coloniais eram conscientes disso e faziam tudo o possível

10 Paulo Fagundes Vizontini (2005) define como *Pax Americana* o exercício de protagonismo de Washington nos principais processos decisórios que envolviam a formação de uma nova ordem global.

para relacionar a renúncia à descolonização como parte de uma luta comum contra o comunismo. Os responsáveis pelas políticas estadunidenses, que estavam se acostumando a trabalhar com os aliados da Europa Ocidental nos comitês da OTAN e outras organizações internacionais, quase nunca questionavam os motivos de seus sócios. A abordagem anticomunista de Washington quase sempre prevalecia sobre seu anticolonialismo, salvo nos casos em que resultava de forma escancarada o óbvio que não descolonizar poderia estimular os grupos comunistas, como na Indonésia e na Índia. Quando os britânicos asseguraram falsamente que o nacionalista queniano Jomo Kenyatta estava controlado pelos comunistas, ou quando os franceses afirmaram outro tanto sobre o líder guineano Sekou Touré, os estadunidenses não protestaram, mesmo quando seus próprios serviços de inteligência lhes diziam que não era correto (Westad, 2018, p. 377-378).

77

Numa equação envolvendo a estabilidade da aliança ocidental e o desenvolvimento de diferentes faces de uma política de contenção aos soviéticos, a agenda anticolonial foi tratada com cautela por parte da política externa dos EUA. Conforme Perry Anderson (2015), em contextos pelos quais não era enxergada uma ameaça comunista, a saída das metrópoles era observada enquanto a melhor solução. Em contrapartida, quando se desconfiava da natureza política e ideológica dos movimentos de libertação, um sentido de colaboração com os aliados europeus predominaria. Na produção de políticas direcionadas ao então mundo em descolonização, o mesmo autor destaca a diversidade de estratégias promovidas por Washington diante do

desenvolvimento de uma compreensão cada vez mais global sobre a Guerra Fria:

Para operações nesse terreno incerto, os EUA desenvolveram uma caixa de ferramentas com políticas e instrumentos específicos para o mundo colonial e o que se seguiu a ele. Guerras terrestres convencionais, impedidas de ocorrer no Primeiro Mundo, estavam em uma extremidade do espectro; a compra de líderes e o suborno da opinião pública – também úteis, no início, no Primeiro Mundo –, na outra. Entre a violência inteiramente mecanizada e a corrupção seletiva, uma grande variedade de outros métodos para impor sua vontade viria a ser empregada: bombardeios aéreos, golpes militares, sanções econômicas, ataques com mísseis, bloqueios navais, espionagem compartimentada, tortura delegada ou direta, assassinatos (Anderson, 2015, p. 76).

78

Como um extenso tabuleiro em uma partida de xadrez, África e Ásia se tornariam as novas fronteiras da atuação externa dos EUA, desafiando os limites de sua condição de potência global. Na contradição entre a construção de uma nova ordem internacional e a preservação de uma assimetria estrutural e estruturante da antiga ordem, as correlações entre conflitos coloniais e o jogo da Guerra Fria se tornaram evidentes ao longo dos anos 1950.

Após a derrubada do rei Farouk I no Egito, os Oficiais Livres, liderados por Gamal Abdel Nasser e Mohamed Naguib, costuraram uma aproximação com os EUA nos primeiros anos após a Revolução. Além da participação da CIA na formação de uma inteligência egípcia e na assinatura de acordos de cooperação téc-

nica entre os dois países, as expectativas de cada um dos atores se transformaram em frustração anos depois. Se do lado egípcio havia certa confiança no papel a ser desempenhado por Washington na modernização das forças armadas do país e na construção de uma saída favorável aos interesses do Cairo diante dos impasses envolvendo o Canal de Suez junto aos britânicos, do lado estadunidense o horizonte era de incorporação do novo regime junto à estratégia de contenção aos soviéticos no Oriente Médio, promovendo a assinatura de um Tratado de Segurança Regional.

No Gana, a saudação ao segundo Estado da África Negra a se tornar independente acompanhou uma valorização do que se considerou como um processo predominantemente negociado, estabelecendo as bases para uma relação mais assertiva com a antiga metrópole. Contudo, a compreensão de certa radicalização de Nkrumah e a produção de divergências entre Accra e Washington quanto a diferentes temas de ordem regional e global afastaram os dois países.

Figura 6 - Kwame Nkrumah



Fonte: ROWE, 2017 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Um dos principais impasses envolvendo as relações entre os EUA e os novos atores independentes, tanto na África quanto na Ásia, diz respeito ao comportamento desses frente à dinâmica da Guerra Fria. Nas alternâncias entre momentos de maior tensão e períodos de maior flexibilidade entre as superpotências, as transformações geopolíticas ocorridas a partir do avanço da descolonização e da perspectiva de coexistência pacífica contribuíram para a afirmação do não alinhamento como um tipo de inserção internacional autonomista no seio do Terceiro Mundo. Como se verá mais a frente (capítulos 5 e 6), diferentes países afro-asiáticos e latino-americanos se aproximaram de tais tendências, desenvolvendo um relacionamento com o continente negro fundamentado pela defesa de princípios e ações

que visavam a revisar a ordem global a partir de agendas de interesse do mundo subdesenvolvido.

A adesão ao não alinhamento como vetor de política externa elevou as desconfianças dos EUA sobre o lugar a ser ocupado pelos países independentes no sistema mundial. Até pelo menos o final dos anos 1950, os ditos não alinhados eram observados de modo crítico por parte de alguns segmentos da política externa estadunidense. Diante de um conceito de bipolaridade rígida como característica básica da ordem internacional, práticas ditas não alinhadas eram observadas como incongruentes frente a um conflito considerado como inescapável. Em alguns casos, a reivindicação do neutralismo ou do não alinhamento era observada como uma possível inclinação ao bloco socialista, dada as dificuldades de se observar uma capacidade de produção de autonomia para além das linhas gerais traçadas pelo conflito da Guerra Fria.

Outras evidências sobre o caráter vacilante da posição estadunidense sobre a descolonização pode ser vista no âmbito dos debates da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1960. Diante das pressões dos Estados afro-asiáticos, com apoio dos países do bloco socialista, quanto à elaboração de posições da entidade sobre a descolonização, a delegação estadunidense demonstrou dificuldades em lidar com tal questão, defendendo, num primeiro instante, a inclusão do que se chamava de “colonialismo soviético” como parte das experiências de violação da autodeterminação dos povos. Além de não ter sua sugestão acatada na elaboração do texto final, a abstenção na Declaração das

Nações Unidas sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais (1960) alimentou ainda mais desconfiança acerca da posição de Washington sobre o tema (Khapoya, 2016), revelando certa conivência com as antigas metrópoles europeias.

Outro importante processo envolvendo as relações entre EUA e África nesse recorte temporal foi as mudanças de natureza burocrática. Conforme Peter Duignan e L. H. Gann (1984), dentre as principais iniciativas do governo estadunidense no sentido de possibilitar uma maior intervenção na África foi a criação de um gabinete específico para assuntos do continente, além do início de um processo de expansão da presença diplomática, indo além dos antigos postos situados no Egito, na Libéria, na África do Sul e na Etiópia.

2.3. A Guerra Fria na África (1960-1988)

82

Em *A Era dos Extremos*, Éric J. Hobsbawm chamou atenção para o papel estratégico do antigo mundo colonial para a dinâmica da Guerra Fria. Enquanto principal configuração geopolítica da ordem global emergente no pós-Guerra, o conflito entre os dois diferentes blocos de poder adquiria contornos pouco precisos para além do território europeu:

A situação fora da Europa era menos definida, a não ser pelo Japão, onde os EUA desde o início estabeleceram uma ocupação completamente unilateral que excluía não só a URSS, mas qualquer outro cobeligerante. O problema é que o fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia,

mas a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava clara. Como veremos, foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu (Hobsbawm, 2017, p. 225).

Diante dos desafios de reinserção no sistema mundial enquanto atores independentes, os Estados que emergiram da luta anticolonial se transformariam em peças integrantes da competição global entre as superpotências. Num cenário que ofereceria maior capacidade de barganha e, ao mesmo tempo, constrangimentos aos países recém-independentes, a corrida pela disputa por influência aproximou Washington ainda mais do continente. Entre 1960 e 1989, nas mais diferentes sub-regiões africanas, as ações estadunidenses assumiram diferentes formatos, tais como promoção de sabotagens e desestabilização doméstica, apoio político-diplomáticos e econômico a Estados considerados moderados ou próximos do Ocidente, aproximação dos regimes de minoria branca na África Austral e de segmentos abertamente antissocialistas e antimarxistas, além de medidas relacionadas ao avanço dos interesses privados no continente.

Frente ao crescimento de governos e regimes ditos não alinhados ou próximos do chamado mundo socialista, as ações de sabotagens e desestabilização apoiadas pelos EUA reuniram diferentes objetivos, como a promoção de golpes militares ou civis, produção de constrangimentos em prol de mudanças nas inser-

ções internacionais dos Estados considerados, defesa de interesses privados e tentativas de solidificação de uma ordem regional favorável aos interesses do bloco capitalista. A mais marcante experiência de ação estadunidense na primeira metade dos anos 1960 ocorreu no Congo. Considerado marco inicial da Guerra Fria na África (M'Bokolo, 2009), a crise envolvendo o conturbado processo de independência e o risco de secessão do país foi acompanhada atentamente por Washington. Na dimensão geopolítica de um conflito internacionalizado, as disputas pelo poder na antiga colônia belga se tornaram importantes diante da riqueza em recursos minerais do território, bem como do seu papel estratégico na África Central. Assim, o quadro de desordem e a crescente aproximação do então primeiro ministro Patrice Lumumba em relação a Moscou estimulou a produção de iniciativas de intervenção que variaram entre o apoio às frações pró-ocidentais, colaboração de segmentos da inteligência no processo de captura do ex-premier e, cinco anos depois, apoio político-diplomático e estratégico ao golpe orquestrado por Mobutu Sese Seko (Gasbarri, 2020).

Na segunda metade da mesma década, outro evento a contar com a participação estadunidense foi a derrubada de Nkrumah em Gana. Num contexto marcado por significativos revezes no Terceiro Mundo, especialmente com as quedas de Ben Bella na Argélia (1965) e Sukarno na Indonésia (1965), a queda de uma das maiores referências políticas do continente no pós-independência se deu também num contexto de elevação das tensões entre Accra, Londres e Washington.

Dos EUA, um diagnóstico sobre a suposta inclinação de Nkrumah na direção do bloco soviético elevou as desconfianças sobre o seu papel no quadro das relações interafricanas (Falola; Njoku, 2020). Em 1966, militares ganeses assumiriam o poder.

Além da colaboração no desenvolvimento das ações de desestabilização doméstica, outra esfera de atuação dos EUA na África, no quadro da Guerra Fria, ocorreu por meio da colaboração com os regimes de minoria branca. Nas origens de tal política, a relativa influência da Otan no continente a partir do controle exercido pelas potências coloniais sofreu alterações com o avanço da descolonização e a diversificação de relações externas dos novos atores independentes (Chinweizu, 2010), culminando com o desenvolvimento de novas estratégias de estabelecimento de segurança regional a partir da lógica do bloco ocidental capitalista. Frente à perda de terreno nas mais diferentes arenas, a aproximação com o regime segregacionista de Pretória e o governo português ganharia força ao longo dos anos 1960. No caso sul-africano, além dos investimentos econômicos no país, a crescente retórica anticomunista do regime, e suas políticas de combate a grupos de oposição vinculados à esquerda, ganharia certa conivência estadunidense no desenvolvimento de uma estratégia de contenção ao comunismo na África Austral.

Em relação a Lisboa, a posição de seus territórios ultramarinos no mundo Atlântico assumia uma dimensão relevante dentro da dinâmica da Guerra Fria:

A posição geopolítica de Portugal favorecia os interesses estratégicos imediatos dos EUA: as bases

norte-americanas (via OTAN) aeronavais nos Açores reganhavam importância, com o fracassado desembarque da Baía dos Porcos, em Cuba, na tentativa de derrubar Fidel Castro, e no momento em que se defrontavam Kennedy e Krushev. A base aérea de Lajes na Ilha Terceira e na Ilha de Santa Maria, que representava um investimento de 100 milhões de dólares, eram pontas de lança essenciais para a presença de tropas norte-americanas na Europa, pra o rearmamento de Israel e, em geral, a presença dos EUA no Oriente Médio (Soares, 1986, p. 76-77).

Além da crescente presença financeira nas colônias portuguesas, a presença do país europeu na Otan influenciou o desenvolvimento de uma política de colaboração em relação à sustentação do regime salazarista e seus esforços de manutenção de seus territórios no continente africano. Junto ao fornecimento de armas, um processo de aproximação se deu também pela via multilateral, com seguidas abstenções ou votos favoráveis a Portugal na ONU.

Em relação à Rodésia do Sul (atual Zimbábue), o colaboracionismo assumiu contornos mais dramáticos. Conforme Toyin Falola e Raphael Chijioké Njoku (2020), o processo de independência unilateral nos anos 1960 e o reforço do segregacionismo foram vistos com cautela por parte de Washington, temeroso das possíveis repercussões de tais episódios no âmbito doméstico. Contudo, as críticas ao governo de Ian Smith, incluindo possíveis sanções internacionais, não se traduziram em ações efetivas ao longo do período.

Na esfera político-diplomática e econômica, uma terceira linha de ação estadunidense se deu pela busca

de constituição de alianças entre Estados considerados “moderados”. Nos diagnósticos sobre o avanço dos processos de descolonização, trajetórias marcadas pela negociação entre as antigas metrópoles e as elites africanas eram vistas como uma espécie de janela de oportunidade para a consolidação da influência ocidental sob os novos atores independentes. Nessa perspectiva, entre o antigo império francês e britânico, movimentos de aproximação entre os EUA e o continente africano tiveram algum êxito no Quênia, Zâmbia, Nigéria e Malawi. No caso nigeriano, o processo de estreitamento deu origem a um relacionamento multifacetado, fundamentado na participação estadunidense nos negócios do petróleo do país africano, programas de cooperação técnica, ações vinculadas à ajuda externa e certa atração por parte de Washington sobre o desenvolvimento político e econômico sob as bases liberais.

87

Outro importante aliado dos EUA no continente, até meados dos anos 1970, foi a Etiópia. Situado estrategicamente no Chifre da África, a monarquia liderada por Hailé Selassié cultivou laços com o mundo ocidental, tornando-se um importante referencial para Washington e outras potências. Tal condição favoreceu a obtenção de recursos externos por parte de Addis Abeba.

Do ponto de vista econômico, as relações entre a Guerra Fria e a expansão do capitalismo de corporações se faria notar também no contexto africano. Se os investimentos estadunidenses no continente se mostravam limitados no contexto colonial, uma perspectiva de crescimento começou a se materializar a partir do avanço das independências. Em relação ao setor pri-

vado, tais ações se notabilizaram pela expansão dos trustes e multinacionais de origem estadunidense que, em associação ou não com outras empresas nacionais e estrangeiras, incidiram sobre diferentes áreas como extração de recursos minerais e infraestrutura. Em relação aos primeiros, Peter Duignan e L.H. Gann (1984) salientam a importância dos mercados africanos para os EUA diante da necessidade de petróleo, cobalto, manganês, além de outros minerais estratégicos.

A partir do final dos anos 1960, as relações entre EUA e África transitariam por um caminho complexo. Se no âmbito das interações diretas entre as superpotências predominou uma perspectiva de distensão, dando sinais de uma estabilidade possível, o contexto africano foi marcado por uma lógica distinta. Associado ao quadro de instabilidade política em diferentes partes do continente, o cenário de tensão entre os blocos de poder assumiu características mais complexas no cenário africano. Nessa dinâmica, a presença estadunidense em diferentes partes da África oscilou entre a garantia de novos aliados e a perda estratégica em diferentes regiões.

Em 1969, militares líbios liderados por Muammar El-Kadhafi derrubaram o então rei Idris I. Sob os ideais do “pan-arabismo, do socialismo árabe e do islã” (Hrbek, 2010, p. 170), o novo regime promoveu um redirecionamento na inserção internacional do Estado da África do Norte, tentando reduzir a influência do Ocidente no país. Se a Líbia se deslocaria do eixo geopolítico liderado pelos EUA, o vizinho Egito se aproximaria cada vez mais de Washington. Conforme veremos

mais a frente (capítulo 5), a ascensão de Anwar Al-Sadat marcou um processo gradativo de reformas externas e internas no país, fundamentado por um complexo processo de abertura da economia, normalização das relações com Israel e distanciamento da URSS. No fim da década de 1970, o Egito se tornaria um dos aliados mais importantes dos EUA no quadro da sua inserção no Oriente Médio.

Figura 7 - Muammar Kadhafi e Gamal Abdel Nasser (1969)



Fonte: Al Ahram, 2010 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Se a aproximação do Cairo constituiria um significativo ganho estratégico para Washington, a Terceira Onda Revolucionária do Século XX (Hobsbawm, 2017), englobando processos de ruptura colonial na antiga África portuguesa e a queda da monarquia etíope, produziu novos reveses para a influência ocidental na África Austral e no Chifre da África. No primeiro caso, a emergência de governos de orientação marxista-leninista em

Angola e Moçambique ampliava a presença soviética em uma região rica em recursos minerais e estratégica, do ponto de vista da segurança do Atlântico e do Índico. No território angolano, Washington costurou durante o início dos anos 1960 uma aproximação com a FNLA de Holden Roberto. Tal posição, contudo, mostrou-se limitada frente aos laços existentes com Lisboa.

Com o avanço das negociações pela independência e a luta pelo poder envolvendo as diferentes organizações políticas angolanas, um processo de aproximação com a Unita de Jonas Savimbi desencadeou uma nova fase no processo de internacionalização da crise política naquele país, envolvendo um movimento de cooperação entre Washington e Pretória pela derrubada do governo constituído em Luanda, sob a liderança de Agostinho Neto.

No Chifre da África, um processo semelhante de internacionalização de um conflito ganhou forma envolvendo Etiópia e Somália. Com o distanciamento cada vez maior do novo regime etíope em relação ao Ocidente, os EUA desenvolveram um processo de aproximação a Mogadíscio, observando positivamente as movimentações do governo somali na direção de uma invasão ao território vizinho e reconfigurando sua política de alianças na região:

Em novembro de 1978, a Etiópia assinou com a URSS um Tratado de Amizade e Cooperação e aproximou-se de outros países socialistas, tais como a RDA, Vietnã, Bulgária, Líbia, Iêmen do Sul e Cuba. Essas alianças ainda eram extremamente importantes devido aos periódicos ataques à região de Ogaden que, apesar de mais fracos e

esporádicos, ainda ocorriam. Os Estados Unidos não deixaram de responder, no plano político e militar, à aliança etíope com a URSS: no que se refere ao primeiro, buscou alianças com países da região (Egito e Sudão, além da Arábia Saudita) que se opunham ao modelo socialista da Etiópia; com relação ao segundo, enviou assistência militar e financeira para a Somália, mesmo depois que o conflito havia acabado (Vizentini, 2012, p. 142).

Como no contexto angolano, a configuração geopolítica no outro lado do continente se mostrava adversa para os EUA frente a um processo de revitalização da presença soviética na África a partir da conquista de novos aliados. Nos anos 1980, o governo Ronald Reagan deu um novo impulso para a atuação estadunidense no continente. Em meio ao esgotamento da *détente* e o início de uma nova fase aguda nas relações entre as superpotências¹¹, a expansão do conflito no Terceiro Mundo adquiriu terreno também no continente africano, com o fortalecimento na cooperação com movimentos e regimes adversários aos aliados soviéticos.

91

11 Compreende-se como *détente* a fase da Guerra Fria notabilizada por uma maior flexibilidade sistêmica a partir da diminuição das tensões envolvendo o relacionamento direto entre as superpotências. Conforme Sidney Munhoz e José Henrique Rollo (2015), as periodizações sobre esse período variam entre duas interpretações. De um lado, uma proposta mais ampliada, iniciando com o fim da Crise dos Mísseis em 1962 e atingindo até o ano de 1979. Por outro, uma leitura restrita em 10 anos, tendo sua demarcação entre 1969 e 1979. Outro objeto de controvérsia diz respeito ao reconhecimento de diferentes *détentes* ao longo da Guerra Fria, com destaque para os movimentos de relativo desengajamento envolvendo alguns atores da Europa Ocidental e a URSS.

Do ponto de vista econômico, a crise dos modelos desenvolvimentistas, os efeitos do choque do petróleo e o advento do neoliberalismo como modelo de reorganização das relações entre Estado, governo e sociedade estabeleceram condições para o advento de novas pressões sistêmicas nas economias africanas. Num quadro marcado pelo crescimento das dívidas externas e pela diminuição do ritmo de crescimento econômico, a condição frágil com que se encontrava boa parte dos países africanos conduziu a uma política de subordinação ao receituário imposto pelos organismos financeiros situados no centro da engrenagem capitalista, promovendo também certo desencajamento de alguns atores frente ao cenário regional, continental e global.

Um princípio de mudança, ainda que tímida, foi observado na política para a África do Sul. Reforçando os laços com Pretória ainda nos primeiros anos, dada a relevância de sua atuação no quadro da contraofensiva aos Estados e movimentos aproximados à URSS, pressões internacionais e domésticas aumentaram o constrangimento diante de tal política.

Nos quase 28 anos de esforços estadunidenses em elevar sua presença no continente africano, a sombra da Guerra Fria permeou boa parte das ações. As tentativas de revitalização da presença Ocidental após a saída das antigas potências coloniais encontrou algumas adversidades diante da concorrência soviética e de outras potências do Terceiro Mundo, dos constrangimentos representados pela segregação racial em nível doméstico, além da mobilização de princípios e formas de organização política e socioeconômica como a demo-

cracia e o liberalismo que infringiam os ideais de não ingerência e defesa das soberanias africanas. Nesse sentido, o conflito bipolar fez da África uma zona de competição estratégica, em que alianças e desalinhamentos assumiam um caráter complexo frente às instabilidades em nível doméstico, regional, continental e mesmo sistêmico.

Com o fim da Guerra Fria, incertezas sobre o futuro da ordem global influenciaram os rumos das relações entre africanos e estadunidenses.

2.4. Desafios de afirmação de uma nova ordem mundial e a incógnita africana (1989-2001)

Em certa medida, o fim da Guerra Fria elevou as incertezas sobre o papel da África na política externa dos EUA. O relativo otimismo sobre uma nova ordem mundial fundamentada por uma suposta vitória do modelo capitalista democrático frente à alternativa socialista alimentava a perspectiva de construção de um ambiente de estabilidade global, sob a liderança estadunidense.

Contudo, o sistema mundial ao longo da década de 1990 dava sinais de maiores complexidades. Longe de assumir a conformação de uma ordem sólida, guerras, conflitos, crises humanitárias, incertezas econômicas e inexistência de um quadro sistêmico definido evidenciavam os diversos desafios de um tempo que, em verdade, não representou totalmente uma ruptura em relação ao que se passara nas décadas anteriores. Do ponto de vista da inserção internacional, o pós – Guerra Fria para os EUA representou uma fase relativamente contraditória.

Se o discurso de consolidação da única superpotência a sobreviver após o fim do conflito bipolar parecia sustentar uma espécie de acomodação frente à configuração da política internacional com o fim da URSS, outras ações sinalizariam com o interesse em recuperar espaço político-estratégico, militar e econômico.

Como sintomas desse complexo momento, as tentativas de revitalização da integração hemisférica a partir da proposta de uma Zona de Livre Comércio entre o Alasca e a Terra do Fogo se situavam no quadro de recuperação da competitividade econômica e expansão dos mercados consumidores de produtos estadunidenses. Do ponto de vista geopolítico, o fim da Guerra Fria e o retrocesso estratégico vivido pela Rússia não representou o abandono de perspectivas de contenção a Moscou, traduzidas contemporaneamente no desenvolvimento de ações de extensão da influência da Otan em diferentes partes do chamado Espaço pós-Soviético e na antiga Coluna de Ferro. Na Ásia, além das tentativas de reorganização do espaço sub-regional a partir do projeto de um Novo Oriente Médio com a normalização das relações entre Israel e os Estados Árabes, pressões quanto ao avanço do neoliberalismo sobre os Tigres asiáticos culminaram com o desenvolvimento de uma crise econômica que se alastrava em diversas partes do mundo globalizado.

E a África? Um processo de desengajamento dos EUA em relação ao continente alimentou o quadro de marginalização com o fim da competição com Moscou. Se a conjuntura regional na África Austral e no Chifre da África eram vistas como desfavoráveis entre a segunda

metade dos anos 1970 e a primeira metade da década seguinte, um processo de redesenho do mapa geopolítico nos dois espaços foi impulsionado pelo fim de experiências socializantes na Etiópia, Angola e Moçambique, independência da Namíbia e fim do *apartheid* na África do Sul, além de um processo de normalização das relações entre o governo do MPLA em Angola e Washington. Nesse ambiente de desaparecimento de alguns dos principais desafios ideológicos e estratégicos aos EUA no continente negro, um cenário de relativa acomodação parecia tomar conta das perspectivas de Washington quanto ao futuro do continente.

Do ponto de vista econômico, a retórica neoliberal se tornaria uma das linhas mestras dos programas de ajustes estruturais, impostos pelos organismos multilaterais, com a conivência de Washington. Em meio a um complexo processo de desestruturação da atuação social do Estado e de seu papel estratégico na promoção do desenvolvimento, uma onda de liberalização econômica visava a enquadrar os países africanos nas dinâmicas mais gerais da nova fase do capitalismo contemporâneo, elevando o fosso entre o mundo dito desenvolvido e os países em desenvolvimento.

A emergência de novos conflitos e crises humanitárias no continente negro apontou os limites de narrativa do mundo unipolar liderado pelos EUA, bem como evidenciou o caráter secundário de seus países no âmbito das prioridades das relações externas de Washington. Em meio ao processo de convulsão política vivido pela Somália na primeira metade dos anos 1990, impulsionado tanto por uma grande fome quanto

por um gradativo processo de corrosão das estruturas do Estado diante das disputas entre milícias e outros grupos armados, a organização de uma intervenção humanitária sob a bandeira da ONU se traduziu em um grande fracasso, marcado pela perda de soldados e incapacidade de alterar substancialmente o ambiente de caos vivido pelo Estado do Chifre da África.

Contemporâneo a esse processo, o genocídio em Ruanda representou um marco de afirmação da inexistência de uma política sólida dos EUA para a África. Em meio ao processo que levaria à morte mais de 800 mil pessoas, Washington, assim como boa parte da comunidade internacional, pouco fez para conter o desastre humanitário, diferentemente do que ocorreu no contexto das Guerras de Desagregação da Iugoslávia.

Na África Ocidental, as crises políticas envolvendo o fim da ditadura de Samuel Doe e as tentativas de tomada de poder por parte de Charles Taylor desencadearam a elevação do quadro de instabilidade doméstica na Libéria (Meredith, 2017). País detentor de históricos laços com os EUA, diferentes intervenções organizadas por Washington foram desenvolvidas nessa década, em nome do suposto interesse em proteção de civis e estrangeiros.

Em meio ao nebuloso cenário global após o fim da Guerra Fria, as relações EUA – África sofreram com um relativo declínio, reflexo da perda da dimensão estratégica do continente no quadro da antiga competição global entre os blocos de poder. Entre discurso e prática, a compreensão de um mundo unipolar protagonizado pelos EUA encontrou seus limites também na incapa-

cidade da Casa Branca em lidar com os desafios de um período de transformação ao Leste do Atlântico, marcado pelo complexo envolvendo a coexistência de processos de democratização e liberalização econômica, além do advento de novas crises domésticas.

2.5. O Projeto do Novo Século Americano e a recuperação de uma dimensão securitária de relacionamento (2001-2008)

O advento de um novo século foi marcado pelo aprofundamento dos impasses envolvendo as perspectivas sobre a inserção externa dos EUA e o ritmo das transformações globais. Se a concepção de um mundo unipolar, alimentado pela crise das utopias e pelo fim da Guerra Fria, sinalizava com um horizonte de uma nova ordem global liderada por Washington ainda nos anos 1990, novas aspirações envolvendo a reafirmação de uma primazia no âmbito das relações internacionais ganhariam ainda mais força após os atentados de 11 de setembro.

Formulado na década anterior, o *Novo Século Americano* foi um projeto geopolítico de liderança dos EUA construído pelos segmentos neoconservadores durante os anos 1990. No diagnóstico de um relativo declínio da primazia estadunidense no sistema mundial, os caminhos para uma retomada do protagonismo foram fincados a partir da defesa do unilateralismo como fator básico da inserção internacional, um forte engajamento político-militar e diplomático de afirmação de sua condição frente aos demais atores do sistema (Wallerstein,

2004). Tais perspectivas nortearam parte das características básicas da inserção internacional estadunidense nas décadas seguintes.

Sob o signo da “Guerra ao Terror”, uma ofensiva contra um declarado novo inimigo, o terrorismo islâmico, alimentou alguns dos objetivos da política externa dos EUA, tornando-se a base para a produção de diferentes iniciativas militares e diplomáticas. Além das guerras no Iraque e no Afeganistão, algumas ações na direção do continente africano denotam a sua inclusão, mesmo que marginal, no âmbito da então nova estratégia global de Washington. Além do aumento nos recursos para cooperação em segurança e defesa para países africanos, outros elementos que constituíram a política estadunidense para a África no contexto da Guerra ao Terror mesclavam também outras considerações estratégicas. Foi o caso do Comando dos Estados Unidos para a África. Elaborado em 2007, tal projeto visava também a recuperar certa influência de Washington no continente, visando, sobretudo, a conter a crescente presença chinesa no quadro da disputa pelo acesso aos recursos minerais em diferentes países (Bandeira, 2013). Conforme Anselmo Otávio (2021), o Africom recebeu diversas críticas por parte de atores africanos. Entre as principais considerações, a produção de uma “seletividade” de atuação e a sua vinculação com objetivos mais gerais da política externa dos EUA (Otávio, 2021, p. 6), sem necessariamente atender aos anseios dos Estados africanos, representou parte das dificuldades de Washington em atingir seus objetivos no continente negro.

Como em outros contextos da trajetória das relações entre EUA e África, descompassos entre a construção de uma cooperação sólida e maximalista frente ao caráter secundário de tais agendas diante das estratégias estadunidenses de inserção global marcariam o advento do século XXI. Num continente então marcado pelo elevado crescimento econômico e pelas expectativas quanto à promoção da estabilidade política em diferentes Estados, as agendas antiterrorismo não foram capazes de redirecionar o peso dos EUA na geopolítica africana.

2.6. Oscilações e a emergência de um contexto adverso (2009-2023)

A eleição do primeiro presidente negro na História dos EUA alimentou diferentes expectativas para a população afroamericana e, do ponto de vista da política externa, para algumas mudanças na inserção internacional. Filho de um queniano, Obama realizaria suas primeiras viagens ao continente ainda em 2009. Além de uma passagem pelo Egito do então presidente Hosni Mubarak, o estadunidense faria visitas ao Gana em julho do mesmo ano. Na passagem por um dos primeiros Estados da África Negra a se tornarem independentes, forte simbolismo tomaria conta de sua intervenção. Somada a mobilização do tradicional discurso em defesa da democratização dos Estados africanos, a atividade envolveria uma visita a um antigo porto de embarque de escravos no mesmo país, num movimento de ativação de memória envolvendo um processo de articulação entre a África e a sua diáspora.

Figura 8 - Obama em chegada a Gana (2009)



Fonte: WHITE House, 2009 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Entre simbolismo e pragmatismo, as expectativas de uma maior valorização do continente africano na formulação da política externa Obama correspondiam também a certa tendência de mudança nos rumos mais gerais da inserção internacional após o fim do governo Bush. Contudo, nenhuma das duas coisas saiu do papel. Crítico quanto a determinados aspectos da política externa de seu antecessor, Obama manteria, em linhas gerais, “a política imperial norte-americana” (Anderson, 2015, p. 119), lançando mão de novos recursos e ações de manutenção das operações de combate ao terrorismo no Oriente Médio e estabelecendo novos mecanismos de pressão sobre alguns dos principais inimigos geopolíticos dos EUA, como o Irã e a Coreia do Norte.

No tocante ao continente africano, um dos maiores desafios estratégicos emergiu a partir da chamada

Primavera Árabe. No Egito, os eventos que levaram à queda de Mubarak foram observados com surpresa por parte de Washington. Antigo aliado do país, a dimensão estratégica do Cairo no âmbito da formulação das políticas estadunidenses para o Oriente Médio passou por um processo de incerteza diante da diminuição da assistência financeira e militar ao país. Em meio a tal cenário, os crescentes protestos contra o governo egípcio não foram objeto de uma posição consistente de Washington que, mesmo diante do reconhecimento da força dos movimentos que tomaram as ruas das principais cidades do país africano, não estava convicto quanto ao abandono do apoio a Mubarak. Com a queda do ex-presidente, tentativas de normalização das relações institucionais entre os dois países foram desenvolvidas tanto com os militares que lideravam o processo de transição quanto com o novo governo de Mohamed Morsi.

101

Na vizinha Líbia, os acontecimentos foram encarados de outra forma. Antigo desafeto da Casa Branca, os esforços de normalização das relações entre Muamar Kadhafi e o Ocidente ao longo da primeira década do século XXI não foram suficientes para lhe garantirem apoio ou ao menos a neutralidade europeia e estadunidense diante dos tempos de efervescência política em 2011. Como uma espécie de “janela de oportunidade”, os protestos na Líbia assumiram um caráter internacionalizado a partir da intervenção da Otan em favor dos rebeldes. Conforme Moniz Bandeira (2016), a participação ocidental na crise política líbia foi bastante controversa. Apesar da relativa informação sobre os limites de ação da oposição a

Kadhafi e das respostas dadas pelo governo até então, a proposta de constituição de uma zona de exclusão aérea foi aprovada no Conselho de Segurança da ONU, seguida pelo início de uma ação anglo-franco-estadunidense que, sob o lema de “responsabilidade de proteger” os civis, alimentou a desestabilização e pavimentou os caminhos para o fim de um governo instaurado em 1969. O discurso de ação humanitária também encobria uma série de arbitrariedades cometidas pelo governo dos EUA na formulação e implementação de sua agenda para o país do Norte da África. De acordo com Perry Anderson (2015), a participação do governo estadunidense no engajamento militar na Líbia não passou pela apreciação do Congresso, num processo de violação ao *modus operandi* institucional.

Em relação a outras agendas, poucos resultados foram obtidos ao longo da gestão Obama. Conforme Anselmo Otávio (2021), apesar do crescimento registrado no nível dos investimentos diretos dos EUA no continente, o comércio sofreu queda. Nas tentativas de construção de uma intervenção mais abrangente, em 2014 ocorreu a primeira cúpula EUA – África, reunindo representantes de aproximadamente 50 Estados africanos, na promessa de bilhões de investimentos no continente. Nos esforços de contenção da crescente influência chinesa, tais iniciativas apontavam, ao mesmo tempo, as expectativas e os limites na produção de uma estratégia maximalista para as relações entre a África e Washington. De forma oscilante, o horizonte de extensão de competição sino-estadunidense para as terras africanas era confrontado com as tradicionais difi-

culdades em superar agendas que afetavam diretamente as soberanias nacionais.

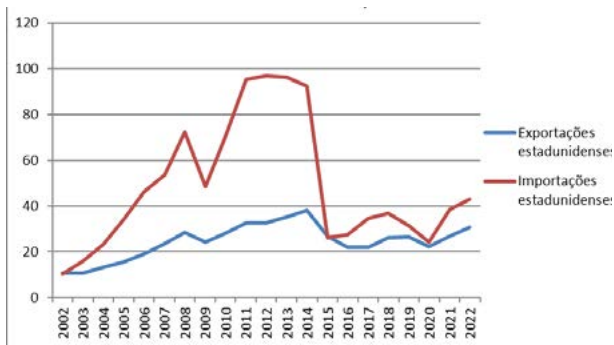
A materialização de tais tendências pode ser observada na histórica intervenção de Obama na sede da União Africana em Adis Abeba no ano de 2015. Tornando-se o primeiro presidente estadunidense a discursar na sede da organização, este apontou diversos aspectos relativos aos interesses mais gerais dos EUA no continente. O reconhecimento de uma África e de um mundo em mudança não acompanharia necessariamente a valorização de novas iniciativas de Washington para a África. Reivindicando a prioridades de agendas como a defesa dos direitos humanos, paz e segurança, além de democracia, as expectativas acerca da excepcionalidade da era Obama se transformariam em frustração diante do que parecia ser “mais do mesmo”.

Os tempos de Donald Trump (2017-2020) aprofundaram as dificuldades dos EUA na África. Se a personalidade do presidente e sua vinculação a uma onda de extrema-direita em nível global provocou algum interesse pessoal em algumas lideranças africanas, seu governo não conseguiu reverter os sintomas de uma potência em declínio. Além das quedas nos índices comerciais e de investimentos, agendas tradicionais como segurança e defesa passaram por um processo de relativo desengajamento, revelando a ausência de uma estratégia sólida de reinserção dos EUA no quadro da competição sistêmica no continente negro.

Os traçados mais gerais envolvendo o desenvolvimento das exportações e importações estadunidenses

em seu comércio com o continente africano podem ser vistos no gráfico a seguir:

Figura 9 - Comércio EUA - África (2002 - 2022)(US\$ bilhões)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de US Census Bureau (2024).

Impulsionado, dentre outras coisas, pela manutenção de iniciativas como Agoa e o relativo interesse estadunidense em não perder terreno nas esferas comercial e financeira no continente,¹² as relações entre as duas partes do Atlântico passaram também por um processo de declínio nos últimos anos. Apesar da permanência de um caráter superavitário para a África, o volume comercial foi reduzido, reflexo especialmente na queda significativa das importações ainda no governo Obama e bastante oscilante no mandato de seu sucessor.

12 A Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (Agoa) foi criada ainda no governo Bill Clinton no ano 2000. Seu principal objetivo era estimular o comércio com o continente africano a partir de políticas de favorecimento de importações por meio da redução ou anulação de impostos.

Figura 10 – Cúpula EUA – África (2022)



Fonte: OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES, 2022
- Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

No contexto atual, “o tempo perdido” dos EUA parece ter custado caro. Entre as principais ações do novo governo Biden, a organização da segunda edição da Cúpula EUA-África assumiu dimensão estratégica diante do fracasso de Washington em tornar majoritária a extensão da linha antirrusa na condução das agendas multilaterais envolvendo a Guerra da Ucrânia. Conforme dados disponíveis a partir do relatório do *Valdai Club*, o evento reuniu representantes de 49 países africanos, contando com a assinatura de acordos que, juntos, ultrapassariam os 50 milhões de dólares.

As dificuldades de atração dos atores africanos para a defesa das ações estratégicas dos EUA em meio a um mundo em mudança ilustram, em certa medida, os limites históricos envolvendo a afirmação de uma política específica para o continente negro. Entre a incor-

poração secundária dentro dos objetivos mais gerais da inserção internacional estadunidense e as tentativas de reação ao crescimento de influência de outros atores globais e regionais, as relações entre Washington e o continente negro careceram de uma dimensão maximalista, capaz de corresponder às expectativas e à complexidade do sistema interafricano no pós-independência.

PARTE III
NOVOS ATORES GLOBAIS

3 UMA ALTERNATIVA HISTÓRICA AO OCIDENTE? A PRESENÇA SOVIÉTICO-RUSSA NA ÁFRICA (1945-2023)

Enquanto escrevo este capítulo, bandeiras russas são estendidas na capital do Níger em comemoração ao golpe de Estado contra o então presidente Mohamed Bazoum, aliado do Ocidente. Tal cena chamou atenção de diferentes analistas e interessados pela política internacional. Tornando-se um sintoma dos novos ventos da geopolítica contemporânea, a saudação popular ao Kremlin e o aceno feito pelos militares nigerinos em direção ao país de Vladimir Putin constitui uma janela de oportunidade para avaliarmos o que pode ser classificado como uma retomada da presença russa na África.

Num complexo processo que envolve uma ativação de memória sobre os antigos laços entre a URSS e a África, os esforços de enfrentamento dos desafios do presente a partir das pressões diplomáticas contra a Rússia por parte das potências ocidentais e a afirmação da dimensão global de um movimento de reemergência nas relações internacionais nas últimas duas décadas, as tentativas de Moscou em recuperar o “tempo perdido” dos anos de afastamento adquire relevância no âmbito das relações interafricanas, sendo um dos fatores de diversificação da ação externa de diferentes atores

continentais. Considerando tal cenário, este capítulo discute o caráter histórico das relações russo-africanas, avaliando os movimentos de aproximação e distanciamento inscritos desde o século XX. Na afirmação de uma alternativa geopolítica aos EUA e as antigas potências coloniais, tais relações transitaram entre ao menos três características: a) Referencial político-ideológico no enfrentamento ao desafio de construção dos novos Estados-Nação; b) Apoio aos movimentos de libertação e aos novos governos constituídos no pós-independência; c) Aliado estratégico em agendas de defesa de revisão da ordem internacional, tais como a descolonização e o desenvolvimento.

A partir de tais aspectos, reconstitui-se a trajetória de um relacionamento multifacetado e dinâmico, adaptando a periodização proposta por Iba Der Thiam e James Mulira (2010) sobre as interações entre a África e os países socialistas. Numa primeira fase, entre a Revolução Russa e o fim da Segunda Guerra Mundial (1917-1945), movimentos de aproximação indireta foram desenvolvidos entre a URSS e atores políticos africanos via atuação dos partidos comunistas metropolitanos, desenvolvimento do movimento pan-africano e ações direcionadas contra o imperialismo e outras formas de dominação ocidental. Nos 20 anos que sucederam o grande conflito mundial (1945-1965), contatos diretos e diversificados foram desenvolvidos por meio do avanço da descolonização e pelas mudanças empreendidas na política externa soviética a partir dos anos 1950. Entre 1965 e 1975, um “refluxo na intervenção” marcou as relações soviético-africanas, estimulado pelas agitações

políticas em antigos aliados de Moscou e pela elevação da competição com Pequim no continente negro. Uma nova fase de avanço soviético se deu a partir dos anos 1970 com a onda independentista e revolucionária na África Austral e no Chifre da África. Em meio ao chamado “Arco de Crises”, Moscou recuperou o fôlego de sua política africana a partir da construção de relações com os novos governos na Etiópia e em Angola, além de outros laços costurados em outras partes do continente.

Além de tais marcadores temporais, destacam-se também pelo menos mais dois períodos na trajetória contemporânea. Entre 1985 e o início dos anos 2000, uma forte retração na presença soviético-russa na África foi observada. Em meio ao “retrocesso estratégico” promovido pelo fim da URSS e dos impasses geopolíticos e geoeconômicos registrados na esfera doméstica da Federação Russa, sua capacidade de ação externa foi prejudicada frente ao fracasso na transição entre socialismo e a economia de mercado, bem como da ilusão sobre sua possível adequação à Nova Ordem Global com base em um relacionamento construtivo com o Ocidente.

Já sob a Era Putin, esforços de retomada da presença russa na África foram uma das marcas do processo de redefinição da inserção internacional do país. Nos dilemas entre a afirmação enquanto força centrípeta no espaço pós-soviético e as tentativas de recuperação de uma dimensão global de atuação, novas perspectivas para as relações russo-africanas se desenvolveram com ações na área da Segurança e Defesa, dentre outros. Diante dessas seis fases, passamos à breve análise acerca das características desse relacionamento.

3.1. Dos Tempos da Influência Indireta (1917-1945)

Diante de um processo de isolamento relativo no sistema mundial ao longo de três décadas (Hobsbawm, 2017), as interações entre a URSS e o continente africano foram pautadas pelos desafios de enfrentamento ao imperialismo e ao colonialismo, bem como pelas dinâmicas envolvendo a organização dos partidos comunistas ao redor do mundo a partir da Internacional. Entre formulação política e a produção de iniciativas concretas de organização, tais movimentações constituiriam a base de um primeiro relacionamento que, longe de assumir a diretriz de vetor de política externa, traduzia-se como materialização do dilema envolvendo a consolidação da revolução nas fronteiras soviéticas e o futuro do movimento comunista no entreguerras.

111

Na compreensão do imperialismo enquanto a fase superior do desenvolvimento do capitalismo histórico, Lênin estabeleceu uma leitura crítica sobre o avanço do colonialismo enquanto um dos vetores dessa nova fase do modo de produção. Mobilizado por fatores como o excedente populacional, a conquista de novos mercados e a busca pelo acesso às matérias-primas, o colonialismo do século XIX e XX se tornaria uma espécie de expressão geopolítica e geoeconômica do mundo transformado pelos efeitos da Segunda Revolução Industrial e da conformação de um tipo de capitalismo monopolista e financeiro:

Para a Inglaterra, o período de enorme intensificação das conquistas coloniais corresponde aos anos

de 1860 a 1890 e foi considerável também durante os últimos vinte anos do século XIX. Para a França e para a Alemanha corresponde exatamente a esses vinte anos. Vimos acima que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1970. Agora vemos que é exatamente depois desse período que começa o enorme ascenso de conquistas coloniais, que se exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo (Lênin, 2010, p. 76).

Assumindo um caráter específico no contexto de transformação do próprio sistema capitalista, a crítica ao colonialismo se constituía em um dos vetores importantes na produção de uma alternativa anticapitalista, estabelecendo um sentido de compromisso com a luta em favor da autodeterminação dos povos. A reivindicação de tais posições também se traduziu em algumas ações efetivas. Ainda nos primeiros anos após a Revolução de 1917, Lênin estabeleceu contatos com alguns grupos e lideranças nacionalistas no mundo colonial, incluindo o Egito (Ismael, 2005). Já a partir dos anos 1920, um processo de diversificação de contatos entre a URSS, a intelectualidade militante africana ou diaspórica, além de algumas organizações políticas nas colônias, se manifestou a partir da atuação do *Komintern*, do desenvolvimento do movimento pan-africano, pela produção de iniciativas como a Liga Contra o Imperialismo e Pela Independência Nacional e as mediações exercidas pelos partidos comunistas metropolitanos.

No entreguerras, o Cominform estabeleceu um importante vetor nas relações entre soviéticos e africanos.

Na produção de diretrizes voltadas para a organização dos movimentos comunistas e seus aliados estratégicos em diferentes partes do mundo, um princípio de aproximação com organizações e lideranças nacionalistas africanas foi estimulado pela produção de uma relativa sintonia quanto ao enfrentamento ao colonialismo. A partir de uma perspectiva classista, a autodeterminação dos povos foi compreendida enquanto um dos princípios norteadores da produção de uma alternativa sistêmica. Apesar da convergência entre os horizontes políticos para o continente africano, desconfiças quanto ao caráter da luta anticolonial a partir do protagonismo de sujeitos emergentes das burguesias africanas e da emergência de novos desafios conjunturais como a ascensão do nazifascismo na Europa (Der Thiam; James Mulira, 2010).

Além das relações diretas com organizações e lideranças envolvidas diretamente com a luta anticolonial, a influência do marxismo na construção teórica e organização política do movimento pan-africano constituiu outro foco de aproximação entre a URSS e a África. Na produção de uma diversidade de perspectivas (Barbosa, 2020), debates sobre as relações entre raça e classe no capitalismo contemporâneo, a situação do negro na África e na diáspora, além do horizonte de organização da luta contra as formas de opressão e marginalização das populações negras, foi um importante meio de aproximação entre a URSS, intelectuais diaspóricos e lideranças africanas, firmando pontes entre a história do socialismo no século XX e a sua condição enquanto alternativa político-ideológica na formação de parcela das elites locais.

Nesse ambiente de formação de pontes entre a URSS, os movimentos socialistas ao redor do mundo e a luta anticolonial, iniciativas como a Liga Contra o Imperialismo e pela Independência Nacional representaram a materialização, ainda que limitada, dos laços entre as três partes. Conforme B. Olatunji Oloruntimehin (2010), o Congresso de Bruxelas (1927) reuniu quase 200 delegados de diversas partes do mundo, num ato em favor da autodeterminação dos povos e produção, ainda que difusa, de uma solidariedade transnacional entre diferentes povos sob o jugo colonial. Apesar da pluralidade político-ideológica de seus membros, o simbólico encontro na capital belga evidenciava um sentido afirmativo quanto ao potencial do marxismo e da URSS em desenvolver um relacionamento construtivo na construção das resistências anticoloniais.

Como um quarto meio de relacionamento entre Moscou e os africanos, o desenvolvimento de ações a partir dos partidos comunistas na metrópole se constituiu em uma importante variável diante das dificuldades do Kremlin em manter laços diretos com lideranças e organizações (Der Thiam; James Mulira, 2010). Nesse sentido, em meio à diversidade de formas de interação entre a URSS e a África, produziu-se ao longo de quase três décadas um sentido afirmativo de um relacionamento fundamentado globalmente pela luta contra o capitalismo e, do ponto de vista tático, um compromisso pela superação do colonialismo. Sem constituir efetivamente diretrizes sólidas de política externa, como se observaria com maior força a partir dos anos 1950, tais movimentações se constituiriam em uma espécie de

“pré-história” de uma trajetória que assumiria contornos complexos diante do avanço das lutas coloniais.

3.2. URSS e África no pós-Guerra (1945-1965)

A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial inauguraria uma nova situação internacional com profundos reflexos para as relações soviético-africanas. Em relação a Moscou, os desdobramentos do grande conflito renderiam o desenvolvimento de um prestígio internacional, materializado num relativo crescimento de organizações comunistas e socialistas em diversos continentes, além da possibilidade de emergência de uma nova onda de revoluções. O potencial de projeção política da URSS na nova ordem global contrastava com as condições objetivas após anos de conflito no interior de suas fronteiras. Com mais de 20 milhões de mortos e diversos prejuízos às estruturas econômicas, as principais diretrizes de atuação externa de Moscou nesse contexto se fundamentavam pelo objetivo de reconstrução interna, culminando numa postura relativamente cautelosa frente à possibilidade de desenvolvimento de novos focos de conflito com o mundo capitalista.

No continente africano, uma nova fase nas lutas anticoloniais assumia forma com o fim da Guerra. Além dos efeitos de seis anos de conflito para as estruturas econômico-políticas das metrópoles e as suas relações diretas com as colônias, da quebra da unidade discursiva da superioridade do homem branco, das desilusões provocadas pelo fracasso reformista europeu e de uma convergência relativa entre os dois maiores vencedores da Segunda Guerra quanto à autodeterminação dos povos

(M'Bokolo, 2011), um processo de reorganização dos movimentos contrários à colonização tomou forma a partir do desenvolvimento de diferentes estratégias de luta, pressionando, em diferentes esferas, o avanço dos interesses africanos de soberania e construção de condições para uma reinserção independente no sistema mundial.

Diante de tal cenário, a aproximação entre soviéticos e a África foi aprofundada com a expressão de apoio nas esferas multilateral e bilateral à descolonização. Se no caso estadunidense a mobilização da defesa da autodeterminação dos povos encontrava limites nas considerações de Segurança a partir do jogo da Guerra Fria (Westad, 2018), no caso soviético tal compromisso adquiria um caráter mais sólido, inscrito historicamente nas formulações sobre as relações entre capitalismo e colonização, além de um diagnóstico acerca das implicações sistêmicas da derrocada das antigas estruturas de dominação erigidas pelas metrópoles europeias. As políticas soviéticas para a África no contexto de avanço da descolonização alcançariam um novo estágio com ao menos duas mudanças em nível doméstico. Do ponto de vista da compreensão sobre a natureza dos processos anticoloniais a partir de uma perspectiva classista, a desconfiança e o ceticismo acerca do desenvolvimento de uma aliança estratégica com as burguesias nacionais deu lugar a uma interpretação mais flexível acerca do papel histórico dos movimentos de libertação na luta anticapitalista. Em relação às dinâmicas internas do Estado soviético, a morte de Stalin e a posterior ascensão de Krushev afirmaria um princípio de mudança nas características da inserção internacional soviética,

favorecendo a sua aproximação com o Terceiro Mundo a partir do desenvolvimento de iniciativas relacionadas ao apoio político-estratégico aos movimentos e aos novos Estados independentes.

Dois exemplos dessa nova tendência podem ser observados nas relações com o Egito e a Guiné. Em relação ao país de Gamal Abdel Nasser, as perspectivas soviéticas acerca do futuro do país após a derrubada do Rei Farouk I transitaram entre a desconfiança quanto à natureza do movimento empreendido pelos militares e o atendimento às demandas nasseristas de obtenção de armamentos para o exército egípcio em 1955. Na condição de um dos pioneiros nas novas diretrizes da política de Moscou para o continente africano, o Egito de Nasser desenvolveria um complexo relacionamento com o Kremlin, evidenciado na importância de Moscou para o comércio exterior egípcio, na produção de iniciativas relacionadas à cooperação técnica e apoio estratégico a projetos centrais no desenvolvimento egípcio, como a Barragem de Assuã. Por outro lado, as controvérsias envolvendo o relacionamento de Nasser com os partidos comunistas, sua proposta de um socialismo árabe de base não marxista e sua posição protagonista entre os ditos não alinhados produziram tensões com Moscou (Rami, 2004).

Figura 11 – Gamal Abdel Nasser e Nikita Krushev



Fonte: Autor Desconhecido, 2006 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Sobre a Guiné de Sékou Touré, o majoritário voto contrário no referendo da V República de Charles De Gaulle encaminhou o país para a afirmação da sua independência em 1958. As retaliações ocidentais, acompanhadas com a saída maciça de quadros técnicos franceses do país, estimulou uma aproximação em nível de Estado com a URSS, numa tentativa de sobrevivência quase que imediata do novo território independente. Nesse sentido, as relações com Moscou foram observadas por diferentes atores políticos africanos enquanto uma via alternativa para os novos Estados africanos no enfrentamento dos desafios decorrentes do fim do colonialismo. Além dos resultados materiais obtidos nesse relacionamento, a sua instrumentalização em meio ao processo de “escalada lateral” da Guerra Fria se tornava objeto de elevação da capacidade de barganha dos

novos atores da política internacional frente aos antigos senhores coloniais e aos EUA (Kennedy, 1989).

Apesar de não constituir uma relação automática, o avanço da descolonização favorecia o aprofundamento das relações soviético-africanas. Nas tentativas de afirmação de autonomia externa e maximização de sua posição nas relações internacionais, os atores africanos encontraram em Moscou algumas condições favoráveis para a obtenção de ajuda econômica e assistência técnica, auxílio militar e apoio político-estratégico em diferentes níveis (Vizentini, 2010). Contudo, novos ventos começaram a soprar ainda nos anos 1960.

3.3. A dinâmica da Guerra Fria na África e um princípio de recuo (1965-1975)

Os sintomas de uma nova fase de transformação no sistema mundial a partir do início dos anos 1960 influenciaram diretamente na posição soviética no continente africano. Se a Guerra Fria se encaminharia para a consolidação de um princípio de distensão no final da mesma década, tensões sistêmicas, articuladas com os desafios de formação dos Estados – Nação em diversas partes do continente, acarretariam no advento de um momento relativamente desfavorável para a URSS. Compondo esse diagnóstico, a consolidação de uma nova fratura no mundo socialista a partir da produção de uma rivalidade com Pequim, estabeleceu uma nova esfera de competição por influência. Por fim, as expectativas quanto a uma possível radicalização dos movimentos de libertação e das lideranças que assumiram

o poder com as independências não se materializaram em uma consolidação do marxismo e das diretrizes do socialismo soviético como norteadoras do processo de organização político e socioeconômico dos novos Estados independentes.

Os primeiros sinais dos limites da fase de expansão das relações entre soviéticos e africanos foram observados ainda na primeira metade dos anos 1960. Durante a chamada Crise do Congo, as disputas de poder no nível doméstico adquiriram uma dimensão internacional ao envolver não apenas atores regionais africanos, mas também o envolvimento direto e indireto das antigas potências coloniais e das superpotências URSS e EUA. Na convulsão política que envolveu o risco de secessão territorial e as disputas entre diferentes atores institucionais, um princípio de revés para Moscou foi observado com a derrubada de Patrice Lumumba. O episódio em questão não apenas revelou as dimensões sistêmicas envolvendo os processos de instabilidade política em diversos Estados africanos, como também o caráter dinâmico dos alinhamentos entre os países e os diferentes blocos de poder da Guerra Fria. Anos depois, sob o comando de Mobutu, o Congo se tornaria um importante aliado do Ocidente na África Austral.

Figura 12 – Selo soviético em homenagem a Patrice Lumumba (1961)



Fonte: SOKOLOV, 2022. Domínio Público. – disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Outros reveses seriam registrados na África Negra. Além de um relativo distanciamento da Guiné em relação à URSS, a derrubada de Nkrumah pelos militares de Gana em 1966 representaria uma importante derrota de Moscou na África Ocidental. Na África do Norte, outro recuo seria evidenciado nas relações com o Egito. Após a morte de Nasser, um processo particular de reorientação das relações externas do país no governo de Anwar Al-Sadat reduziria a influência soviética e promoveria um alinhamento com os EUA, motivado pelos objetivos de liberalização econômica e normalização das relações com Israel.

Se os rumos do conflito Leste-Oeste promoveriam alterações no quadro de alianças soviético no continente africano, a emergência de um processo de competição

com a China ampliaria os desafios do Kremlin. Na discordância quanto à chamada coexistência pacífica, Pequim acusaria os soviéticos de abrirem mão de uma via revolucionária para a construção do socialismo (Segrillo, 2012). Somada às divergências estratégicas, a posição chinesa entre os Estados do Terceiro Mundo era reforçada pela sua participação em diferentes iniciativas do Sul Global, emergentes no seio da luta anticolonial e em favor de uma ordem protagonizada pelas agendas de interesse de seus atores. Como se verá no próximo capítulo, tal contexto seria marcado pela produção de diferentes iniciativas chinesas na África Oriental e na África Austral.

Como um terceiro vetor de constrangimento à atuação soviética na África nesse contexto se destacaram os impasses sobre a construção de um socialismo próprio ao longo das experiências africanas. No que ficou conhecido como um socialismo africano, tal categoria correspondeu a um conjunto de formulações emergentes entre parcela das elites e da intelectualidade africana, visando à modernização das estruturas produtivas e consolidação do Estado-Nação a partir do reforço da sua atuação em diferentes esferas do desenvolvimento econômico e sociocultural. Conforme Muryatan S. Barbosa, a produção de uma espécie de excepcionalidade dessa proposta à luz da história do socialismo no mundo correspondia à reivindicação de diferentes características supostamente enraizadas nas sociedades africanas, tais como “coletivismo, humanismo, papel dos laços familiares e de parentesco, sociabilidade, caráter democrático do governo

e do Estado” (2020, p.88-89). Nesse sentido, ao buscar atributos de legitimidade na própria experiência africana, tais socialismos se constituíam em expressões de autonomia na organização dos novos Estados, produzindo um princípio de divergência quanto à tradição desenvolvida desde o século XIX.

Para Vincent B. Khapoya, as condições registradas no pós-Independência inviabilizavam a construção de um Estado socialista marxista de tipo soviético:

Havia muitas contradições. Não havia burguesia nacional de que se falar nos países africanos. Não havia também um proletariado. Havia muitos grupos étnicos, vivendo vidas muito tradicionais, ligados aos líderes locais e sustentados por uma variedade de crenças e práticas que remontava a séculos. Muitos desses grupos foram submetidos às influências culturais dos missionários, dos colonizadores e dos empresários comerciais. Os líderes políticos, embora curiosos sobre o marxismo, eram indivíduos que vinham de grupos que de alguma maneira se beneficiaram do domínio colonial – eles eram bem-educados e aculturados em escolas ocidentais; alguns cultivaram o gosto do estilo de vida ocidental, mas eram muito conservadores e muito nacionalistas, com suas próprias ideias do que eles queriam que fossem feito para desenvolver os seus países (2016, p. 358).

123

Sem deixar de reconhecer certo exagero do autor no diagnóstico feito quanto à dinâmica da luta de classes no continente africano, o fato que as características encontradas após mais de três séculos de desenvolvimento marginal no capitalismo se tornou um ponto de partida estrutural para a produção de alternativas de inserção dos

novos atores no mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, condições objetivas eram apreciadas de diferentes formas pelos teóricos do socialismo africano, na procura de um modelo considerável compatível com as aspirações e os desafios encontrados, mas tornavam-se tarefa ainda mais difícil. Ainda na afirmação de um modelo alternativo, um sentido de união nacional encontraria espaço entre diferentes formuladores do socialismo africano. Ao negarem ou reduzirem a influência da luta de classes, tais perspectivas conclamavam para um processo de absorção dos conflitos na estrutura do Estado e participação ativa dos diferentes segmentos sociais no processo de desenvolvimento do país.

Apesar do desenho de um quadro aparentemente adverso para a URSS com a elevação da competição envolvendo potências extrarregionais e a própria dinâmica da vida política doméstica, o aprofundamento da Guerra Fria no continente africano forneceria uma nova “janela de oportunidade” para uma ampliação da ação soviética na África. Nos tempos da *détente*, a elevação da temperatura geopolítica na África Austral e no Chifre da África renderia a produção de conflitos indiretos com o bloco capitalista, no desenvolvimento de algumas importantes vitórias estratégicas na esfera internacional.

124

3.4. Retomada de influência (1975-1985)

Os anos 1970 representaram uma fase chave na história da URSS ao longo da segunda metade do século XX. Conforme Paulo Fagundes Vizentini (2005), o gigante vermelho se tornaria uma superpotência de fato e de direito, atingindo a paridade estratégica

com os EUA. Do ponto de vista socioeconômico, o mesmo período conciliou a produção de uma sensação de melhoria na qualidade de vida com a redução dos índices de crescimento econômico (Segrillo, 2012). Conhecido como era de estagnação, os anos finais da Era Brezhnev evidenciaram os limites de seu próprio processo de desenvolvimento, bem como a emergência de desafios domésticos para a manutenção de uma elevada capacidade de intervenção na cena internacional.

O período em questão produziria diferentes revezes para os EUA, a influência soviética no continente africano passaria por um processo de revitalização com o fim do colonialismo português na África Austral e a emergência da revolução etíope. Após quase uma década de recuos forçados pela contrarrevolução no Terceiro Mundo e o desenvolvimento de algumas derrotas estratégicas importantes na perda de alianças, os primeiros sentidos de mudança começaram a ser observados já no Chifre da África. Conforme Vincent B. Khapoya (2010), a derrubada do imperador Hailé Sellasié em 1974 e o gradativo processo de identificação da nova elite governante com um tipo de revolução marxista, associado com o avanço das tensões com a Somália, fizeram com que a URSS deslocasse seu apoio estratégico à Adis Abeba. Se até a primeira metade da década de 1970, os esforços soviéticos na região se concentravam frente ao governo de Siad Barre, as dificuldades de manutenção de um bom relacionamento entre as partes consolidaram a mudança que se tornaria favorável ao regime de Mengistu.

Figura 13 – Coronel Mengistu



Fonte: Autor desconhecido, 2017. Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Junto com Cuba, a URSS atuou como uma espécie de contrapeso às alianças ocidentais com a Somália, contribuindo militar e estrategicamente com a sobrevivência da própria revolução etíope e a produção de uma importante derrota ao exército somali. Tornando-se prioridade soviética na região, a Etiópia se tornaria um dos principais parceiros da URSS no continente africano, perdendo em números apenas para o Egito antes da metade dos anos 1970. Para Paulo Fagundes Vizentini (2012), a aproximação político-ideológica do regime etíope com uma linha marxista leninista dizia respeito tanto à produção de uma radical resposta nacional às desigualdades e mazelas existentes no país quanto à perspectiva de reorganização política a partir da produção de um Estado forte, capaz de acomodar

diferentes nacionalidades e promover ativamente o desenvolvimento econômico.

Do outro lado do continente, a evolução da descolonização angolana e a emergência de uma complexa guerra civil também promoveria um ganho estratégico para a URSS. Além do apoio ofertado no contexto do enfrentamento aos portugueses, o suporte bélico ao MPLA que, associado à participação direta de Cuba na nova dimensão de um conflito doméstico em vias de internacionalização, tornar-se-ia decisivo para a sobrevivência do governo de Luanda diante da ofensiva orquestrada pelas oposições e pela própria ação sul-africana em solo angolano. Do ponto de vista da organização do novo Estado, o fornecimento de mão de obra técnica e assessoria especializada evidenciava a vitalidade das relações entre Angola, a URSS e outros Estados socialistas alinhados à Moscou.

127

Em um país fortemente atingido pelos efeitos de mais de 20 anos de guerra em seu próprio território, além das dificuldades decorrentes com a saída maciça dos portugueses, Angola passaria por uma série de dilemas. A reivindicação de um Estado socialista e as tentativas de ampliação da participação pública em setores centrais da economia coexistiam com a importância das economias ocidentais para a agenda exportadora do país. Num mesmo sentido, só que na esfera política, a compreensão de um socialismo a partir da valorização da própria experiência histórica esbarrava num olhar crítico sobre a luta de classes, verificando-se a defesa de mecanismos de defesa de um tipo de União Nacional (Vizentini, 2012).

Alinhado com a perspectiva de afirmação da condição de superpotência e alimentando um cenário marcado por diferentes contrastes domésticos, a atuação soviética no continente africano incorporou parte do espírito de maior fortalecimento da inserção global de Moscou. Contudo, um novo revés seria observado a partir da década seguinte.

3.5. O retrocesso estratégico e seus efeitos para as relações russo-africanas (1985-1999)

Se os primeiros movimentos de transformação da política internacional ao longo dos anos 1970 pareciam favorecer a atuação global da URSS, o desenvolvimento de uma nova conjuntura na década seguinte promoveria um significativo recuo nas relações soviético-africanas. A ascensão da chamada nova direita nos EUA marcou o aprofundamento nos esforços de reação doméstica e sistêmica acerca do processo de relativo declínio da ordem global iniciada em 1945. Além das tentativas de pressão às economias concorrentes na esfera capitalista e na afirmação do neoliberalismo enquanto proposta hegemônica de redefinição das relações entre Estado, economia e sociedade, uma ofensiva geopolítica organizada a partir do mandato de Ronald Reagan se notabilizou pela retomada da corrida armamentista e pelo empreendimento de diferentes estratégias de desestabilização de Estados no Terceiro Mundo que, em maior ou menor medida, inclinavam-se para um relacionamento construtivo com os soviéticos.

Na esfera econômica, as crises do petróleo culminaram com resultados antagônicos para a URSS. Se o aumento dos preços propiciou a ampliação de condições para o financiamento das importações (Hobsbawm, 2017; Munhoz, 2020), o cenário também contribuiu para uma crise no setor energético de diferentes países do bloco socialista, colocando em xeque a relação entre matéria-prima e produção. Ainda na esfera produtiva, outras questões acentuavam o difícil quadro a ser vivido pelos soviéticos na última década do Estado socialista. As transformações decorrentes da Terceira Revolução Industrial e a produção de novos modelos de organização do trabalho aumentaram a distância entre o capitalismo desenvolvido e o socialismo (Segrillo, 2000). Carecia-se, portanto, de iniciativas que pudessem não somente contribuir para a adoção de modelos mais flexíveis de produção, como valorizar a dimensão qualitativa da produtividade, investindo em melhorias estruturais no setor industrial soviético.

Além dos problemas econômicos, questões de natureza política também permearam a vida do Estado soviético nos anos 1980. Do ponto de vista externo, o acúmulo de fracassos na intervenção ocorrida no Afeganistão, somado aos esforços desenvolvidos em outras arenas do Terceiro Mundo, evidenciaram os limites da ação soviética em meio ao quadro de crescente pressão estimulada pelos EUA. Na esfera doméstica, aspectos como a corrupção e a produção de novas assimetrias no seio da estrutura do Estado se tornaram fontes de inquietação entre membros do partido, a intelectualidade e setores mais gerais da sociedade.

Nesse ambiente, a ascensão de Mikhail Gorbachev marcaria o início de um período reformista na história soviética. Sob os lemas da *Perestroika* (reestruturação) e *Glasnost* (transparência), um movimento de dinamização das estruturas econômicas e políticas foi estimulado a partir do Kremlin, contando com a adesão de alguns segmentos que vislumbravam a necessidade de mudanças como um imperativo para o desenvolvimento do país. Congregando ações direcionadas ao aumento da eficiência e flexibilidade na produção, além da revisão nas relações entre Estado, setores produtivos e mercado, a primeira proposta encaminhava a URSS para um tipo de reforma semelhante ao processo chinês, visando a modernizar a economia e elevar suas condições de competitividade no cenário global. Em relação ao segundo núcleo de reformas, seu caráter político visava a transformar as interações entre partido e Estado (Hobsbawm, 2017), alterando uma lógica de poder que perdurou por mais de seis décadas.

O interesse do Kremlin em normalizar as relações com o ocidente influenciou na produção de mudanças nas orientações para o continente africano. Em *Perestroika: Novas Ideias para o meu país e o Mundo*, Gorbachev defendeu uma mudança no relacionamento entre Moscou e Washington frente aos processos políticos no Terceiro Mundo:

Convocamos a administração dos EUA a nos dar as mãos na busca de soluções para os problemas do terceiro mundo. Há outros caminhos, além da força, para que isso seja conseguido. Nossa proposta é, sobretudo, realista, os EUA devem encontrar um modo de redirecionar suas energias

e seus capitais – mobilizados para a consecução de objetivos militares – para atender a outras necessidades, para ajudar a resolver os problemas econômicos e sociais no mundo moderno (1986, p. 223).

Externando o interesse em diminuir as tensões registradas em diferentes focos de conflito geopolítico no sentido Leste-Oeste, os acenos de Gorbachev se traduziram em um desengajamento soviético em diferentes arenas. Em Angola, a capacidade soviética de ajuda ao MPLA se tornou cada vez mais reduzida diante dos problemas domésticos. Soma-se a isso uma mudança de orientação quanto ao conflito civil. Materializando uma postura de diálogo em relação ao Ocidente acerca das crises do Terceiro Mundo, Moscou ocuparia a condição de um dos mediadores entre governo e a Unita, estabelecendo um princípio de cessar fogo e convocação de novas eleições presidenciais para o início dos anos 1990.

No contexto das relações soviético-etíopes, um princípio de afastamento foi ainda mais dramático. Conforme Paulo Fagundes Vizentini (2012), além das divergências entre Moscou e Asmara quanto à situação da Eritreia, a retirada do auxílio soviético contribuiu para a perda de legitimidade do governo de Mengistu, empurrando o país para uma crise política que levaria ao fim do regime constituído no início dos anos 1970. Apesar da redução de sua atuação em nível continental, o Kremlin continuou a desempenhar um papel de relativa importância na defesa do fim do *apartheid* sul-africano e na luta pela independência da Namíbia.

Em certa medida, o fim da URSS e a ascensão de uma Federação Russa independente, sob o comando de Boris Yeltsin, aprofundou as tendências de distanciamento em relação à África. Mergulhado em graves problemas sociais e econômicos, somado às incertezas acerca do lugar a ser ocupado pelo novo Estado em uma ordem mundial em construção, o país viveria uma forte retração em sua inserção internacional, perdendo a capacidade de incidir assertivamente sobre diferentes agendas em nível regional e global.

Os efeitos do desmantelamento soviético para a Rússia foram significativos. Sofrendo um retrocesso estratégico e territorial de mais de quatro séculos (Hobsbawm, 2017; Vizentini, 2022), o país se viu diante de diversos desafios de natureza doméstica e sistêmica ao longo dos anos 1990. Do ponto de vista econômico, os impasses quanto ao reformismo socialista deram lugar a uma relativa hegemonia neoliberal na condução da transição para a economia de mercado, impulsionado por uma onda de privatizações e redefinição do papel do Estado no sistema produtivo. Tal processo teve ao menos duas consequências. A primeira delas diz respeito à formação dos chamados “oligarcas”, um seleto grupo de sujeitos que, ao adquirirem boa parte do controle de empresas ligadas a setores estratégicos da economia, tornaram-se peças-chave no desenvolvimento da vida política do país. Evidência disso pode ser observada nas considerações de Angelo Segrillo (2012) sobre o tema. Classificando tal segmento como uma verdadeira “plutocracia” (Segrillo, 2012, p. 327), tal grupo se notabilizou por influenciar direta e indiretamente os

rumos do governo Yeltsin, estabelecendo uma relação de dependência entre o Kremlin e as novas facetas da elite econômica russa.

Outra consequência do processo de transição foi a desestruturação social. Além dos problemas relativos à instável posição da Rússia nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, a perda do papel social do Estado também influenciou na formação de um contexto de crise aguda, marcado pelo aprofundamento de diversos problemas como o aumento do alcoolismo e o crescimento populacional negativo. Do ponto de vista da política externa, a Rússia de Yeltsin transitou entre certo otimismo quanto às relações com o Ocidente à desilusão diante da manutenção das estratégias de promoção de um cerco ao país.

Figura 14 – Boris Yeltsin



Fonte: SCULL, 2023. Domínio Público – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Autores como Carlos Taibó (2018) identificam ao menos duas fases na trajetória da inserção internacional russa ao longo desse período. Os quatro primeiros anos de governo Yeltsin foram marcados por uma aproximação relativa com o chamado mundo ocidental, materializado em movimentos como a adesão da Rússia ao FMI e ao Bird, da abertura de diálogo com a Otan e do apoio ou conivência com determinadas ações de Washington no exterior, como no contexto da Guerra Civil Iugoslava. Contudo, diante do descompasso entre discurso e prática estadunidense diante da Rússia, um caminho mais autônomo nas relações internacionais foi almejado a partir de 1995, ganhando maior força em contextos como a primeira onda de expansão da Otan na antiga zona de influência soviética e no bombardeio estadunidense ao território iugoslavo em 1999. As tentativas de correção de rumos esbarravam no agravamento da situação doméstica. Exemplo disso residiu na incapacidade russa em reagir aos movimentos de expansão da Otan e da União Europeia (UE).

Do ponto de vista africano, o afastamento russo alimentou ainda mais o cenário de marginalização geopolítica sofrido no pós-Guerra Fria. Mesmo diante da perda da capacidade de ação soviética, o acirramento das tensões globais, articulado com as crises regionais e nacionais, elevava a capacidade de barganha dos Estados, transformando-se em vetor de diversificação das relações externas. Nesse sentido, se a década em questão sinalizava com a possibilidade de abertura, mesmo que limitada, de uma nova era para o continente, sua posição relativa no âmbito das transforma-

ções globais se encontrava incerta frente ao processo de redefinição das suas relações com diferentes e anti-gas potências globais.

3.6. Recuperar o “tempo perdido”? A Rússia de Putin e a retomada de uma política africana (2000-2023)

Um novo momento da política externa russa foi inaugurado com a chegada de Vladimir Putin (2000-2008) ao Kremlin. Impulsionado pelo boom das commodities e por um processo de revisão no papel do Estado em setores estratégicos da economia russo, a nova fase congregou tendências de crescimento com alguma melhoria social, estabelecendo um contraste com os quase dez anos de fracasso da transição sob as bases neoliberais¹³. No ambiente externo, o abandono

135

13 Influenciado pelo aumento nos preços do petróleo e do gás natural a partir dos anos 2000, a melhora na economia russa durante os dois primeiros mandatos de Putin pode ser observada na existência de uma taxa de crescimento de aproximadamente 7% ao ano, redução da inflação, aumento do salário real e redução dos índices de pobreza (Segrillo, 2012; Taibó, 2018). Do ponto de vista das relações entre o Estado e as elites econômicas, o então presidente estabeleceu mudanças frente às ligações entre o Kremlin e os chamados oligarcas. Além de recuperar parte da participação econômica do Estado em setores estratégicos, a formação de um acordo tácito com parcela das elites que se enriqueceram diante do processo de privatização dos anos 1990 foi estabelecido a partir do interesse pelo afastamento de tais segmentos da política, da formação de um capitalismo regulado e, em contrapartida, uma relativa tolerância do Kremlin em relação aos seus negócios (Taibó, 2018).

de uma tendência ocidentalista deu lugar ao desenvolvimento de um gradual engajamento em iniciativas envolvendo potências emergentes como os Brics, além de um movimento de retomada do protagonismo russo no espaço pós-soviético.

Entre ações que reafirmavam a prioridade do ambiente regional e outras movimentações que ampliaram as fronteiras de ação da Rússia em um sistema mundial em transformação, um processo de reemergência foi também estimulado pelo horizonte de recuperação de sua atuação no continente africano. Tal processo, porém, não se daria sem algumas contradições. Ainda no governo de Dmitri Medvedev, as posições russas no Conselho de Segurança da ONU durante o contexto da crise Líbia de 2011 não foram capazes de impedir a organização de uma intervenção militar que, sob a bandeira da Otan, derrubou o governo de Muammar Kadhafi. De lá pra cá, já sob os novos mandatos de Vladimir Putin, um estreitamento de laços entre a Rússia e os países africanos pode ser observado a partir de diversas ações.

Na esfera militar, um processo de cooperação se desenvolve tanto a partir de iniciativas diretamente ligadas ao Estado quanto por meio da ação de agentes privados como o chamado Grupo Wagner. No primeiro caso, o comércio de armas com o continente africano assumiu uma das linhas de frente em tal esfera de relacionamento entre as duas partes. Em países como o Egito, os russos recuperaram parte do seu papel no fornecimento de material bélico no país ao longo dos últimos anos, alcançando a condição de terceiro maior exportador de armas em parte da última década (Achraimer, 2022).

Até recentemente sob a liderança de Yevgeny Prigozhin, o Grupo Wagner se constituiu em outra vertente de atuação russa no continente africano. Classificada como uma empresa militar privada, a organização surgiu no seio da contemporânea crise russo-ucraniana, acumulando atuação no Leste Europeu, Oriente Médio, Norte da África e África Negra. Apesar do seu caráter não estatal, as aproximações entre sua atuação e a defesa dos interesses do Estado russo são notáveis. Assumindo algum protagonismo em conflitos políticos na Líbia, República Centro Africana e no Mali, tal segmento paramilitar se consolidou enquanto uma das múltiplas faces da cooperação militar envolvendo a Rússia e a África.

Outras faces do relacionamento entre russos e africanos podem ser analisadas à luz do relatório do *Valdai Club* sobre o tema, publicado em 2023 (Barabanov *et al.*, 2023). Realizando uma espécie de estado da arte sobre o nível de interação entre as duas partes nos últimos anos, o documento reconhece uma série de linhas de ação de Moscou no continente negro, bem como projeta algumas expectativas, desafios e cenários outros acerca do esforço do país em, ao se inserir num ambiente de elevada competição internacional, contrapor os tempos de relativo distanciamento do continente. No tocante às iniciativas multilaterais, a organização da I Cúpula Rússia-África em São Petersburgo (2019) assumiu a condição de marco na trajetória das relações contemporâneas. Reunindo quase 50 chefes de Estado africanos em solo russo, o evento foi caracterizado pela assinatura de pouco mais de 12 bilhões de

dólares em acordos envolvendo os países participantes. Apesar de inferior aos números registrados em outras cimeiras envolvendo os Estados africanos e potências extrarregionais como os EUA e a China, tal iniciativa demonstra certo potencial russo em tentar superar a ausência histórica de uma política específica e sólida para o continente nas últimas décadas.

Figura 15 – Cúpula Rússia África (2019)



138

Fonte: KREMLIN, 2019. CC BY – SA 3.0 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Sobre as relações comerciais, o continente africano ainda representa pouco para o comércio exterior russo. Apresentando um caráter superavitário, as exportações russas para o continente ultrapassaram os 14 bilhões de dólares em 2021, protagonizadas pelo comércio de cereais e combustíveis fósseis. Outra vertente histórica de atuação de Moscou é a cooperação educacional. Produzindo iniciativas na perspectiva de uma retomada de um papel mais assertivo no apoio

ao ensino universitário, o número de bolsas oferecidas aos estudantes africanos mais que dobrou entre 2019 e 2023, ultrapassando a marca de quatro mil.

A avaliação dos resultados também incorpora um sentido crítico. Entre as principais considerações, o reconhecimento de um sentido mútuo de desconhecimento, as limitadas capacidades russas em relação aos seus outros concorrentes externos e as consequências geopolíticas e geoeconômicas da Guerra da Ucrânia são encarados como desafios a serem enfrentados no processo de afirmação de uma política russa para a África. Tal diagnóstico conjuntural acompanha também um breve balanço sobre a interação africana em relação ao conflito no Leste Europeu. Considerando um balanço acerca do padrão de votação dos Estados Africanos na Agnu em relação às resoluções que versam sobre a Guerra, o documento salienta a existência de pelo menos três agrupamentos no interior do continente.

Composto por 19 Estados, um primeiro grupo protagonizado pela África do Sul, a Argélia, o Sudão e a República Centro-Africana se caracteriza pela inexistência de votos contrários a Moscou na ONU. Mesmo diante das pressões dos Estados Ocidentais, tais Estados não transitaram em favor de resoluções que condenam a Rússia ou afrontaram seus interesses. Noutro coletivo, composto por 11 países, protagonizado por Angola, Gabão e Marrocos, estariam Estados que votaram em uma ou em até três resoluções contrárias às posições russas. Na avaliação do relatório, a existência de uma relativa maioria de votos em favor da Rússia explicita um sentido de cooperação ainda existente com

tais países, mas em condições mais restritas que no primeiro caso. Por fim, um terceiro grupo composto por 24 países, incluindo Egito e Nigéria, marcado pela apresentação de posições majoritariamente desfavoráveis a Moscou na ONU. Apesar de congregarem também países importantes no contexto da reaproximação russa com o continente, o relatório chama atenção para os limites existentes na cooperação entre tais Estados e Moscou.

Do ponto de vista da dinâmica geopolítica, Moscou se constitui em peça integrante de um processo de diversificação das relações externas de diferentes estados africanos:

No caso da Rússia não há, em relação aos outros, relações ruins herdadas do passado, como sucede diante dos vínculos dos Estados africanos com as potências coloniais. De modo geral pode-se afirmar que são muitos os países da África subsaariana que aspiram diversificar suas relações externas e que observam na Rússia uma possibilidade certa de reduzir a dependência em relação ao Ocidente (Taibó, 2018, p. 115, tradução livre).

140

Nas incertezas de uma crise sistêmica, as relações russo-africanas adquirem um sentido importante também para os diferentes atores do continente, elevando a capacidade de manobra diante de uma conjuntura internacional marcada pela emergência de novos desafios no campo da recuperação econômica, dos desafios à segurança alimentar e energética. Se os resultados econômicos e algumas iniciativas em relação à cooperação se mostram tímidas ao serem objeto de comparação com outras potências, o sentido geopolítico de tais

relações se eleva diante das mutações observadas nas políticas domésticas e externas de diferentes Estados africanos, inclusive em regiões outrora protagonizadas pela influência das antigas potências coloniais.

3.7. Entre passado, presente e futuro: a Rússia na África

De Lenin a Putin, movimentos de aproximação e distanciamento entre Rússia e a África ao longo de quase 100 anos ilustram o desenvolvimento de um relacionamento relativamente multifacetado, transitando entre o horizonte de redefinição sistêmica e a possibilidade de maior projeção externa dos mais diferentes atores envolvidos em tais interações. Nas dinâmicas envolvendo Estados, partidos e movimentos, a trajetória de tais contatos se tornou a base para a formação de uma memória relativamente positiva sobre o papel de Moscou no continente, relacionado com as perspectivas de enfrentamento dos desafios contemporâneos dos Estados independentes e sua inserção no sistema mundial a partir da segunda metade do século XX.

Sem entrar no mérito de uma suposta natureza anti-imperialista de tal relacionamento, mesmo após o fim da URSS, os ventos de mudança na política internacional sopram nas direções africanas e russas a partir da construção de um relacionamento assertivo em campos estratégicos como energia, infraestrutura e na cooperação militar. Diante do agravamento da crise sistêmica, a baixa capacidade de ação russa em relação aos poderosos concorrentes no Ocidente e mesmo a China

não se traduz necessariamente em pouca influência geopolítica, como demonstrado a partir das dificuldades dos Estados da Otan em atrair os atores africanos para uma linha anti-russa nas discussões multilaterais sobre a Guerra da Ucrânia.

4 PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO: DE ATOR COADJUVANTE À PROTAGONISTA

Em 1956, o Egito se tornou o primeiro Estado africano a formalmente reconhecer a República Popular da China. Tal medida alimentou ainda mais as desconfianças das potências ocidentais acerca da natureza do regime liderado por Gamal Abdel Nasser. Nas apostas acerca da construção de um relativo isolamento internacional do país liderado por Mao Tsé-Tung, a ampliação de relações com os Estados do chamado Terceiro Mundo contribuía para o aumento da margem de manobra do gigante socialista que, para além da aliança então existente com os soviéticos, atrelava sua inserção internacional junto a movimentações político-diplomáticas junto a outros atores afro-asiáticos.

Quase 70 anos depois, o mesmo Estado que lutava pela construção de uma legitimidade internacional possui hoje o reconhecimento formal de 54 dos 55 países africanos. Além da dimensão jurídico-política, sua crescente influência econômica se tornou um dos fatores mais importantes no processo de elevação da competição estratégica no continente negro, oferecendo uma alternativa real aos países africanos frente às tradicionais influências das antigas potências coloniais e, em certa medida, ao vazio deixado pelo desengajamento da URSS nos anos 1980. Do lado chinês, a vinculação de

suas relações com a África aos objetivos de manutenção de seu desenvolvimento econômico e ampliação de sua atuação global promoveu uma espécie de revitalização em tais laços nas últimas décadas. Apesar de não assumir a condição de prioridade na construção de sua inserção internacional, as relações sino-africanas assumiram cada vez mais um tom estratégico no redesenho da ordem global.

Nos esforços de compreensão dessa trajetória contemporânea, buscaremos reconhecer os principais vetores de atuação chinesa no continente desde a Revolução de 1949. Para tanto, destacam-se a existência de ao menos quatro fases. Num primeiro período que se inicia ainda na década de 1950 e se estende até pelo menos 1961, os contatos entre chineses e africanos assumiram alguma importância no âmbito da construção conceitual e política do Terceiro Mundo, numa perspectiva de construção das bases de atuação internacional do novo regime e desenvolvimento de uma solidariedade aos movimentos de luta pela libertação nacional. Entre as décadas de 1960 e 1970, a ruptura sino-soviética elevava o caráter estratégico do continente no processo de afirmação internacional do país, num processo marcado pelas tentativas de construção de zonas de influência em diferentes partes do continente, produção de iniciativas de cooperação militar e econômica com Estados e movimentos de libertação, além da adoção de uma semântica radical sobre os sentidos de ruptura com o que se considerava como diferentes formas de imperialismo das antigas potências coloniais e dos Estados protagonistas dos blocos de poder emergentes no pós-Guerra.

Sob os efeitos do processo de modernização econômica do país a partir das reformas de Deng Xiaoping, um novo impulso para as relações sino-africanas seria dado na passagem dos anos 1980 e 1990. Naquele contexto, um movimento de revitalização de tais laços seria pautado especialmente pelos objetivos econômicos, com destaque para o crescente interesse chinês em desenvolver novas condições de cooperação e acesso aos mercados africanos, especialmente em setores estratégicos como energia. Como um aprofundamento de tal movimentação, o início do século XXI e o processo de “afirmação africana” (Vizentini, 2010, p. 85) elevou os contatos entre chineses e africanos, envolvendo, dentre outras coisas, iniciativas de institucionalização, ampliação da influência geopolítica e diversificação de parcerias.

145

4.1. Dos tempos da Revolução às iniciativas Terceiro-Mundistas (1950-1961)

Entre o fim da primeira metade do século XIX até 1949, a China conviveu com diferentes problemas externos e internos que colocariam em risco sua existência enquanto Estado independente. Apesar de não ter sido submetida formalmente à condição de colônia, um gradativo e complexo processo de desagregação do Império envolveu tanto o avanço dos interesses ocidentais e do próprio Japão no país quanto a crescente instabilidade social envolvendo os focos de poder representados pelos senhores de guerra e as tensões no mundo rural.

No primeiro caso, um movimento econômico de abertura forçada do território chinês para as economias capitalistas europeias e estadunidense foi acompanhado também de esforços pela ampliação de influência cultural, a exemplo dos crescentes movimentos de missionação para o interior do país. Além da produção de tratados desiguais, responsáveis pela afirmação do privilégio estrangeiro na China, conflitos diretos com as potências orientais e ocidentais se somaram a processos que envolveram perda de territórios, evidenciando a fragilidade pela qual o milenar império foi submetido.

O advento da República a partir da década de 1910 não alterou radicalmente esse quadro. Conforme Wladimir Pomar (2003), além da manutenção da dominação estrangeira, a concentração de terras no campo e o ambiente de instabilidade social sobreviveram às mudanças de regime. Junto a isso, a inexistência de um Estado efetivamente centralizado, ainda marcado pela permanência de focos regionais e locais de poder que não necessariamente se submetiam a Pequim. Ao longo de boa parte dos 40 anos até a Revolução, a vida político-social chinesa foi marcada pela emergência de novos atores como o Partido Comunista, os impasses envolvendo a postura dos ditos nacionalistas frente à alternativa política sistêmica e frágil soberania do Estado republicano, os desafios de afirmação de uma centralização política diante da existência de diferentes focos de poder, além do desafio representado pela ascensão do imperialismo japonês no Pacífico.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, o país asiático viveria uma situação extremamente curiosa. Em

meio à desconfiança entre o *Kuomintang* e os comunistas, adversários em meio a uma Guerra Civil que se arrastou ao longo de quase uma década, a costura de uma aliança anti-japonesa externava os desafios de um país afetado por conflitos das mais diferentes naturezas. Ainda do ponto de vista externo, o caráter estratégico da China na luta contra o eixo se afirmaria mesmo diante da confusa situação política doméstica. Nas negociações envolvendo a construção de uma nova ordem global a partir das negociações entre os aliados envolveu diretamente Pequim. Na concepção unimundista defendida por Roosevelt, a tese dos chamados Quatro Policiais enquanto possíveis atores responsáveis pela regulação do novo ambiente externo reforçava certa importância de um Estado que, mesmo diante dos impasses registrados quanto à ausência de solidez na aliança entre duas forças antagônicas.

A vitória do processo revolucionário em 1949 abriu um novo capítulo na trajetória interna e externa da China. Do ponto de vista doméstico, problemas estruturais como a concentração de terras no campo e a forte influência externa no capitalismo chinês coexistiam com questões conjunturais de uma economia afetada pelos tempos de conflito entre o PCCh e o *Kuomintang* e, num plano sistêmico, das disputas decorrentes da II Guerra Mundial. Externamente, a constituição de um regime liderado pelos nacionalistas na Ilha de Formosa recebeu apoio estratégico das potências ocidentais, considerado estrutural dentro dos esforços de uma política de contenção ao comunismo na Ásia. Nessa perspectiva, além de perder representação na ONU, inclusive no Conselho de Segurança,

Pequim se viu diante de um desafio de afirmação de legitimidade internacional frente às tentativas de promoção do isolamento do novo regime.

Figura 16 – Mao Tsé-Tung (1965)



Fonte: Autor Desconhecido, 2023 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

O novo regime assumia um caráter inédito para a história da China contemporânea, conforme sugere Perry Anderson:

Na China, a revolução veio na esteira da Guerra Civil, e seus efeitos imediatos foram sentidos como uma redenção daquele transe. Por mais de um século, a China não tivera um governo central capaz de se contrapor à agressão estrangeira e assegurar a manutenção da ordem no país. O comunismo trouxe ambos: soberania nacional e paz interna (2018, p. 36).

Na produção de uma nova fase histórica para a China, o governo liderado por Mao Tsé-Tung se envolveu no triplo de efetivação das reformas socioeconômicas e políticas no plano interno, reinserção internacional diante das condições adversas a partir da reação das potências ocidentais à Revolução e construção de um lugar complexo no campo da história das utopias no século XX. No primeiro caso, conforme Wladimir Pomar (2003), o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento colhia dificuldades conjunturais e estruturais, envolvendo a pouca oferta de crédito externo, a produção de certa dependência em relação aos soviéticos e impasses quanto a melhor maneira de organização das relações entre Estado e setores dinâmicos da economia.

As tentativas de aprofundamento da revolução envolveram o estabelecimento de planos quinquenais, voltados à industrialização e modernização do país, reorganização das forças produtivas no campo e na cidade, além de esforços para a produção de avanços sociais. No campo político, impasses acerca do presente e do futuro da revolução estimularam o desenvolvimento de lutas internas e debates acerca das melhores alternativas domésticas e internacionais a constituírem as agendas governamentais.

Diante desse cenário, a primeira década após a Revolução foi marcada pelo desenvolvimento de alguns impulsos nas relações internacionais chinesas. Além da prioridade atribuída ao relacionamento com os soviéticos, outros vetores de ação de Pequim envolveram algumas iniciativas de aproximação com outros atores

asiáticos recém-independentes. Um dos marcos nesse processo residiu na anúncio dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, um aceno a uma perspectiva de normalização das relações continentais:

A diplomacia asiática contemporânea tem como um dos seus mais sólidos postulados, aceitos praticamente pela totalidade dos Estados da região os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, enunciados há pouco mais de meio século por Chu En-Lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, durante viagem à Ásia Meridional, que representavam uma espécie de padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional, 2) não agressão, 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (Vizentini, 2011, p. 44-45).

150

Nas tentativas de enfrentamento ao desafio de legitimidade externa, os princípios de Genebra fundamentaram uma espécie de base de atuação diplomática da China, reivindicada em diferentes contextos ao longo da História. Assumindo certo compromisso com a construção de relações diversificadas com os atores recém-constituídos no seio dos processos de descolonização, o Terceiro Mundo se transformaria num vetor possível de afirmação da política externa do novo regime. Do ponto de vista das relações com o continente africano, dois movimentos podem ser observados ainda nesse contexto. No cultivo por reconhecimento internacional, um importante passo para a China se deu a partir do Egito de Nasser. Além de constituir um dos poucos Estados

independentes no continente até então, sua posição no concerto afro-asiático representava uma importante vitória diplomática de Pequim. Do lado egípcio, tal passo representaria, ao mesmo tempo, a afirmação de um tipo de inserção mais autônoma frente às dinâmicas globais e, em contrapartida, elevação da desconfiança das potências ocidentais quanto aos horizontes políticos do país africano.

A Conferência de Bandung (1955) representaria um importante momento para o novo regime na política externa. Além de uma primeira vitória geopolítica com a não participação do regime do Kuomintang no encontro, a participação de Pequim teria chamado atenção de diferentes atores afro-asiáticos. Na perspectiva de aplicação dos princípios destacados anteriormente, a busca por uma conciliação reafirmava as intenções de ampliação dos laços com Estados de seu entorno e outros atores que pudessem (Prashad, 2012), em maior ou menor medida, reverter o quadro adverso no cenário internacional.

Além do apoio diplomático e político aos movimentos de libertação e Estados recém-independentes, as políticas chinesas para a África envolveriam a mobilização em prol do aprofundamento das lutas anti-imperialistas e estabelecimento de novas perspectivas de cooperação. Conforme Gustavo Rocha de Menezes (2013), a ruptura sino-soviética estimulou um sentido de aprofundamento da natureza político-ideológica de suas relações com o continente africano, ampliando o nível de competitividade estratégica envolvendo os blocos de poder da Guerra Fria e atores emergen-

tes no seio do Terceiro Mundo. Entre os anos 1960 e 1970, tais diretrizes nortearam a presença chinesa nas Áfricas.

4.2. Da competição estratégica aos tempos da modernização (1961-1980)

Para Iba Der Thiam e James Mulira (2010), as relações sino-africanas transitaram entre três importantes fontes de desenvolvimento. Entre os principais aspectos, o compromisso com o avanço das revoluções no antigo mundo colonial, as disputas por áreas de influência diante da presença soviética e estadunidense, além da construção de uma identidade transcontinental a partir do reconhecimento de uma trajetória de luta e resistência contra as forças estruturantes e estruturais da dominação ocidental.

152

Na primeira metade dos anos 1960, movimentos de natureza multilateral e bilateral estabeleceram alguns dos sentidos de aproximação da China com as Áfricas. No primeiro caso, apesar de não se situar entre os principais expoentes das conversações que conduziram a construção da I Conferência dos Não Alinhados, as perspectivas chinesas acerca de uma movimentação liderada por Nasser e Tito transitavam entre a relativa desaprovação quanto à ampliação geográfica de tal iniciativa, desconfigurando o seu caráter afro-asiático, e desconfiança acerca do papel da Iugoslávia entre os Estados participantes. Conforme Jovan Cavoski (2022), Pequim observava a Conferência de Belgrado (1961) como um espaço de disputa entre diferentes forças polí-

ticas imersas no Terceiro Mundo, reflexo não apenas da heterogeneidade da iniciativa forjada no início dos anos 1960, como da dinâmica mais geral da luta ideológica que ultrapassava diferentes arenas geopolíticas.

Na mesma década em questão, os périplos de Zhou Enlai visavam a ampliar a presença geográfica da China no continente, bem como lançar as principais bases de uma política de apoio e cooperação com os Estados e movimentos em luta pela libertação. Em documentos como os *Oito Princípios de Assistência Econômica – RPC – África* (1963) e os *Cinco Princípios que Governam o Desenvolvimento das Relações com os Países Árabes e Africanos* (1963), as linhas mestras de um relacionamento pautado pela defesa das soberanias e ampliação das condições de desenvolvimento, integração regional e continental, além da criação de formas consideradas benéficas ao enfrentamento dos desafios crescentes dos novos Estados.

153

Figura 17 – Zhou Enlai (1954)



Fonte: Autor Desconhecido, 2011- Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2023).

Como uma das materializações desse processo, a colaboração na construção da Tazara representou uma importante afirmação do processo de cooperação chinesa no continente. Em uma região em efervescência pelas lutas entre movimentos de libertação e de combate às formas de segregação, a constituição de uma estratégia ferroviária entre a Zâmbia e a Tanzânia, possibilitando uma integração econômica entre os dois países fora do eixo de dependência em relação à Pretória.

Alinhado com o discurso de coexistência pacífica e as necessidades de ampliação do nível de reconhecimento externo, a presença econômica da China assumiu um caráter diversificado. Segundo Iba Ther Thiam e James Mulira (2010), a ajuda chinesa aos Estados africanos alcançaria quase 1,5 bilhões de dólares entre 1956 e 1977, sendo destinada para diferentes ações como obras de infraestrutura, cooperação técnica e apoio aos projetos de desenvolvimento. Do ponto de vista político, uma difícil equação envolvendo a manutenção do compromisso revolucionário e a disputa de posição tanto em relação ao Ocidente quanto frente aos soviéticos estimulava a produção de alinhamentos controversos. Se, em partes da África Austral, a China esteve ao lado de grupos ou governos considerados radicais, em outras partes do continente predominava certa dose de pragmatismo geopolítico, confirmando relações com coletividades conservadoras e, até mesmo, pró-ocidentais.

Nas manifestações de tal tendência, aproximações como as desenvolvidas junto ao Congo de Mobutu Sese Seko e aos movimentos de libertação em Angola que

rivalizavam com o MPLA evidenciaram as dificuldades de uma inserção geopolítica sólida, especialmente diante das dinâmicas da Guerra Fria e do próprio ambiente de instabilidade doméstica em diversas partes do continente. Desse modo, sem desconsiderar os importantes passos promovidos pela diplomacia chinesa no continente africano ao longo dos 20 primeiros anos da Revolução, a consolidação de sua influência se esbarrava no próprio nível de competição estratégica do contexto, impulsionando movimentações que representavam um risco aos princípios e horizontes traçados desde então para o mundo anticolonial.

4.3. Das transformações domésticas às novas perspectivas para as relações exteriores (1980-2000)

155

A morte de Mao Tsé-Tung e a disputa pelo poder que consolidaram o nome de Deng Xiaoping abriram uma nova era no curso da revolução chinesa. Se a estratégia de desenvolvimento e modernização do país não foi objeto de consenso nas primeiras décadas após a vitória do movimento em 1949, a era que se abria a partir dos anos 1970 dialogava, em certa medida, com alguns dos impasses envolvendo os diferentes tipos de propriedade dentro de um mesmo sistema econômico, o curso da industrialização e a inserção do país no conjunto de transformações pelo qual a economia global sofria.

Figura 18 – Deng Xiaoping (1979)



Fonte: ACRITERION, 2022. CC BY – SA 4.0 – disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Para Perry Anderson (2018), apesar da China possuir condições mais desfavoráveis que a Rússia para a realização de reformas substantivas em seu modelo de desenvolvimento, ao menos quatro elementos contribuíram na caminhada rumo à adoção de um modelo economicamente mais flexível. Além de não sofrer diretamente com o ônus da Guerra Fria num contexto em que possuía relações de acomodação com os EUA, aspectos como os índices de industrialização, a situação do campesinato e a composição étnica mais homogênea favoreceram a produção de mudanças em curto espaço de tempo. Associado a esses aspectos, também podemos destacar ao menos mais dois fatores. De um ponto de vista global, as mudanças na geografia do capitalismo impulsionaram a organização de uma nova DIT, fundamentada pela descentralização dos processos de produção

e busca pela ampliação dos lucros a partir de zonas detentoras de mão de obra qualificada e relativamente barata. Mais especificamente no Leste Asiático, esse sentido de transformação se materializaria desde meados dos anos 1960 com a formação dos Tigres Asiáticos, numa operação geoeconômica e geopolítica de transformação de Estados dependentes da exportação de commodities em zonas exportadoras e produtoras de tecnologia.

Nesse ambiente de mudança nos mais diferentes níveis, as reformas chinesas envolveriam a produção de quatro sentidos de modernização:

Em 1978 o país adota a política das quatro modernizações que consagra reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação (Vizentini, 2011, p. 61).

157

Elevando suas condições de participação na engrenagem da economia global, as reformas chinesas culminaram com um expressivo *boom* e uma revitalização na sua ação externa. Se a recuperação da representação na ONU e da cadeira permanente no Conselho de Segurança assegurou novas credenciais políticas para Pequim, os imperativos do desenvolvimento econômico influenciaram no desenvolvimento de novas perspectivas de inserção externa.

Em relação ao continente africano, o avanço no processo de estabelecimento de relações formais com

boa parte dos Estados e reconhecimento da legitimidade do governo de Pequim abriu caminhos para uma maior vinculação de tais contatos na manutenção dos elevados índices de desenvolvimento do país. Sem deixar de abandonar parte dos princípios que moveram a constituição de um relacionamento fundamentado pela solidariedade anticolonial e igualdade entre os Estados, a adoção de uma perspectiva ainda mais flexível culminaria com certo desengajamento em alguns cenários de conflito, como em Angola, além da manutenção de importantes laços voltados à cooperação e ao comércio. Conforme Gustavo Rocha de Menezes (2013), longe de constituir uma fase de recuo nas relações sino-africanas, a primeira década após a implantação das reformas marcaria o advento de uma era de relativa transição, abrindo os caminhos para uma inserção econômica ainda mais forte.

Nos anos 1990, num aparente descompasso envolvendo a marginalização geopolítica do continente africano frente ao fim da Guerra Fria, a presença chinesa se configuraria como uma peça importante. Do lado de Pequim, as pressões políticas do Ocidente após os conflitos na Praça da Paz Celestial (1989) e em favor de algum nível de liberalização política no país sofreriam com um incremento de natureza econômica. Na defesa do neoliberalismo enquanto principal vetor da reorganização da economia global após as crises de 1970 e frente à perspectiva de recuperação de seu comércio exterior, as pressões estadunidenses pela promoção de certo reenquadramento do processo de desenvolvimento asiático ocasionaria uma crise de importantes proporções.

Nesse cenário de travessia da política internacional, as ações chinesas para as Áfricas envolveram a realização de encontros de alto nível, ampliação da presença econômica e desenvolvimento de “parcerias estratégicas” dentro e fora do continente (Menezes, 2013). Dentro dos esforços de manutenção das elevadas taxas de crescimento econômico, a inserção do continente africano na engrenagem do desenvolvimento chinês assumiria maior importância diante da identificação de um crescente mercado consumidor de manufaturados e tecnologia, obtenção de matérias-primas e recursos energéticos indispensáveis à produção do gigante asiático, além da perspectiva de apoio político-diplomático na esfera global.

Frente às incertezas da política internacional, a China assumiria certa dianteira na perspectiva de reinserção do continente negro no pós-Guerra Fria. Num quadro externo marcado pelo retrocesso estratégico vivido pela Rússia e das novas prioridades dos EUA a partir do discurso de uma Nova Ordem Mundial, além do enfoque europeu no avanço do processo integracionista, Pequim atuou de forma decisiva para a ampliação de sua influência no continente africano.

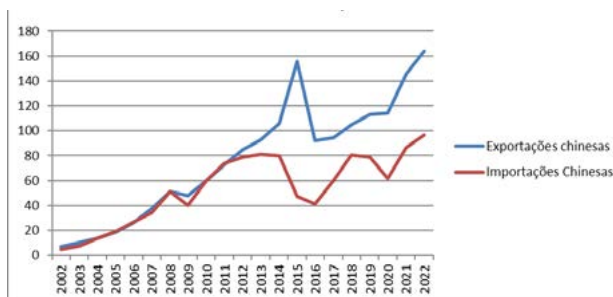
4.4. A China no processo de reafirmação africana: alcance de protagonismo (2001-2022)

Como observado no primeiro capítulo, a abertura de um novo século representou também a consolidação de uma fase relativamente otimista acerca do futuro do continente africano. Alimentado pelo crescimento econômico proporcionado pelo *boom* das commodities, pelo avanço da integração continental e sub-regional, além de novas perspectivas de ampliação da estabilidade política e criação de condições para enfrentamento dos desafios sociais, tiveram também na presença chinesa um curso decisivo.

Os fundamentos das relações sino-africanas contemporâneas são variados. Do ponto de vista comercial, predominam ainda as premissas de inserção do continente na manutenção do projeto de desenvolvimento chinês. Entre produtos de baixo valor agregado, manufaturados e transferência de tecnologia, a afirmação de um sentido de relativa complementaridade econômica favoreceu o avanço de tais contatos, a tal ponto de Pequim ter se tornado o principal parceiro comercial do continente africano.

Um diagnóstico dessa presença pode ser observado no gráfico a seguir, considerando a evolução comercial ao longo de 20 anos:

Figura 19 - Relações Comerciais entre China e África (2002-2022)

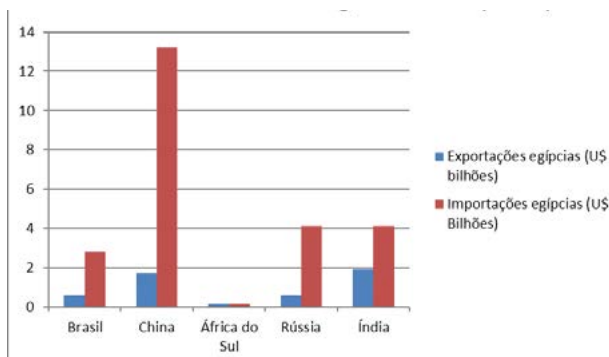


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de John's Hopkins China - Africa Research Initiative (2023).

Ao contrário das relações comerciais com os EUA, os índices chineses apresentam um considerável déficit para o continente africano. Contudo, as importações chinesas, reflexo do elevado volume comercial entre as partes, reforçam o caráter central desse relacionamento para os países africanos. Tendo como principais parceiros, África do Sul, Nigéria, Angola e Egito, a China solidifica sua posição no continente negro a partir de um relacionamento que assume a conjunção entre vetores geopolíticos e geoeconômicos de ação, favorecendo o desenvolvimento de parcerias que redefinem as relações internacionais africanas.

Desse ponto de vista, fazamos um movimento de análise em específico. Em meio ao processo de entrada do Egito nos Brics, também na perspectiva de ampliação de suas relações econômicas com os Estados emergentes e redução do peso do dólar em seu sistema financeiro, o comércio com a China assume grande importância na diversificação de suas parcerias.

Figura 20 - Relações Comerciais entre o Egito e os países-membros do Brics (2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados disponíveis no Ahram (2023).

Passando da quarta para a primeira posição entre atores individuais no quadro das importações egípcias (Achraimer, 2023), os números observados no comércio Egito – China chamam atenção para algumas tendências mais gerais que envolvem seu relacionamento com o restante do continente. Em uma relação superavitária para Pequim, a incorporação de seus produtos manufaturados no pujante mercado africano revela a existência de uma importante opção no quadro de saturação dos mercados ocidentais.

Outros aspectos como a necessidade de importação de petróleo e recursos minerais também influenciaram o desenvolvimento de relações econômicas com Estados com maior capacidade de produção de energia. Tais movimentações não circunscrevem apenas às relações comerciais. Em casos como as relações com Angola, a ampliação no acesso ao petróleo do país

assumiu um caráter de vetor na promoção de diferentes iniciativas no processo de reconstrução após o fim da Guerra Civil, tornando-se objeto para a ampliação dos empréstimos chineses ao país, participação direta em ações voltadas à infraestrutura e reinserção do país como uma possível potência regional no quadro do Sul da África.

Do ponto de vista da cooperação, passado e presente se misturam na produção de novos formatos de relacionamento entre a China e as Áfricas. Reivindicando algumas das principais premissas que fundamentaram a noção de coexistência pacífica, o exercício de diferentes formas de auxílio ao continente africano, indo desde ações financeiras até processos de natureza técnica, baseiam-se na desvinculação de supostas condicionantes políticas. Nesse sentido, divergindo das práticas observadas pelas potências ocidentais, o modelo chinês apresenta certa capacidade de resiliência diante das instabilidades políticas e da diversidade de regimes que ainda compõem o quadro político do continente, favorecendo atores que se situam à margem das prioridades europeias e estadunidenses.

Especificamente acerca das relações econômicas, a dimensão financeira assume também relevância. Com investimentos na casa dos quatro bilhões de dólares por ano, a presença chinesa superou as antigas posições ocupadas pelas ex-metrópoles, pelos EUA e demais organismos financeiros vinculados com o centro do capitalismo global. Tal processo poderá assumir um caráter decisivo na consolidação de uma nova configuração do sistema financeiro global. Em meio aos movi-

mentos em favor de uma desdolarização da economia internacional, Pequim tenderá a se tornar uma referência no processo de ampliação da oferta de moeda e crédito.

O saldo geopolítico do relacionamento não pode ser desprezado. Somada à consolidação do reconhecimento internacional e à possibilidade de apoio de quase 1/4 do mapa político do globo nos espaços multilaterais, a dimensão estratégica africana se verifica diante do aumento da presença militar da China e da costura de relações com países situados em posições vitais como o Chifre da África e as costas Ocidental e Oriental. O sintoma de tal aspiração pode ser vista no recente processo de ampliação dos Brics. Ao incorporar países como o Egito e, especialmente, a Etiópia, a China constitui condições para a elevação de sua presença no Mar Vermelho e em parte do Oceano Índico, zonas antigas de disputa envolvendo EUA e URSS nos tempos da Guerra Fria.

Figura 21 – Projeto Chinês da Nova Rota da Seda (2019)



Fonte: LOMMES, 2017. CC BY – SA 4.0 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Nos esforços de institucionalização das relações continentais, algumas iniciativas nos anos 2000 representariam uma tentativa de consolidação dessa nova fase. Por meio do estabelecimento do Fórum de Cooperação China – África (2000) e da organização das Cúpulas China – África a partir de 2006, a perspectiva de atuação multilateral assumiria ousados contornos geográficos, estabelecendo não apenas mecanismos de consulta entre os atores envolvidos no processo, como também novas condições para a ampliação na cooperação, investimentos e comércio.

O protagonismo de tais relações coexiste também com um conjunto de incertezas e críticas. Do ponto de vista da natureza de tais contatos, o discurso de um tipo de relacionamento baseado na lógica *win-win* se desenvolve simultaneamente com o crescimento do

endividamento dos Estados africanos e a ampliação da dependência econômica em relação a Pequim. As pressões ocidentais em relação à presença chinesa também envolvem a crítica ao que se considera como uma postura considerada de indiferença em relação a temas como direitos humanos e democracia.

4.5 Relações sino-africanas numa perspectiva histórica

Entre a evidência de contatos antes mesmo do advento da Idade Moderna e a consolidação de um protagonismo no século XXI, a presença Chinesa na África transitou entre diferentes lógicas. Dos tempos de sobrevivência internacional da Revolução de 1949, perspectivas de enfrentamento do isolamento imposto pelas potências ocidentais coexistiram com o desenvolvimento de uma identidade fundamentada pelo anticolonialismo e o sentido terceiro-mundista, ampliando o alcance da política externa empreendida por Pequim na direção das lutas em favor de soberania e desenvolvimento.

As transformações no cenário internacional e doméstico a partir dos anos 1970 alimentaram novas perspectivas acerca do papel africano. Inserido nos esforços de manutenção do crescimento econômico e da estratégia de desenvolvimento a partir da incorporação de mecanismos de mercado na economia, as Áfricas se tornaram relevantes no contexto de ampliação das exportações chinesas, captação de investimentos, trans-

ferência de tecnologia e atendimento às necessidades de recursos minerais, além de energia.

No centro do processo de competição estratégica após 15 anos do fim da Guerra Fria, a presença chinesa na África se tornou um dos eixos mais importantes na perspectiva de reinserção do continente no processo de transição hegemônica. Dentre os principais desafios, os novos passos na direção da consolidação do continente como um dos prováveis polos no processo de afirmação de uma nova ordem mundial passam pela afirmação de um tipo de relacionamento construtivo com os novos atores globais, sem recair nas tradicionais lógicas de subordinação que estiveram no bojo de um processo de desenvolvimento marginal nas estruturas do capitalismo.

PARTE IV - A ÁFRICA EM MEIO AOS ATORES EMERGENTES

Ao longo dos últimos capítulos, analisamos as principais dinâmicas que caracterizaram as relações entre os países africanos e alguns dos principais atores do sistema mundial a partir do pós-Guerra, observando as diferentes estratégias de aproximação, objetivos, permanências e mudanças nesse mesmo período. Contudo, pensar a inserção africana ao longo dos processos de afirmação e declínio da hegemonia estadunidense nos últimos 70 anos passa também pelo reconhecimento da crescente importância de seus laços com atores não necessariamente situados no centro dinâmico do capitalismo global ou detentores de um protagonismo nos principais processos decisórios da política mundial.

De forma um tanto genérica, chamaremos aqui de “emergentes” diversos Estados que direta ou indiretamente tiveram nas relações com o continente africano um eixo estratégico de suas respectivas projeções internacionais. Para fins desse estudo, a apropriação de tal conceito requer algumas ressalvas. Do ponto de vista do desenvolvimento do sistema mundial no século XXI, o termo “emergente” esteve vinculado a um processo muito específico de mudança global, como destacou Abdellatif Benachenhou:

A nova geografia econômica e social do mundo se esboça sob nossas vistas. Os países emergentes ocupam lugar cada vez maior nas trocas internacionais de bens, serviços, capitais e tecnologias, e suas sociedades passam por profunda reestruturação. O comércio e os investimentos entre eles aumentam. A recente crise econômica os afetou em menor grau, também devido a essas novas solidariedades econômicas e financeiras. A con-

corrência entre eles, tanto nos mercados nacionais quanto em terceiros mercados, se torna real. As relações entre eles e outros países em desenvolvimento se fortalecem em todos os continentes, produzindo esperanças e frustrações (2013, p. 13).

Na base de afirmação de um mundo multipolar no pós-Guerra Fria, o conceito de emergência esteve atrelado a um conjunto diverso de países que, em maior ou menor medida, conciliaram um processo de crescimento econômico interno e uma perspectiva de maior participação internacional, culminando com a produção de uma ação revisionista acerca da ordem global. A partir de diferentes estratégias de inserção global, conciliando perspectivas de diversificação das relações externas por meio da busca de novos parceiros, atuação em organismos alternativos como o G-20, os Brics e o fórum Ibas e em outros órgãos vinculados à arquitetura de poder global emergente no pós-Guerra, tais como a ONU e a OMC.

Nesse recorte, Estados como Índia, Brasil, África do Sul, além da já abordada China, merecem destaque. De diferentes formas, tais países tiveram nas relações com o continente africano uma das principais características e, ao mesmo tempo, sintomas externos de suas respectivas emergências nos últimos 20 anos. Contudo, a trajetória dos quatro em relação ao mesmo continente antecede e muito a esse momento histórico, remetendo a complexos e nem sempre estáveis movimentos de aproximação com os Estados africanos a partir de 1945.

De outro modo, alguns Estados que não necessariamente se enquadrariam no conceito de emergência

a partir de um olhar contemporâneo podem se situar no interior dessa discussão considerando nosso recorte histórico e suas respectivas importâncias para a reinserção africana no sistema mundial a partir da luta pelas independências. Além de brasileiros, sul-africanos, chineses e indianos, destacar-se-á o papel histórico de egípcios e cubanos enquanto atores que, em diferentes contextos, assumiram alguma posição de relevo nas relações internacionais do continente africano.

Diante das possibilidades de elaboração de uma análise comparada, algumas questões poderão ser importantes para analisar os limites, as ambiguidades, as possibilidades, os êxitos e os insucessos de cada um dos atores destacados anteriormente. Eis as principais:

- a. Quais os principais fundamentos mobilizados pelos diferentes agentes para reivindicar um papel relevante para seus países nas suas relações com o continente africano?
- b. Quais as principais diretrizes e estratégias de ação traçadas e/ou executadas durante o período em estudo?
- c. Quais as permanências e as mudanças caracterizaram tais relacionamentos em meio às transformações no sistema mundial contemporâneo?

No interior dos processos de diversificação das relações externas e enfrentamento do desafio de inserção global nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, tais atores assumiram alguma importância na conformação das políticas africanas. Nessa perspectiva, buscar-se-á traçar um breve paralelo acerca de suas respectivas atuações no continente.

5 AS RELAÇÕES INTERAFRICANAS E AS TENTATIVAS DE LIDERANÇA CONTINENTAL

Da independência da Líbia em 1951 ao processo de constituição do chamado Sudão do Sul em 2011, o continente africano passou por um processo de ampliação significativa no número de atores, atingindo o número de 55 países. Nessa trajetória de luta contra as formas de dominação externa e formação de um sistema interafricano, diferentes níveis de relacionamento entre os Estados evidenciaram as complexidades envolvendo a existência de espaços sub-regionais heterogêneos, além de diferentes horizontes político-ideológicos.

Assim, além do desafio de construção e afirmação dos Estados-Nação diante do legado colonial e das dificuldades registradas no processo de reinserção independente no sistema mundial, a normalização de relações entre os atores continentais se tornava também objetivo de diferentes lideranças. Nessa perspectiva, projetos inspirados pelo pan-africanismo almejavam desde a constituição de esquemas de integração intergovernamentais até a produção de iniciativas supranacionais, capazes de estabelecer uma união política mais profunda. Ainda que a utopia de uma África unida entre o Cairo e a Cidade do Cabo não se materializasse, a trajetória das relações interafricanas foi marcada pelo desenvolvimento de mecanismos de diálogo entre seus

mais diferentes atores, além das tentativas de exercício de protagonismo ou liderança nos assuntos continentais.

Sobre isso, não nos faltam exemplos. Desde o compromisso pan-africano da Gana de Nkrumah até a perspectiva de uma África renascida sob a liderança de seu homônimo do Sul, passando pelo Egito de Gamal Abdel Nasser ou pelo Senegal de Léopold Senghor, diferentes atores africanos buscaram exercer algum tipo de influência nos rumos da política continental. Sem alcançar o estatuto de hegemonia, tais experiências evidenciam distintos jogos envolvendo expectativas, limites, contradições e possibilidades na construção de políticas direcionadas ao aprofundamento de laços com os pares africanos e, em certa medida, redefinindo seus horizontes de projeção internacional.

Sem desconsiderar completamente os mais diferentes atores que historicamente assumiram certo protagonismo nas distintas fases das relações interafricanas, daremos enfoque a dois casos situados nos extremos geográficos do continente: Egito e África do Sul. Dos tempos de Nasser à retomada dos militares no poder com Al-Sisi, o continente africano ocupou uma posição relativamente instável dentro das definições da política externa egípcia, num relacionamento que envolveu afirmação de um conjunto de identidades complexas, expectativas e frustrações acerca da possibilidade de uma liderança continental, além de variações originadas de mudanças substantivas em seus alinhamentos externos. Do ponto de vista sul-africano, os quase 70 anos de relação com o restante do continente abarcaram diferentes situações como a condição de quase pária nos

tempos do *apartheid* e a perspectiva de afirmação de uma liderança regional nas últimas décadas.

Assim, sob a flexibilização proposta ao conceito de emergência nas relações internacionais, traça-se algumas das principais linhas de ação e diretrizes envolvendo os dois Estados em questão, considerando as diferentes formas de interação com o continente. Dessa forma, avança-se na compreensão das diferentes faces de inserção africana no sistema mundial, para além da movimentação das antigas metrópoles coloniais, das grandes potências ocidentais e dos atores em ascensão a partir de outros continentes.

5.1. Egito

No mesmo ano em que se consolidou como principal figura do novo regime republicano no Egito, Gamal Abdel Nasser publicaria a chamada *Filosofia da Revolução* (1954). Entre o desafio de reescrever a história contemporânea do Egito à luz da ruptura ocorrida em 1952 e definir a natureza desse mesmo processo, o *rais* estabeleceu importantes considerações acerca das mais diferentes identidades que constituíram o país, bem como o reconhecimento de suas implicações para a definição de seu papel no mundo. A partir da chamada teoria dos três círculos, Nasser se filiaria a uma longa tradição intelectual egípcia e não egípcia que se dedicou a pensar o lugar ocupado pela antiga “Dádiva do Nilo”

no âmbito das mais diferentes comunidades imaginadas que a influenciaram historicamente.¹⁴

A solução nasserista passava pelo reconhecimento de três zonas: a árabe, a africana e a muçulmana. Profundamente árabe, geograficamente africano e religiosamente muçulmano, as interações com tais espaços se dariam de maneira distinta, revelando a existência de diferentes fatores de aproximação e definição de prioridade em termos de política externa. Tal construção incidia, de forma complexa, com uma divergência histórica que pavimentou parcela da construção intelectual e política sobre o Egito durante vários séculos. Considerado como uma espécie de entidade separada milenar, ocupando certa posição de interlocutor entre diferentes civilizações e sociedades, a conjunção dessas duas características culminou com a produção de sentimentos distintos acerca do lugar do país em múltiplas arenas regionais, transitando desde a produção de uma abordagem relativamente isolacionista ou autônoma e a busca por um engajamento ativo em relação a diferentes zonas (Dessouki, 2008).

Além de afirmar a centralidade do Egito em relação ao mundo árabe e a importância deste na construção

14 Definido por Felipe Paiva Soares como o desenvolvimento de uma “personalidade interseccional” (2019, p. 56), o debate intelectual acerca de uma identidade egípcia envolveu a mobilização de diferentes atributos históricos, socioculturais, geográficos e mesmo geopolíticos, fundamentando diversas formulações que envolviam desde o reconhecimento de múltiplos círculos de pertença até a definição de critérios mais genéricos de sustentação de uma coletividade. Para mais detalhes sobre a construção de tal pensamento, ver Hourani (2005).

das principais bases de projeção exterior do país, Nasser teria supostamente inovado em relação ao pensamento intelectual árabe e egípcio ao atribuir peso à dimensão africana (Soares, 2019). Reivindicando a posição estratégica do país em relação ao continente e a efervescente conjuntura de avanço das lutas anticoloniais, Nasser estabelecia um misto envolvendo a definição de interesses específicos do Egito frente aos atores africanos e o estabelecimento de compromissos em relação a agendas mais gerais:

Não creio que exagero afirmando que em caso algum podemos ficar alheios – quer o queiramos ou não – à luta sangrenta e terrível que se desenrola, neste momento, no continente, entre cinco milhões de colonos, de um lado, e 200 milhões de africanos, do outro. A razão principal é que nós próprios nos encontramos na África, e que os povos da África continuarão a depender de nós, porque guardamos a porta setentrional do continente e lhes servimos de ligação com o mundo exterior. Em nenhuma circunstância podemos deixar de lado o compromisso formal que assumimos, de ajudá-los a todos na medida do possível, mesmo aqueles que habitam os lugares remotos das selvas (Nasser, 1963, p. 115-116).

176

Entre o estabelecimento de certo compromisso do Egito em relação à luta anticolonial e a ajuda ao enfrentamento dos desafios decorrentes da afirmação dos Estados-Nação em construção, a reivindicação de uma suposta excepcionalidade egípcia nesse cenário assume também a definição de hierarquias geopolíticas e culturais entre este e os demais atores em vias de libertação. Nesse sentido, se laços geográficos e,

em certa medida, históricos uniriam o Egito à África, tal relação se daria em favor do primeiro ao assumir a condição de peça na promoção do desenvolvimento do segundo e base para a inserção internacional dos territórios emancipados.

As relações entre o Egito contemporâneo e o continente africano antecederam a ascensão dos Oficiais Livres. Ao longo da primeira metade do século XX, interagindo com as complexas relações com os ingleses, a reivindicação pela chamada unidade do Vale do Nilo, implicando no reconhecimento de uma soberania egípcia em relação ao Sudão, chamava atenção para a existência de interesses específicos do país ao Sul de suas fronteiras. Considerado um dos pontos reservados por Londres no processo de afirmação de uma frágil independência unilateral dos egípcios em 1922, a questão sudanesa mobilizou diferentes atores vinculados à política externa do país africano. Na raiz de tal aspiração, aspectos como a obtenção de maior controle sobre as águas do Nilo, possibilidade de diminuição das pressões demográficas diante de um aumento quantitativo de território e outros interesses de natureza comercial, tais como a produção algodoeira no Sudão, motivaram o Egito a manter uma posição relativamente firme quanto a tal agenda (Linhares, 1953).

Outros aspectos simbólicos também faziam parte do imaginário político egípcio em relação ao Sudão. Além da ativação de uma memória sobre a suposta longevidade nas relações entre as duas partes da África Setentrional, o caráter contemporâneo da reivindicação se conectava, ainda que limitadamente, com a breve experiência expansionista

egípcia na primeira metade do século XX, sob o comando de Mohamed Ali e seus descendentes.

Em 1936, um processo histórico conectaria decisivamente o Egito à África Subsaariana. Diante da invasão italiana à Etiópia, as pressões britânicas sobre a monarquia egípcia culminaram com a assinatura de um novo tratado entre o Cairo e Londres, prevendo, dentre outras coisas, auxílio militar em caso de agressão ao país africano e facilidade no acesso ao território em contexto de guerra. Apesar de prever o fim da ocupação militar, o Tratado não se traduzia em uma afirmação de independência do Egito em relação aos britânicos (Chenntouf, 2010). Diante do avanço do Eixo no Maghreb, o Cairo se tornaria um dos principais centros da luta aliada no Oriente Médio e na África Setentrional.

Na condição de um dos poucos Estados africanos a estarem formalmente representados nas Nações Unidas, o Egito foi uma das peças mais importantes do chamado bloco afro-asiático. Conforme Locksley Edmondson (2010), tal iniciativa foi constituída no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), sendo responsável pela defesa de diferentes agendas de interesse dos movimentos e Estados do antigo mundo colonial na esfera multilateral. Além de ser um espaço de diálogo e representação política, tal grupo também se destacaria na apresentação de resoluções sobre a descolonização, o combate ao racismo e a defesa da autodeterminação dos povos.

A década de 1950 se mostraria como demasiadamente complexa para as relações entre Egito e África.

Já sob o domínio dos militares, o fracasso das reivindicações egípcias acerca do Sudão daria lugar a um gradativo processo de ampliação do interesse do Cairo acerca do continente africano. Compreendido como parte da zona árabe, o Maghreb ocupou a condição de uma das prioridades da política externa egípcia. Apesar do superdimensionamento alimentado pelas potências europeias, o Cairo ocupou a condição de importante vetor de apoio aos movimentos de libertação na Argélia e em outros Estados vizinhos. Na Conferência de Bandung (1955), Nasser era um dos seis líderes africanos entre dezenas de representantes do continente asiático. Sua atuação destacada, além de lhe promover credenciais junto ao Terceiro Mundo em formação, chamaria atenção para a importância estratégica do Egito na construção de pontes entre o mundo árabe e o continente africano.

Na segunda metade dos anos 1950, outras movimentações egípcias evidenciaram as possibilidades e os limites de sua política africana. Com o avanço do processo de descolonização, o Egito se viu envolvido no desafio de ampliação do diálogo com os novos atores do sistema mundial, caminhando para a formação de um sistema interafricano. Para Edem Kodjo e David Chanaiwa (2010), o Cairo se tornaria a capital do pan-africanismo e do pan-arabismo nesse período, reflexo tanto do caráter simbólico assumido pela Guerra de Suez na narrativa das emancipações africanas quanto na condição de ponto de passagem e apoio de diversos movimentos de libertação de diferentes cantos da África.

Se algumas iniciativas como a construção de Conferências de Solidariedade aos Povos Afro-Asiá-

ticos visavam a reafirmar certo protagonismo egípcio na arquitetura regional, a emergência de novos atores independentes como Gana e seu papel assertivo junto aos movimentos de libertação e países recém-emancipados na África Negra demonstrava a existência de um cenário complexo para o Cairo. Conforme Nwankwo T. Nwaezeigwe (2021), Egito e Gana desenvolveram um princípio de rivalidade acerca do horizonte de uma liderança continental, traduzido não somente na existência de diferenças em relação ao modo como lidavam com o chamado mundo Ocidental, mas também no interesse em organização de conferências e espaços específicos para o diálogo envolvendo Estados e movimentos de libertação.

Figura 22 – Gamal Abdel Nasser no Marrocos (1961)



Fonte: Autor Desconhecido, 2021- Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Apesar de tal cenário, os dois países estavam no mesmo plano no tocante à evolução das relações inter-africanas. Como membros do chamado Grupo de Casablanca, Egito, Gana e outros Estados reafirmaram o compromisso com o Não Alinhamento como vetor de inserção internacional e defenderam uma proposta de integração maximalista, ancorada em uma união política. Apesar de tal engajamento, a política africana de Nasser não encontraria condições de afirmação de hegemonia. Segundo Tareq Ismail (2005), aspectos como as tentativas de vinculação da política árabe em relação a Israel junto aos países africanos, as compreensões acerca do Não Alinhamento e o relacionamento entre o Cairo e Moscou, além das dificuldades em costurar soluções em casos como a crise do Congo evidenciaram os limites da atuação egípcia no cenário africano. Ape-

sar disso, o Egito de Nasser manteve alguns esforços de construção de uma política africana mais assertiva. Além da oferta de bolsas de estudo, outras políticas como a participação na construção da OUA, o protagonismo adquirido junto ao Movimento dos Não Alinhados e a manutenção no apoio aos movimentos de libertação colaboraram para a inserção do país junto aos demais atores do continente.

A morte de Gamal Abdel Nasser e a ascensão de Anwar Sadat marcou o início de um processo de reestruturação externa e interna do Egito (Dessouki, 2008). Afastando-se do legado Nasserista, Sadat provocou uma espécie de giro geopolítico e geoeconômico na trajetória egípcia, estimulando o desenvolvimento de dois processos: liberalização econômica (*Infitah*) e aproximação com o chamado mundo Ocidental. No primeiro caso, a conjunção entre a pressão de setores privados, o diagnóstico de certo esgotamento de um modelo de desenvolvimento protagonizado pela ação planejadora e regulamentadora do Estado, além da busca por novos investimentos estrangeiros, influenciaram no desenvolvimento de uma política de abertura ao capital externo (Hourani, 2006). Tendo em vista a experiência das economias capitalistas do Leste Asiático, Sadat buscava transformar o Egito numa espécie de plataforma de exportação, inserindo o país no quadro das transformações do capitalismo global. Tal política trouxe diversos impactos para a sociedade egípcia. Além de favorecer os interesses da burguesia egípcia e estimular uma onda de consumo entre setores mais abastados, a redução do papel do Estado nas políticas sociais no campo e na sociedade favoreceu o aumento

da desigualdade, a deterioração dos serviços públicos e a produção de um movimento de saída de milhares de trabalhadores do país (Goldschmidt JR., 2008).

Do ponto de vista da política externa, o alinhamento com o Ocidente se sustentaria a partir de três aspectos. Segundo Ali E. Hillal Dessouki (2008), o governo Sadat buscava, a partir do estabelecimento de relações mais estreitas com os EUA, aumentar as margens de negociação com Israel, em troca da recuperação dos territórios perdidos na Guerra de 1967 e formação de um ambiente regional mais estável. Além disso, buscavam-se atrair tanto ajuda militar e econômica quanto uma aproximação com os Estados Árabes do Golfo Pérsico. Reivindicando certa naturalidade acerca da liderança egípcia em nível regional (Hinnebusch; Shama, 2014), Sadat almejava reduzir os níveis de participação do país em conflitos e iniciativas consideradas onerosas ao Estado, focando no que se considerava como interesses nacionais e imediatos do país.

O engajamento egípcio em relação ao continente africano sofreria com alguns abalos. Em meio à afirmação da política do *Egypt First*, um processo de relativo desengajamento do país em relação aos vetores autonomistas de ação externa promoveu certa retração em sua movimentação junto a espaços como o MNA. Do ponto de vista das relações com o continente africano, episódios como o apoio ofertado à Somália na Guerra de Ogaden evidenciava, com algumas ressalvas, o deslocamento geopolítico do Egito na direção do chamado mundo Ocidental. Outra esfera de atuação do país diz respeito às movimentações mais gerais envolvendo a

aproximação entre a África e o Mundo Árabe. Sendo o principal Estado ponte entre as duas partes, o Cairo estabeleceu um importante papel no aprofundamento de tais relações, embora com menos potencial econômico do que as monarquias petrolíferas.

Durante o governo de Hosni Mubarak (1981-2011), a política externa foi marcada pela emergência de diversos desafios de natureza doméstica e externa, tais como a necessidade de reversão do isolamento no Mundo Árabe após os acordos de Camp David, os efeitos nocivos da política de abertura econômica de Sadat, diminuição das tensões domésticas após as ondas de desnasserização e fortalecimento do islamismo na cena política. Apesar da retórica, Mubarak fortaleceu os laços com os EUA, consolidando o país como um aliado estratégico.¹⁵ Segundo Gamal M. Selim (2020), a política externa Mubarak se pautava por pelo menos dois princípios. Em primeiro lugar, a consolidação do sistema regional lançado com a normalização de relações entre Egito e Israel, além da transformação do Cairo em um dos principais aliados de Washington na região. Em segundo, a preservação de uma aliança estratégica com os Estados Árabes do Golfo, fundamentada por um princípio de dependência econômica em relação aos exportadores de petróleo e na construção de alianças informais de segurança.

15 Conforme Anne Alexander (2009), o Egito receberia dos EUA entre 1977 e 2007 quase 62 bilhões de dólares de ajuda econômica e assistência militar, número inferior apenas ao recebido por Israel no mesmo período.

Apesar da preservação das linhas mais gerais que constituíram a política externa de Sadat, Mubarak buscou exercer um papel regional mais ativo. Uma das esferas de atuação no continente africano ocorreu pela via da integração sub-regional. Além de garantir participação na Comesa, esteve o Egito envolvido no processo de ampliação do processo de regionalização envolvendo o Saara e o Sahel. Ainda que não ocupe um papel central, não se pode descartar o papel do Cairo nas articulações envolvendo a criação da União Africana. O país de Mubarak contribuía com até 15% do orçamento da nova organização, além de ter participado de algumas missões de paz.

A preocupação egípcia com uma zona estratégica envolvendo o Mar Vermelho e o Rio Nilo também se refletiu nas suas relações com o restante do continente africano. Conforme Paulo Fagundes Vizentini (2014), guerras civis, ações terroristas e a prática da pirataria empreendida por atores não estatais, além de questões vitais como o controle de recursos minerais e hídricos, influenciaram no desenvolvimento de iniciativas egípcias para o Chifre da África.

Frente a tal estado, as preocupações egípcias com a África Setentrional e a região do Chifre se articulavam com uma característica quase que estrutural de sua política externa na busca por algum nível de autonomia e segurança (Hinnebusch; Shama, 2014). Nesse sentido, agendas como a defesa da unidade sudanesa e a busca por algum nível de estabilidade regional pautaram os últimos anos do Governo Mubarak na busca por uma política mais assertiva em relação aos seus vizinhos.

Após os tempos da Revolução no Egito, o curto período de mandato de Mohamed Morsi (2011-2013) marcou a promoção de mudanças importantes na inserção internacional do país, sem, contudo, ameaçar os compromissos internacionais firmados em anos anteriores (Gonçalves, 2017). Nos esforços de ampliação da diversificação das relações exteriores, novas alianças no plano regional (Turquia, Qatar e, em menor medida, Irã) entravam em sintonia com uma política de valorização do entorno geopolítico egípcio. Conforme Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves (2017), Morsi visava a reconstruir a política africana do Egito, ampliando a presença em organismos multilaterais e buscando novas parcerias em agendas de interesse estratégico, como a exploração das águas nilóticas.

Abdel Fatah Al – Sisi, em linhas gerais, manteve esse mesmo horizonte. Além de ampliar a atuação egípcia na África Setentrional, o novo presidente egípcio foi peça integrante nas movimentações por um novo pacto de integração econômica do continente africano. Superando as desconfiças de diferentes atores continentais, o general costurou um processo de legitimidade externa em curto espaço de tempo, transformando-se em figura presente nas dinâmicas da política africana contemporânea. Um passo a mais nesse sentido foi dado em 2023. A entrada do Egito nos Brics revela não apenas uma tendência de consolidação da trajetória recente de diversificação externa, como também sugere um duplo sentido para a sua condição enquanto ator afro-árabe. Por um lado, um exercício de habilidade geopolítica dos membros originais da iniciativa multilateral ao agregar

o Estado mais populoso do mundo árabe em meio a um processo de expansão que também abrangeu dois dos principais centros do poder político e econômico sub-regional: Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Por outro, um processo de expansão da influência dos Brics no continente negro que maximiza a posição estratégica do Egito, juntamente com a própria Etiópia.

Atuando em diferentes arenas da política internacional, o Egito contemporâneo cumpriu um papel importante nas mais diversas articulações envolvendo o Terceiro Mundo na segunda metade do século XX. Com relação ao continente africano, ainda que não ocupasse a condição de prioridade em termos de política externa, o Cairo buscou, em diferentes momentos, exercer um papel assertivo frente aos desafios de construção de um sistema regional, afirmação de autonomia externa e busca por ampliação das condições de desenvolvimento.

Nas impossibilidades de afirmação de uma liderança continental, o Egito dividiria espaço com outros atores que, em diferentes momentos históricos, tiveram certo destaque. Um deles é a África do Sul. Como veremos a seguir, o principal Estado da África Austral transitaria entre a condição de quase pária nos tempos do *apartheid* às expectativas de costura de um protagonismo nas últimas três décadas.

5.2. África do Sul

Nos anos 1990, sob o signo do chamado renascimento africano, o reconhecimento de um cenário paradoxal sobre o futuro do continente passava também pelas mudanças domésticas ocorridas na sociedade sul-africana. Se aspectos como a marginalização após o fim da Guerra Fria, a emergência de novos conflitos como a crise congoleza a partir de 1997 e o genocídio de Ruanda ampliavam os desafios em nível nacional, regional e continental, aspectos como a emergência de uma nova onda de democratização, estabilizações domésticas em antigas zonas de conflito e a perspectiva de inserção dos atores africanos nas novas dinâmicas do mundo capitalista globalizado apontavam para um quadro de incertezas acerca do futuro do continente na Nova Ordem Global. Entre as visões mais otimistas sobre o que se constituía em um momento de transição, o fim do *apartheid* foi visto como “o símbolo maior e positivo” de uma nova página na trajetória africana (Barbosa, 2020, p.153).

Tais expectativas não se restringiam apenas aos possíveis horizontes de democratização política e integração socioeconômica na África do Sul com um governo do CNA. A possibilidade do cumprimento de um papel mais assertivo no âmbito das relações interafricanas chamava atenção para a exploração do potencial econômico e geopolítico da força centrípeta da África Austral no desafio de reinserção do continente na arquitetura política global. Nesse horizonte de mudança, os tempos de isolamento e constrangimento às relações

entre África do Sul e seus pares continentais daria lugar à sua possível afirmação como um dos protagonistas de uma então possível nova fase da política africana.

Tomando como ponto de partida tais leituras, o reconhecimento do papel exercido pelo país no contexto de desenvolvimento de um sistema interafricano passa pela reconstituição de sua complexa trajetória na segunda metade do século XX. Após um processo brutal de interiorização e ocupação territorial envolvendo diferentes conflitos entre britânicos, africânderes, indianos, mestiços e populações locais, a formação da União Sul-Africana enquanto território independente, porém vinculado ao Reino Unido via *Commonwealth*, obedeceu ao desenvolvimento de um relativo pacto entre as populações brancas. Na perspectiva de manutenção de seus privilégios a partir da lógica de um capitalismo de Estado racializado (Chanaiwa, 2010), a construção do novo Estado foi pautada pela crescente pressão em relação à maioria negra, subordinada política e economicamente a partir da emergência de diferentes leis e práticas de segregação, voltadas para a manutenção de uma estrutura fundiária desigual, ausência de direitos políticos e precarização da mão de obra.

Quadro 1 - A África do Sul em meio ao desenvolvimento do Capitalismo Histórico

Considerando a leitura de Giovanni Arrighi sobre o desenvolvimento do sistema capitalista a partir da sucessão de diferentes ciclos de acumulação ao longo dos últimos cinco séculos, é possível estabelecer alguns paralelos entre a emergência ou desagregação de uma determinada ordem e a trajetória de formação da África do Sul.	
Ciclo Holandês (Século XVII e XVIII)	Início da presença holandesa na África do Sul (1652); Formação da Colônia do Cabo e primeiros movimentos de interiorização.
Ciclo Britânico (Século XIX)	Ocupação efetiva dos ingleses na região do Cabo (1806); Desenvolvimento de uma nova proposta de reorganização administrativa, social, política e econômica; Migração Boêr para o interior.
Ciclo estadunidense (Século XX)	Institucionalização do apartheid; Inserção da África do Sul no âmbito das estratégias de contenção à URSS; Maximização da posição geoestratégica.
Transição Hegemônica	Crise do apartheid; Normalização das relações entre Pretória e o restante do continente; Aproximação com as potências emergentes (China, Índia, Rússia e Brasil)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados analisados em Arrighi (1996) e Wallerstein (2017).

Ainda na primeira metade do século XX, o rápido desenvolvimento do capitalismo sul-africano proporcionou o surgimento de uma relativa integração econômica envolvendo também os territórios vizinhos. Num processo que envolvia a crescente importação de mão de obra negra das colônias portuguesas e de territórios sob o domínio britânico, no intuito de atuarem nas minas, além da perspectiva de exploração de parte da infraestrutura em outros espaços da região, certa interdependência econômica foi tomando forma na África Austral, culminando com a constituição de uma estrutura capitalista sub-regional específica, na qual diferentes níveis de subdesenvolvimento coexistiam com um processo crescente de internacionalização da região (Wallerstein, 2017).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o crescimento do nacionalismo africânder se consolidou com a chegada do Partido Nacional ao poder em 1948. A partir de então, um novo processo de formulação e implementação de leis segregacionistas institucionalizou o *apartheid* como uma política de Estado. Além de processos de reorganização forçada do território a partir da promoção dos chamados bantustões, outras leis incidiam sobre as relações inter-raciais e a proibição de organizações políticas comunistas (Hernandez, 2008).

Do ponto de vista das relações internacionais, a ampliação da segregação e a emergência de uma nova ordem global produziu resultados distintos para a África do Sul. Valorizando sua posição geopolítica, seu histórico de relações com o Ocidente e sua inserção contemporânea no capitalismo dinâmico, o novo regime foi

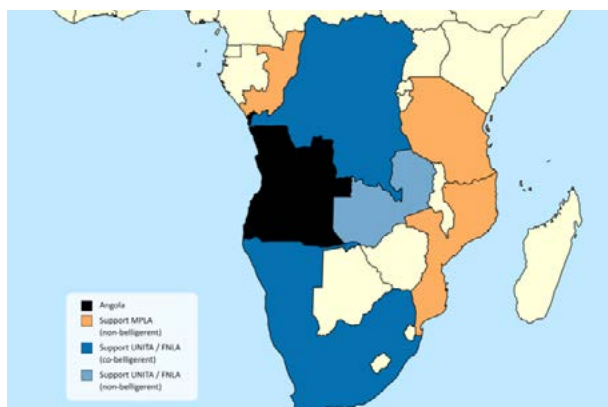
relativamente absorvido por parte das potências europeias e pelos EUA, considerando-o como um aliado estratégico no contexto da Guerra Fria. Assim, em nome do anticomunismo, a retórica antissegregacionista não se transformaria efetivamente em recurso para a produção de um isolamento do país, ao menos nas duas primeiras décadas. Por outro lado, a luta contra o apartheid se tornou uma agenda importante no âmbito do desenvolvimento das relações entre africanos e asiáticos desde os anos 1940. No emergente Terceiro Mundo, a África do Sul se tornaria um dos alvos permanentes na atuação dos Estados afro-asiáticos na ONU e em outros organismos multilaterais.

Com o avanço da descolonização na África nos anos 1960, um processo estratégico de estreitamento de laços entre os regimes de minoria branca se tornou uma realidade regional. Desse modo, Pretória se aproximaria cada vez mais de Portugal e da Rodésia do Sul. Nas tentativas de uma ação coordenada contra os movimentos de libertação nacional e a oposição ao segregacionismo, tais Estados faziam parte ativa da estratégia de costura de um cordão de segurança que, a partir de uma compreensão fundamentada pelo conflito Leste-Oeste, estabelecia condições para a manutenção do *status quo* regional.

Entre o fim dos anos 1960 e a metade da década subsequente, um processo de ofensiva diplomática e estratégica marcou a política externa da África do Sul. Na tentativa de reverter sua condição de pária continental, o regime organizou uma série de movimentos que visavam a garantir sua acomodação no âmbito da

política africana (Pereira, 2012). Dentre as principais medidas, destacaram-se a promoção de iniciativas econômicas de cooperação e investimento, o estabelecimento de contatos secretos com governos considerados “moderados” na África Ocidental e a manutenção do sistema econômico regional na África Austral. Tal cenário sofreria um revés com o avanço dos acordos pela independência de Angola e a luta pelo poder envolvendo os diferentes movimentos de libertação. Na tentativa de enfraquecer o MPLA, avaliado quanto possível ponto de apoio aos militantes da Swapo na Namíbia, o governo sul-africano organizou uma ofensiva militar em Angola, em apoio à FNLA e à Unita. Apesar das vitórias obtidas inicialmente, a movimentação fracassou diante da capacidade de organização e intervenção da organização angolana em Luanda e pelo estratégico apoio oferecido por Cuba nesse contexto, aspecto a ser discutido posteriormente.

Figura 23 – A Guerra Civil Angolana e a África Austral



Fonte: XTHEBEDROCKX, 2022. CC BY – SA 4.0 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

A primeira derrota estratégica do regime de Pretória em Angola abriria uma era ainda mais difícil internacionalmente para o país. Já sob o comando de Pieter Willem Botha, novos desafios em nível regional foram registrados com o fim do colonialismo português em Angola e Moçambique, além do caso envolvendo o regime de minoria branca na antiga Rodésia do Sul. Sem aliados substantivos na África Austral, Pretória investiu em novas ações de desestabilização dos governos recém-constituídos, apoiando organizações oposicionistas como a Renamo em Moçambique e a Unita em Angola, além da realização de outras ações voltadas às pressões econômicas e políticas. Nessa conjuntura, a política intervencionista sul-africana e o nível de dependência econômica dos vizinhos estimulou o desenvolvimento de uma iniciativa regional de integração. Por

meio da chamada SADCC, os Estados da “linha de frente” visavam a construir condições alternativas para a segurança regional e o desenvolvimento econômico. Nascida no seio das oposições ao regime do *apartheid*, tal organismo se mostraria vital no processo de afirmação da região a partir da incorporação tardia da África do Sul nos anos 1990.

Se até meados dos anos 1970, o Estado sul-africano conseguiu maximizar sua dimensão estratégica no âmbito das políticas das potências Ocidentais, contrabalançando as pressões decorrentes de atores do Terceiro Mundo e do mundo socialista, a década seguinte se mostraria muito mais difícil diante do aumento das sanções internacionais e da crescente perda de aliados. Somada a tais fatores, a vulnerabilidade externa acentuaria as dificuldades do regime, dependente, dentre outras coisas, do preço de determinadas *commodities*. Nesse ambiente, associado às tensões sociais e às dificuldades do governo em responder assertivamente ao cenário adverso, uma complexa crise marcaria os últimos anos do segregacionismo como política de Estado na África do Sul. No âmbito das relações regionais, alguns dos sintomas da perda de engajamento do regime de Pretória podem ser vistos no final da década de 1980. No sul de Angola, a famosa Batalha do Cuito Cuanavale (1987-1988) representou uma importante derrota militar para a África do Sul que, em aliança com a Unita, seria superada pelas Forças Armadas Angolanas, com apoio externo de Cuba e da URSS. Um ano depois, em 1989, a independência da Namíbia seria assegurada.

Com o fim do *apartheid* e a ascensão de um governo liderado pelo CNA, um processo de reintegração plena da África do Sul nas dinâmicas políticas regionais e continentais envolveu diferentes vetores. Em relação à África Austral, um dos maiores marcos foi a incorporação sul-africana na SADC, elevando as capacidades do esquema de integração sub-regional com a adesão plena de um conjunto de Estados que outrora constituíram uma complexa rede de desenvolvimento capitalista. No âmbito continental, os novos governos exerceram algum protagonismo no processo de revitalização da integração política com a União Africana e econômica com a Nepad. No cenário global, a política externa Sul-Africana transitou entre a perspectiva de valorização dos laços com as potências ocidentais como forma de atração de investimentos e a aproximação crescente com os países emergentes, em especial, China, Índia e Brasil.

Nos anos 2000, as relações exteriores da África do Sul foram orientadas pelo horizonte de consolidação do país enquanto força centrípeta no continente africano, bem como a perspectiva de ocupação de espaço diante de movimentações que visavam a revisar a ordem global. No primeiro caso, além de desempenhar papel importante no processo de revitalização da integração continental com a constituição da União Africana e a criação da Nepad, as iniciativas sul-africanas também abrangeram a mediação de conflitos, participação em missões de paz e avanço na normalização de relações com atores regionais como Angola e Zimbábue.

No segundo caso, em sintonia com o horizonte de liderança regional, o engajamento da África do Sul junto ao Fórum Ibas e, principalmente, acerca do Brics evidenciaria as expectativas de ser reconhecida internacionalmente como principal Estado do continente e, por outro lado, elevar suas condições de projeção global. Para Oliver Stuenkel, a inclusão do país junto aos quatro membros originais representou uma importante movimentação da sua diplomacia:

Para a África do Sul, a inclusão no grupo do Brics pode ser vista como uma das conquistas mais notáveis em sua política externa dos últimos anos e um passo significativo para se estabelecer como líder regional e representante reconhecido do continente africano. A participação da África do Sul no Brics, portanto, ajudou o país a obter o status de potência emergente com uma capacidade em potencial de moldar o sistema – um status que teria sido difícil de conquistar de outra forma, dado o fato de que não cumpre com os requisitos associados à categoria (2017, p. 84).

197

Na transição entre uma formulação intelectual e a materialização de uma iniciativa política protagonizada pelos Estados originais, o ingresso da África do Sul nos Brics representaria uma espécie de reafirmação das diretrizes de inserção internacional consolidadas com a democratização política do país. Apesar das condições econômicas inferiores a outros possíveis concorrentes dentro e fora do continente em relação à expansão dos Brics, a transformação da África do Sul como membro pleno reforçou sua posição estratégica no âmbito de uma África em mudança.

Ao longo de mais de 70 anos, a África do Sul ocuparia espaço relevante no âmbito das relações interafricanas. Entre a condição de um quase Estado pária nos tempos do *apartheid* ao esforço de exercer um protagonismo mais assertivo após a redemocratização, Pretória se demonstrou enquanto ator partícipe de diferentes momentos na trajetória da África Austral e do continente como um todo, estando envolvido em diferentes dinâmicas ao longo dessa história. Sem necessariamente exercer algum tipo de hegemonia política ao longo das últimas décadas, o Estado sul-africano demonstra seu papel frente ao processo de diversificação de relações externas de boa parte dos atores continentais, numa movimentação que envolve potências das mais diversas naturezas.

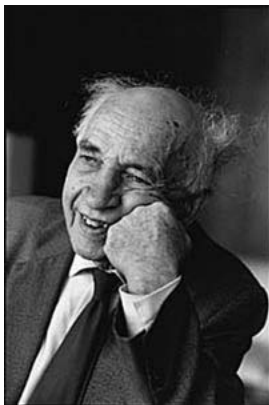
6 ATORES EXTRA-AFRICANOS: ÍNDIA, CUBA E BRASIL

Entre os principais atores destacados enquanto “extra-africanos”, estão três países que, em comum, possuem uma trajetória de séculos de relacionamento com o continente africano, fundamentadas por processos que antecedem ao colonialismo do século XIX e XX. No caso de Cuba e Brasil, importantes peças na dinâmica do tráfico de escravos moderno, os laços impulsionados por essa mancha na história Atlântica refletiram na construção de uma identidade potencialmente diaspórica, ainda que mobilizada de diferentes formas. Em relação à Índia, as interações remontam ao menos às dinâmicas comerciais e culturais emergentes no Oceano Índico, numa diversificada teia envolvendo africanos, árabes, indianos e chineses.

Um vetor de aproximação contemporânea entre esses Estados e o continente africano diz respeito à formulação e, posterior, transformação do Terceiro Mundo em realidade geoeconômica. Na proposta de Alfred Sauvy (1986), tal conceito fazia referência à existência de uma espécie de outro mundo, emergente no seio das lutas anticoloniais, indo além da noção rígida da divisão Leste-Oeste. Apoiando-se na experiência do Terceiro Estado da França Pré-Revolucionária, tal leitura contemporânea chamava atenção para a existência de uma situação explosiva, alimentada por um misto

envolvendo exploração, desprezo e constrangimento decorrente dos efeitos da Guerra Fria.

Figura 24 - Alfred Sauvy



Fonte: ERLING MANDELMANN, 2010. CC BY - SA 3.0 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

200

De identidade imposta a um dos protagonistas no processo de transformação do sistema mundial ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, o conceito de Terceiro Mundo se tornou objeto de apropriação de diferentes atores que, em maior ou menor medida, designava um conjunto de países afro-ásio-americanos reunidos sob o desafio de superação do subdesenvolvimento, inserção internacional em meio às dinâmicas da Guerra Fria, defesa da soberania e garantia de estabilidade doméstica, além de outros problemas estruturais como o crescimento populacional.

Apesar da longevidade de tais relacionamentos, os três casos em questão apresentam particularidades no tocante à inserção no continente africano a partir

da segunda metade do século XX. Após a Revolução Cubana em 1959, as interações entre a ilha caribenha e os Estados africanos foram marcados pelo sentido de solidariedade entre os países do dito Terceiro Mundo e o desafio de afirmação de Estados e movimentos de tendência socialista, especialmente na África Austral e no Chifre da África nos anos 1970. No seio da constituição de laços cada vez mais estreitos entre os países recém-independentes na Ásia e na África, culminando, dentre outras coisas, com a afirmação do Movimento dos Não Alinhados em 1961, a Índia se tornaria um Estado-chave entre determinados atores do continente negro, desenvolvendo relações políticas, econômicas e culturais em diferentes partes, especialmente na África Oriental. Sobre o Brasil, as perspectivas de uma inserção internacional com características universalistas e os desafios de uma presença sólida na África culminariam com uma relação que carece de uma “linearidade de conduta” até os dias atuais (Cervo, 2008, p. 292).

Passemos primeiramente às relações indo-africanas.

6.1. Índia

Em 1955, o encontro entre Gamal Abdel Nasser e Jawaharlal Nehru entraria para a história não apenas por marcar as primeiras interações entre duas das principais peças do chamado Não Alinhamento na esfera internacional. Lado a lado, o jovem militar egípcio e o experiente primeiro-ministro indiano expressavam uma espécie de *zeitgeist* do mundo afro-asiático, efervescido pelas agitações anticoloniais e esperançoso

quanto à constituição de um novo lugar junto às transformações globais operadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

O referido encontro entre o indiano e o egípcio se constituía em uma das muitas páginas da longa trajetória envolvendo as relações entre o gigante asiático e o continente negro. Apesar das evidências acerca do caráter milenar de tais contatos, sua história moderna se inicia por volta dos séculos XVIII e XIV. No desenvolvimento de intensas relações comerciais envolvendo a África e a Ásia, intermediadas principalmente pelos muçulmanos, o Índico se tornaria uma das vias de ligação entre os dois continentes. Além de escravos, ferro e ouro, outros produtos constituíram uma relativa diversificada pauta comercial envolvendo a Costa da África Oriental, o atual Oriente Médio e o Subcontinente indiano, com ramificações para a Ásia Oriental.

Nos séculos subseqüentes, novas características das relações indo-africanas foram desenvolvidas com os movimentos de expansão europeia a partir do século XVI. No desenvolvimento do Império Português no Índico, Moçambique e o chamado Estado da Índia estabeleceram relações de dependência administrativa ao menos até o século XVIII. Mais ao sul do continente, a experiência de formação de uma colônia holandesa na região do Cabo também envolveu a importação de mão de obra escrava oriunda do Sudeste Asiático.

Um novo impulso se daria com o colonialismo europeu dos séculos XIX e XX. Diante da consolidação do poder britânico na Índia e do posterior avanço de seu domínio em diferentes partes do continente negro,

as relações entre os diferentes territórios na Idade Contemporânea envolveram o desenvolvimento de redes administrativas e econômicas, incluindo a circulação de trabalhadores. Tal presença se tornou evidente em colônias como Uganda, Quênia e na própria África do Sul. Neste último, a presença indiana se revelou significativa no âmbito dos conflitos sociais e raciais que moldaram aquele território. Durante a passagem de Gandhi pelo país, os primeiros sinais de uma confrontação pacífica frente à situação de desigualdade institucionalizada se transformaram em símbolo de resistência e, ao mesmo tempo, laço entre africanos e asiáticos:

Foi entre 1906 e 1908 que Mahatma Mohandas Gandhi conduziu a primeira campanha de desobediência civil lançada na África do Sul; ela dirigia-se em sentido contrário às medidas discriminatórias do Transvaal contra os indianos. Este movimento está na origem de uma tradição específica de resistência que se estendeu muito além da África do Sul (Mazrui, 2010, p. 140).

203

Além de se afirmar enquanto mais uma peça no interior de uma sociedade eminentemente em conflito, a experiência indiana na África do Sul alimentaria também a perspectiva de transformação da desobediência civil enquanto estratégia de enfrentamento ao colonialismo e demais formas de marginalização das populações autóctones. Na afirmação de uma solidariedade afro-asiática, a Índia teve um papel protagonista a partir do pós-Guerra. Para Edmondson (2010), identificam-se ao menos cinco fatores para a construção de uma comunhão de interesses entre africanos e asiáti-

cos, impactando nas lutas pela descolonização. Além da convergência temporal das lutas e da submissão às mesmas metrópoles, outros fatores como a presença de populações asiáticas no continente negro, a construção de organizações anti-imperialistas, o avanço das lutas em solo asiático e a necessidade de organização para assegurar as independências produziam um clima favorável para a intensificação de laços entre povos e movimentos tão distintos.

A partir dos anos 1950, as relações indo-africanas se notabilizaram por um caráter multifacetado, envolvendo o reconhecimento de agendas de interesse comum, o estabelecimento de programas de cooperação e ampliação das relações nas esferas multilateral e bilateral. Além da participação na ONU, com destaque para a articulação no chamado bloco afro-asiático, outro mecanismo de promoção de diálogo entre a Índia e a África foi o Movimento dos Não Alinhados. Na condição de um dos protagonistas dessa iniciativa peculiar de revisão internacional, a posição indiana, vista como moderada frente a outros atores como o Egito e Cuba, adquiria certo destaque junto a diversos Estados africanos.

Na defesa de princípios como a autodeterminação dos povos, o combate ao racismo, o desarmamento e a luta pela paz, além da busca por melhores condições de comércio e desenvolvimento, a Índia se tornaria voz importante entre os defensores de diferentes agendas africanas. Além da experiência de colonização empreendida pelos britânicos, os esforços de retomada integral de territórios dominados pelos europeus no subconti-

nente indiano mantiveram Nova Delhi atrelada à agenda colonial. Desse modo, aspectos como as tentativas de incorporação de Goa como zona de domínio indiano aproximou o país da luta contra o colonialismo português. Tal compromisso também se estendeu a outros casos paradigmáticos como a defesa da independência da Namíbia e o combate ao racismo na África do Sul.

Diferentes tipos de cooperação envolveram a relação Índia e África ao longo da segunda metade do século XX. Além do fornecimento de bolsas de estudo para africanos, outras iniciativas como a cooperação técnica, a participação em Missões da ONU como em Suez e a realização de ações financeiras fizeram parte do leque de atividades envolvendo as duas partes. Conforme Maíra Baé Baladão Vieira (2012), mesmo diante do baixo interesse comercial indiano em relação ao continente negro, movimentos de aproximação foram impulsionados a partir do diagnóstico sobre a dimensão estratégica da África para uma inserção internacional autônoma da Índia.

As mudanças ocorridas na economia e na sociedade indiana ao longo da segunda metade do século XX tiveram impactos na sua inserção contemporânea no pós-Guerra Fria. Conforme Jacqueline A. Haffner e Betina Thomas Sauter, inserido entre os objetivos de produção de uma estabilidade política em nível doméstico, consolidação do novo Estado Independente e realização de mudanças socioeconômicas de impacto, uma estratégia de desenvolvimento “voltada para dentro” marcou as três primeiras décadas de existência do país após o fim do domínio britânico (2020, p. 48). Na pro-

dução de uma espécie de capitalismo de Estado, a linha dominante da organização econômica indiana foi fundamentada pela perspectiva do planejamento centralizado, direcionado a investimentos na indústria pesada e na promoção da substituição de importações (Costa, 2015; Haffner; Sauter, 2020).

Os primeiros sinais de desgaste dessa estratégia começaram a ser vistos entre a segunda metade da década de 1960 e os anos 1970. Segundo Vijay Prashad (2012), foi durante o governo de Indira Gandhi que uma onda de instabilidade política e social tomara conta do país, impulsionada pelo ônus dos diferentes conflitos regionais que envolviam Nova Delhi, além de outros fatores como as incapacidades do Estado em reduzir as desigualdades no campo e na cidade, a vulnerabilidade econômica expressa nos efeitos da crise do petróleo e a crescente necessidade de importação de alimentos. Nesse contexto, o Partido do Congresso buscou reagir a partir da busca por um difícil equilíbrio que envolvia a adoção de algumas medidas liberalizantes, correspondendo às diretrizes dos organismos financeiros ocidentais como condicionantes para a liberação de recursos para o país, e a tomada de medidas consideradas como nacionalistas, em resposta às pressões sociais. Nesse contexto, algumas iniciativas controversas e, de certo ponto, contraditórias foram tomadas, tais como a nacionalização dos bancos e a criação de condições para maior atração do capital estrangeiro (Prashad, 2012; Costa, 2015).

O que Paulo Fagundes Vizentini (2011) classificou como uma desregulação gradativa a partir do período

em questão, ganhou novos contornos nos anos 1980. Após a morte de Indira Gandhi, o governo indiano encaminhou novas reformas que impactavam diretamente no avanço no processo de liberalização. Diante da estagnação das taxas de crescimento econômico, um conjunto de mudanças provocaria certa desregulamentação de alguns setores da economia:

Logo após Rajiv Gandhi assumir em 1984, reduziram-se os processos de licenciamento, permitindo, assim, a desregulamentação da indústria e consequentemente do setor privado, e também o relaxamento das licenças de importação. Assim, essas mudanças institucionais retiraram restrições importantes às grandes empresas, para expandir e incentivá-las a entrar em áreas até agora reservadas para o setor público (Haffner; Sauter, 2020, p. 52).

207

Elevando suas taxas de crescimento econômico na mesma década, as medidas de liberalização abriram espaço para o desenvolvimento de um setor privado, inicialmente protagonizado pelas grandes empresas. Nesse mesmo período, outros setores como a tecnologia da informação ganharam terreno na economia indiana (Costa, 2015), ampliando as condições de inserção do país nas transformações do capitalismo global. Contudo, tal processo ganharia contornos mais decisivos após a crise macroeconômica do início da década de 1990. Diante das dificuldades cambiais e da diminuição das reservas internacionais, a Índia consolidou o processo de liberalização, favorecendo um movimento de abertura comercial controlada e a penetração de capitais

estrangeiros nas mais diferentes modalidades (Haffner; Sauter, 2020).

O fim da Guerra Fria também impulsionou outros processos que redefiniram a posição indiana na arquitetura política e econômica global. Conforme Paulo Fagundes Vizentini (2011), um movimento de estabilização relativa da Ásia Meridional se materializou com a normalização de relações entre Nova Delhi e Pequim, além de um processo de aproximação entre Índia e EUA, antigo aliado do Paquistão. Nesse mesmo sentido, a economia indiana também seria atrelada ao processo de integração informal do Leste Asiático, favorecendo sua inserção nas novas cadeias globais e ampliando seus níveis de internacionalização. Esse ambiente de mudança também se refletiu nas relações com o continente africano:

208

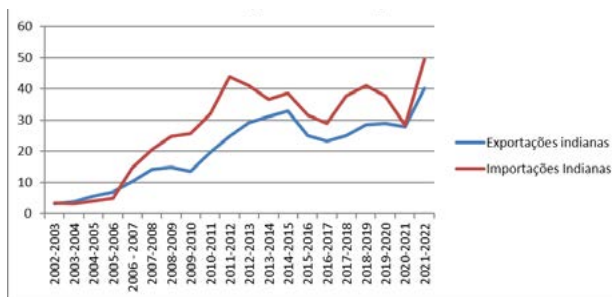
Na era pós-Guerra Fria, com a descolonização da Namíbia e o fim do regime do apartheid na África do Sul, a principal agenda política e ideológica que unia africanos e indianos desapareceu. As ideologias partilhadas de não alinhamento e desarmamento – embora ainda defendidas – já não eram os pontos de encontro da interação. Além disso, após o início das reformas de liberalização econômica em 1991, a política externa da Índia deixou de ser orientada por princípios ideológicos para se tornar cada vez mais pragmática. Desde então, a Índia tem utilizado a diplomacia econômica como método de cortejar os países africanos (Beri, 2011, p. 5).

De forma menos acentuada que a China, Nova Delhi abriu caminho para a definição de um relacionamento multifacetado, ampliando as iniciativas de

cooperação técnica, a participação do continente negro no comércio exterior e uma nova etapa de internacionalização do capitalismo indiano a partir do avanço de suas multinacionais no mercado africano (Bhattacharya, 2010). Sem abandonar totalmente a dimensão histórica e demográfica de tais relações, um forte pragmatismo ancora a presença indiana na África, num processo de diversificação da inserção internacional do país no mundo contemporâneo.

Do ponto de vista comercial, as relações entre a África e a Índia foram favorecidas pelo expressivo crescimento econômico do país asiático, atingindo a casa dos 9% ao ano em meados dos anos 2000 (Costa, 2015). Esse processo se consolidou na década seguinte, como se pode ver a partir do gráfico a seguir:

Figura 25 - Relações comerciais entre a Índia e o continente africano (2002-2022)



Fonte: Centre for International Research (2023).

Inserido dentro dos esforços de ampliação das parcerias comerciais, as relações indo-africanas contemporâneas atingiram um quadro de diversificação que envolveu a mobilização recíproca de setores conside-

rados chave, tais como a agricultura, extração mineral, manufatura, indústria farmacêutica, indústria automobilística, indústria energética e maquinaria pesada (Centre for International Research, 2023). No reconhecimento de desafios comuns, a exemplo da busca pelo desenvolvimento sustentável, a luta contra a insegurança alimentar e energética, as duas partes do mundo Índico avançam na elaboração de um relacionamento estratégico, potencializando os seus respectivos projetos de reinserção econômica.

Além dos interesses imediatos envolvendo o acesso à energia e recursos minerais como petróleo, outras perspectivas econômicas norteiam as relações. O aumento da presença de empresas indianas no continente denota um esforço integrado de ampliar sua participação econômica no âmbito da era de crescimento no continente negro. Uma das formas de materialização desse relacionamento residiu na construção de iniciativas multilaterais como as Cúpulas Índia – África. Contando com três edições desde 2008, tais encontros evidenciam a perspectiva de atuação ampliada de Nova Delhi no continente. Conforme o relatório do Valdai Club, a última Cúpula, ocorrida em 2015, reuniu representantes de 41 países do continente, assinalando acordos na casa dos 10 bilhões de dólares.

Figura 26 - III Cúpula Índia-África (2015)



Fonte: PRIME Minister's Office, 2015 – Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Outra dimensão que não pode ser descartada é a ideológica. Tornando-se uma espécie de enigma da globalização, as transformações ocorridas na Índia contemporânea se tornaram um símbolo complexo do “ápice da internacionalização do sistema capitalista” (Santos, 2001, p. 23). Do ponto de vista da sua organização econômica, o processo de liberalização não necessariamente culminou com perda de importância estratégica do Estado em diferentes atividades e setores (Dicken, 2010; Haffner; Sauter, 2020). Por outro lado, o expressivo crescimento econômico e a constituição de um discurso de inserção autônoma na globalização coexistiram com a permanência de diferentes desafios de superação da pobreza e das desigualdades sociais.

Nos caminhos entre afirmação de solidariedade, produção de uma ideologia terceiro-mundista e eleva-

ção da dimensão pragmática, as relações indo-africanas assumiram algum destaque em meio aos processos de reinserção africana no sistema mundial a partir do pós-Guerra. Apesar das limitações envolvendo o alcance e a dimensão de sua política, Nova Delhi reconstituiu um relacionamento ancorado em séculos de história, ampliando as possibilidades de afirmação de sua condição enquanto ator emergente em meio aos processos globais de mudança.

6.2. Cuba

Em julho de 1959, Ernesto Che Guevara realizou uma breve visita ao Egito, no intuito de conhecer algumas das principais características do processo de reforma agrária no país africano. Ao estabelecer contatos diretos com Gamal Abdel Nasser, o revolucionário argentino teria afirmado ao líder egípcio que a experiência na luta contra a invasão anglo-franco-israelense em 1956 teria constituído uma espécie de força moral para os cubanos (Heikal, 1972). O aceno feito ao *rais* assumiria um caráter simbólico e, ao mesmo tempo, geopolítico. No primeiro caso, reescrevendo a história dos movimentos de libertação no Terceiro Mundo, Guevara estabeleceria um princípio de filiação entre a experiência egípcia e a experiência cubana, numa identidade compartilhada quanto ao potencial revolucionário na América Latina, na África e na Ásia (Vélez, 2016). Frente ao segundo, tal movimentação estabelecia, ainda que de forma cautelosa, os primeiros passos para a afirmação de um terceiro-mundismo cubano,

estabelecendo um dos vetores de inserção externa do país com o aprofundamento da Revolução.

Do Cairo à Cidade do Cabo, as relações contemporâneas entre Cuba e África se destacaram pelo desenvolvimento de um caráter multifacetado, envolvendo o exercício de diferentes formas de cooperação e engajamento junto aos desafios de construção dos Estados-Nação nas mais diferentes partes do continente, além da afirmação de diferentes agendas de interesse comum na esfera bilateral. Sem possuir as mesmas capacidades que as grandes potências e outros atores emergentes, Havana desempenhou um relevante papel no tocante às relações internacionais do continente africano, estabelecendo um conjunto de princípios e linhas de ação que marcaram decisivamente a trajetória de alguns atores. Para o país caribenho, os Estados africanos constituiriam uma alternativa geopolítica importante diante dos esforços de afirmação de autonomia frente à URSS e o isolamento imposto no âmbito do sistema interamericano.

Autores como Locksley Edmondson (2010) propõem uma periodização acerca das relações entre Cuba e o continente africano após a Revolução de 1959, destacando a existência de um engajamento pouco visto frente às interações entre atores ao longo das duas partes do Atlântico. Para esse autor, entre 1959 e 1974, desenvolveu-se uma fase considerada quase como introdutória, com destaque para os contatos estabelecidos entre Havana e movimentos de libertação ao redor do continente. Um segundo momento seria inaugurado em 1975, com o engajamento militar cubano junto ao MPLA.

Em seguida, a partir de 1977, um terceiro momento foi inaugurado com as ações cubanas no Chifre da África, sobretudo na Etiópia. Por fim, já nos anos 1980, um quarto momento marcaria os esforços de solidificação da presença cubana na África. Dialogando criticamente com tal periodização e, considerando a literatura existente sobre o tema, é possível afirmar a existência de um quinto momento, cujas principais marcas estiveram na permanência de ações de cooperação mesmo com o fim da Guerra Fria.

As raízes das relações cubano-africanas foram lançadas ainda na formação sócio-histórica do país caribenho. No século XIX, uma intensa produção de açúcar com base em mão de obra escrava protagonizou a economia da ilha. Apesar das pressões internacionais pelo fim do tráfico negreiro, a escravidão cubana atingiria seu auge ao longo da década de 1840. Conforme Leslie Bethell (1991), o número de escravos mais do que triplicou em aproximadamente 60 anos, passando de 40 000 em 1774 para 450 000 em 1841. Quarenta anos depois, na década de 1880, a escravidão em Cuba chegaria ao seu final.

Um novo impulso para as relações entre Cuba e África seria desenvolvido a partir da vitória do processo revolucionário em 1959. Após quase duas décadas de protagonismo de Fulgêncio Batista na política da ilha caribenha (Bethell, 1998), a derrubada da ditadura em meio ao processo liderado pelo Movimento 26 de Julho impôs uma série de desafios ao país. Alimentado pelas incertezas domésticas, em decorrência da desagregação de uma ordem constituída ao longo da primeira

metade do século XX, e sistêmicas, relacionadas aos efeitos da Guerra Fria e, em maior caso, à reação dos EUA e às pressões hemisféricas, um processo de revisão da inserção internacional cubana se notabilizou pelo desenvolvimento de um compromisso revolucionário ativo em diferentes arenas, pela reivindicação de uma identidade compartilhada com o Terceiro Mundo e com a África (Pereira, 2016), além da afirmação de um perfil multifacetado de atuação.

As primeiras movimentações cubanas após a Revolução no continente africano se deram no Egito e no Maghreb. Conforme Federico Véléz (2016), as visitas de Che Guevara (1959) e Raul Castro (1960) ao país de Nasser faziam parte de uma série de investidas cubanas em se aproximar dos Estados autonomistas no Terceiro Mundo, buscando inscrever seu processo revolucionário no âmbito das transformações geopolíticas que afetavam territórios outrora dominados pelas potências europeias. Tais movimentações foram marcadas por algumas incertezas, frustrações e tentativas de acomodação. Frente aos esforços de reposicionamento de Cuba em relação aos EUA, os acenos feitos ao Não Alinhamento eram contrabalançados pelas tentativas de melhoramento das relações com Washington, visando a atingir os objetivos da Revolução sem uma ruptura radical com um eixo central da economia da ilha caribenha. Se tal condição se tornaria ultrapassada com o avanço do processo revolucionário e o crescente afastamento entre Havana e Washington, diferenças entre Nasser e os cubanos quanto à natureza e à intensidade das transformações

domésticas se fariam notáveis, apesar do reconhecimento por parte do *rais* egípcio acerca da excepcionalidade da experiência cubana na América Latina.

Se os contatos entre Nasser e Cuba não evoluíram na direção de uma sólida ponte entre Havana e o Cairo, tais movimentações foram fundamentais para a posição de Cuba como um dos referenciais do futuro movimento dos Não Alinhados. Na reunião de preparação para a I Conferência dessa iniciativa multilateral, os cubanos constituíram a única delegação latino-americana em caráter oficial, contrastando com outros países como o Brasil, responsável por encaminhar apenas um observador. Sob o comando de Raul Roa, a participação cubana no encontro seria marcada pela assertividade de suas posições, classificadas como “radicais” por outros representantes de Estados referenciais no movimento como a Iugoslávia e a Índia. Nesse sentido, a capital egípcia representou mais um espaço simbólico de cultivo do terceiro-mundismo cubano, inscrito numa perspectiva revolucionária de atração dos latino-americanos na direção de uma movimentação majoritariamente afro-asiática e, ao mesmo tempo, a manutenção de uma alternativa de inserção internacional frente às pressões hemisféricas e ao desafio da dependência soviética.

No mapa cubano na África, outro interessante roteiro foi desenvolvido na Argélia. Além de oferecer suporte militar aos rebeldes da FLN nos anos finais da Guerra contra a França, a atuação cubana junto ao novo governo argelino após a independência envolveu o desenvolvimento de ações heterogêneas como a cooperação em saúde e o apoio militar no contexto da

invasão marroquina em 1963. Como no caso egípcio, as expectativas cubanas em relação à Argélia ainda giravam acerca da consolidação de sua aproximação com as revoluções no Terceiro Mundo, ampliando sua margem de autonomia num cenário internacional permeado por tensões. Conforme Federico Véléz (2016), certo otimismo também era verificado do lado argelino. Além de realizar uma histórica viagem a Havana em 1962, Ben Bella se tornaria um importante parceiro para os cubanos na defesa de suas posições no Terceiro Mundo. Pelo menos até a sua derrubada em 1965, a Argélia se constituiu em uma das principais referências cubanas em seus esforços de aproximação com a África.

Figura 27 - Fidel Castro e Ben Bella em Havana (1962)



Fonte: AZIZ3D, 2013 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Além da África do Norte, outras movimentações cubanas envolveriam a África Subsaariana. Em 1964, Guevara desenvolveria um périplo a diversas partes do

continente, tendo como objetivo estabelecer um novo sentido de unidade e ação entre governos constituídos e movimentos de libertação:

Em 17 de dezembro, seguiu para a Argélia, onde mantinha relações de amizade e estreito entendimento com o presidente Ahmed Bem Bella e, entre os últimos dias de dezembro de 1964 e os primeiros dias de fevereiro de 1965, visitou vários outros países da África a fim de conversar com diversos líderes do movimento de libertação nacional, entre os quais Gamal Abdel Nasser, da República Árabe Unida (Egito e Síria), Kwame Nkrumah, de Gana, Alphonse Massemba Débat, do Congo-Brazaville, e Agostinho Neto, de Angola, a quem prometeu instrutores militares de Cuba para os guerrilheiros do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) na Província de Cabinda. Seu propósito, ao que tudo indicou, foi avaliar a possibilidade de unir todos os movimentos de libertação nacional em uma frente comum de luta contra o colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo, de modo a intensificar o processo revolucionário no terceiro mundo e romper em favor da esquerda o impasse internacional configurado pela Guerra Fria (Bandeira, 2012, p. 637-638).

218

Na perspectiva de afirmação da luta armada como recurso de libertação e desenvolvimento de um maior nível de cooperação com os africanos, as movimentações anunciavam um novo direcionamento para as relações entre Cuba e o continente. Sem desconsiderar as controvérsias envolvendo Guevara e Fidel Castro em tais ações, a presença militar cubana alcançava, segundo Analúcia Danilevycz Pereira (2016), a marca de 400 soldados, distribuídos em diversas ações envolvendo

o treinamento de Guerrilheiros e o apoio a governos constituídos. O ímpeto revolucionário transitava entre tentativas de institucionalização, consolidação enquanto centro de um movimento de transformação heterogêneo transcontinental e a organização de ações específicas de apoio às lideranças e organizações na África Central.

No tocante ao apoio oferecido a governos e movimentos, a política cubana para a África nesse contexto transitaria entre movimentos de êxito e fracasso. Após a revolução de 1963, Cuba forneceria novo suporte ao governo constituído no Congo Brazzaville. Por outro lado, no interior de um projeto de desenvolvimento de uma luta armada a partir do vizinho antigo Congo Belga, a missão liderada por Che Guevara (1965) não encontraria sucesso, frustrando os objetivos do revolucionário em ampliar as ações no centro do continente negro. Um ano depois, o sonho de uma unidade terceiro-mundista assumiria um caráter relativamente institucionalizado com a criação da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina. Num contexto de impasses quanto ao futuro dos Não Alinhados, Cuba buscava afirmar um perfil de relativo protagonismo na tarefa de construção de mecanismos mais sólidos de diálogo e ação política envolvendo os mais diferentes atores do Terceiro Mundo.

Figura 28 - Che Guevara (1960)



Fonte: KORDA, 2013 - Disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Se as relações cubano-africanas não assumiram os limites de uma movimentação em nível de Estado ou governo, a reunião de diferentes iniciativas ao longo da primeira metade do século XX denotam sua importância no desenvolvimento de um tipo de inserção internacional alternativo diante dos constrangimentos proporcionados pela Guerra Fria e pela sua exclusão do sistema interamericano. Um novo passo seria dado a partir dos anos 1970. Em meio ao aumento das tensões decorrentes das crises que envolveram a África Austral e o Chifre da África, a atuação cubana nos dois cenários se constituíram em episódios paradigmáticos.

No caso angolano, se os contatos entre o MPLA e Havana datavam ainda dos anos 1960 (Vizentini, 2012), um novo impulso seria dado no interior dos desafios da organização em meio ao conturbado processo de

independência do país e a disputa pelo poder frente aos dois outros movimentos (Unita e FNLA). Após enviar instrutores militares, com aprovação do governo português, para a preparação das forças vinculadas ao movimento de Agostinho Neto, o envio de mais de dez mil homens para auxiliar o MPLA diante da ofensiva organizada pela África do Sul e a Unita foi decisivo para a sobrevivência do movimento que assumiria o governo a partir de Luanda.

A participação cubana ao lado do MPLA renderia um caráter estratégico para a afirmação de sua política africana. Se a Guerra Civil Angolana assumiria um caráter internacionalizado com a participação indireta das superpotências e de diferentes atores regionais, a intervenção cubana no conflito representaria um sentido de autonomia em relação aos soviéticos e, ao mesmo tempo, reafirmação de seu internacionalismo militante (Bandeira, 2012). Conforme Paulo Fagundes Vizentini (2012), a atuação cubana em Angola assumia diferentes características, variando desde ações de segurança e defesa, até projetos de cooperação em saúde e educação.

Outro cenário de engajamento cubano na África nos anos 1970 foi traçado na Etiópia. A derrubada do imperador Hailé Selassié em 1973 abriu espaço para a ascensão de um grupo de militares que, liderados por Mengistu, estruturaram a proposta de um Estado socialista no Chifre da África. A elevação das tensões com a vizinha Somália culminou com o início de um conflito militar que, semelhante ao caso angolano, tomaria múltiplas dimensões. Constituindo um dos principais vetores de apoio a Adis-Abeba no conflito, a atuação

cubana assumiu um caráter decisivo. Diante de uma forte cooperação militar, envolvendo o envio de soldados, instrutores militares e fornecimento de armas, a participação dos caribenhos representou um importante contrapeso diante das ofensivas somalis que, apoiadas pelas potências ocidentais, além de Egito e Arábia Saudita, ganhava terreno em solo etíope.

Entre os anos 1970 e 1980, além da manutenção das mais diferentes formas de cooperação com o MPLA em Angola e o Derg na Etiópia, Cuba também se destacaria no apoio ofertado aos militantes do Paigc em Guiné Bissau e da Frelimo em Moçambique. Além disso, o governo socialista também despontaria como importante voz na luta contra o *apartheid* na África do Sul e na defesa da independência da Namíbia.

A partir da segunda metade dos anos 1980, Cuba conviveu com a emergência de diferentes desafios decorrentes de um cenário internacional em mutação. O fim da Guerra Fria e o desaparecimento da URSS afetou diretamente a economia do país, reflexo da perda de um dos parceiros econômicos mais importantes. Do ponto de vista estratégico, o desmoronamento do socialismo europeu impôs novos questionamentos à legitimidade do regime liderado por Fidel Castro, bem como aumentou a vulnerabilidade da ilha em relação aos EUA. Segundo Marco Antônio da Silva e Guillermo A. Johnson (2013), sob os lemas de sobrevivência e readaptação, um processo de mudança nas políticas interna e externa de Cuba visavam a criar novas condições para a reinserção do país nas dinâmicas contemporâneas do sistema mundial.

Em meio às elevações das pressões econômicas e geopolíticas dos EUA e diante do risco de um novo isolamento internacional, Havana passou por um movimento de transformação em suas relações internacionais, ampliando seus laços com países ocidentais e, ao mesmo tempo, investindo força em interações com países como Venezuela, Irã e Rússia. Do ponto de vista das relações com o continente africano, o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 não cessou completamente os vínculos costurados ao longo das décadas anteriores. Apesar da queda da importância africana no comércio exterior cubano, programas de cooperação entre as duas partes do Atlântico continuaram a fazer parte das agendas políticas.

Entre identidade, internacionalismo militante e o enfrentamento do desafio da própria sobrevivência política autônoma diante das pressões internacionais, as relações entre Cuba e África constituíram um importante vetor de afirmação geopolítica da ilha caribenha, criando condições para uma projeção externa assertiva e, em certa medida, superando as capacidades relativas de um Estado que coexistiu diretamente com a sombra das tensões da Guerra Fria e do isolamento imposto pelos EUA no âmbito hemisférico. Do ponto de vista africano, Cuba representaria não apenas uma peça vital no processo de diversificação das relações externas, como também uma espécie de materialização de um projeto diaspórico de conexão sociopolítica e histórica, fundamentada por princípios e ações enraizadas em um passado relativamente conectado pelas marcas da escravidão e do dinâmico mundo Atlântico.

6.3. Brasil

Em 1961, o intelectual José Honório Rodrigues publicava *Brasil – África: Outro Horizonte (Relações e Política Brasileiro Africana)*, obra que se tornaria um marco nos estudos sobre o relacionamento entre as duas partes do Atlântico Sul até então. Na compreensão sobre o conjunto de transformações sistêmicas e domésticas que impulsionariam o país a desenvolver um relacionamento mais assertivo com o continente negro, o autor se tornaria uma espécie de intérprete da utopia de uma liderança internacional do Brasil, constituída a partir da mobilização de laços históricos e culturais com os africanos, além de mobilizada enquanto fator geopolítico de renegociação da posição do país na aliança com o ocidente capitalista.

Na tripla condição de ator, autor e testemunha das mudanças ocorridas no início daquela década, sobretudo o desenvolvimento de certo entusiasmo frente à chamada Política Externa Independente (PEI), Honório Rodrigues estabeleceria as bases para um olhar histórico de longa duração acerca das interações entre Brasil e África, identificando algumas características que fundamentaram diferentes análises extemporâneas sobre o mesmo tema. Em primeiro lugar, a compreensão acerca da produção de oscilações nesse relacionamento se tornaria um aspecto estrutural, validado historicamente com o reconhecimento de um longo processo de afastamento estimulado pelo fim do tráfico de escravos na metade do século XIX e o advento do colonialismo europeu contemporâneo.

Um segundo elemento diz respeito ao caráter multifacetado de tais contatos. Numa compreensão moldada pelas premissas da democracia racial, o louvor ao processo de formação da sociocultural do Brasil a partir de uma valorização da miscigenação se tornaria um dos principais fundamentos de um projeto de projeção do país no continente. Na afirmação de uma espécie de civilização tropical, a narrativa sobre uma suposta exitosa experiência histórica de formação da nação brasileira era observada como um vetor de aproximação étnico-cultural com os novos Estados independentes, tornando-se uma espécie de modelo histórico contemporâneo para o enfrentamento dos desafios de construção das novas organizações políticas e das nações com o fim do colonialismo. Tal compreensão, conforme Jocélio Teles dos Santos, iria adquirir outro patamar nesse período com o desenvolvimento de um processo de “legitimação do Estado” (Santos, 2005, p. 20), numa complexa articulação envolvendo intelectuais, políticos e agentes de Estado na produção de um discurso de naturalização de um processo de aproximação e, em certa medida, exercício de liderança sob os novos atores da política internacional nos anos 1960 (Saraiva, 1993).

Estabelecendo uma relação crítica com a periodização proposta por José Honório Rodrigues, José Flávio Sombra Saraiva (1996) estabeleceu novos olhares acerca do sentido de ruptura representado pela PEI no tocante às relações Brasil – África. Para esse autor, o fim da Segunda Guerra Mundial representaria o início de um processo denominado enquanto “ruptura do silêncio” (Saraiva, 1996, p. 21), composto por diferen-

tes movimentações que, mesmo assumindo um caráter tardio, pavimentaram o caminho para um processo mais efetivo de aproximação nos anos 1960. Em meio aos processos de transformação impulsionados pelo avanço da descolonização e conformação dos blocos de poder da Guerra Fria, as relações entre brasileiros e africanos transitaram entre a sua subordinação às premissas do conflito Leste-Oeste e a perspectiva de uma atuação mais assertiva, emergente no seio dos debates acerca do presente e do futuro da inserção internacional do Brasil.

Nas oscilações envolvendo o desenvolvimento de esforços de mundialização e multilateralização da PEB frente a uma perspectiva de ação externa prioritariamente voltada ao eixo hemisférico-ocidental, as interações entre brasileiros e africanos ao longo dos anos 1950 foram marcadas pela ambiguidade envolvendo a abordagem sobre a descolonização e alguns esforços tímidos de ampliação da presença diplomática no continente. No primeiro caso, acenos à autodeterminação dos povos e o amadurecimento de um olhar econômico sobre a descolonização não superaram politicamente a perspectiva de alinhamento entre o Brasil e as potências coloniais, impulsionado pelo jogo da Guerra Fria, mas também por considerações específicas como no caso dos colonialismos português e francês. Nesse contexto, a diplomacia brasileira desenvolveria uma postura vacilante, sem se comprometer significativamente com uma agenda prioritária aos movimentos de libertação e aos Estados recém-independentes, gerando desconfiança em relação aos atores que emergiram na política internacional.

Por outro lado, novos olhares sobre as transformações do sistema mundial e a condução da política externa impulsionaram a produção de dissensos acerca das características básicas do relacionamento entre brasileiros e africanos. Em diferentes espaços de formulação intelectual e política, novos horizontes para a inserção externa do país foram traçados por diplomatas, intelectuais e parlamentares que, na compreensão de uma espécie de “janela de oportunidade” para o país, enxergariam nas mudanças ocorridas no continente negro a produção de condições favoráveis para uma maior aproximação do Brasil junto aos Estados recém-independentes ou em vias de libertação. Além dos anseios de uma liderança política em nível internacional, a crença envolvendo a possibilidade de uma mediação entre o Ocidente capitalista e os atores africanos assumiria um caráter geopolítico, inserindo os esforços de aproximação a partir da própria dinâmica de alargamento das fronteiras da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que se demarcaria uma diferença entre o tipo de influência a ser construída por parte do Brasil frente à experiência de dominação europeia.

Ainda nos anos 1950, movimentações como o envio de um observador à Conferência de Bandung (1955), a participação brasileira na Força de Emergência das Nações Unidas (Fenu) após a Guerra de Suez, um primeiro movimento de ampliação das representações diplomáticas no mundo afro-asiático e a votação favorável à resolução 1514 sobre a autodeterminação dos povos indicariam algumas das principais movimentações do país na direção do continente negro. Tais

ações contrastavam com a ambivalência envolvendo a condenação do racismo e o interesse no aprofundamento das relações comerciais com a África do Sul, a manutenção de posições favoráveis ao colonialismo português e os desafios em lidar com um ambiente geopolítico heterogêneo, superando as dicotomias rígidas de um mundo bipolar.

Entre 1961 e 1964, a experiência da PEI representou uma tendência de aprofundamento nessas relações. Com maior ímpeto ao longo dos primeiros meses de sua existência, um conjunto multifacetado de ações foram pensadas e, em alguns casos, executadas dentro dos esforços de ampliação da presença brasileira no continente negro. Além da abertura de novas representações diplomáticas, organização de missões comerciais, reconhecimento dos novos governos independentes, algumas iniciativas estiveram voltadas à cooperação como o fornecimento de bolsas de estudo, bem como a afirmação de um processo de substituição de exportações por meio das expectativas sobre a absorção dos produtos manufaturados brasileiros nos mercados africanos.

Apesar do otimismo quanto ao impulso dado nesse contexto, as relações Brasil – África também passariam por algumas frustrações e reveses. Do ponto de vista comercial, as iniciativas de ampliação das interações não se traduziram necessariamente em uma elevação substancial da participação africana no comércio exterior brasileiro, tampouco reverteu o caráter concentrado, cujo principal parceiro continuava a ser a África do Sul. No campo geopolítico, o avanço das independências e os desafios envolvendo a formação de um sistema

inter-africano alimentavam ainda mais as tensões da Guerra Fria no continente, exigindo uma habilidade político-diplomática ao Brasil em sua estratégia de se aproximar dos novos atores internacionais sem necessariamente marginalizar a dimensão do conflito Leste-Oeste. Ainda em meio aos movimentos da política internacional, a mobilização do princípio da autodeterminação dos povos como um dos eixos fundamentadores da PEI não se concretizou em uma postura assertiva em favor do fim do colonialismo europeu, tendo em vista a manutenção de posições favoráveis ou não capazes de confrontar com a linha de apoio aos territórios portugueses no além-mar.

Por fim, outros dois aspectos podem ser levantados no campo dos desafios para a afirmação de uma política africana. Apesar de constituir um projeto relativamente coerente em meio aos esforços de ampliação geográfica das relações externas, a PEI sofreu com alguns princípios de descontinuidade ao longo de seu período de existência, reflexo da própria conjuntura doméstica nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964). Diante disso, parte do engajamento do governo em agendas de política externa foi declinando diante da emergência de novas prioridades no ambiente interno e mesmo frente às dinâmicas sistêmicas, sobretudo frente à crise do sistema hemisférico com o aprofundamento da Revolução Cubana.

Durante a ditadura militar, sintomas de uma ausência de “linearidade de conduta” podem ser observados ao longo dos mais de 20 anos (1964-1985). Em sinto-

nia com os sentidos mais gerais de ruptura anunciados pelo Governo Castelo Branco (1964-1967), as relações Brasil – África passariam por certo ajuste, estando condicionadas às diretrizes de recuperação das premissas vinculadas ao Conflito Leste-Oeste como norteadoras da inserção internacional do país, bem como de um relativo afastamento de teses e características da PEI. Como produtos de tais orientações, destacaram-se a diminuição das ambiguidades frente ao colonialismo português e a perspectiva de aproximação geopolítica com a África do Sul. Contudo, horizontes de inserção comercial não seriam abandonados, tendo em vista a organização de Missões ao continente negro.

Entre 1967 e 1979, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno enxergam um processo de aprofundamento de tendências de projeção internacional, fundamentado pelo abandono relativo das principais premissas que nortearam a PEB ao longo do governo Castelo Branco e pela recuperação de um paradigma desenvolvimentista. Nesse contexto, as relações Brasil – África passaram por um processo de ampliação de seu caráter multifacetado, envolvendo o fortalecimento de diferentes vetores de dinamização de tais interações, tais como comércio, presença diplomática, engajamento multilateral, dentre outros. Sinais tímidos de mudança começaram a ser vistos ainda no governo Costa e Silva (1967-1969) - sem abandonar as alianças do país com Portugal e a África do Sul, movimentações em prol de uma diplomacia econômica e a ampliação nos contatos entre as duas partes do Atlântico por meio de agendas de interesse mútuo como a criação de condições justas para o comér-

cio internacional, a cooperação, o desenvolvimento e revisão da ordem internacional.

No contexto do governo Médici (1969-1974), sentidos de aprofundamento da mundialização da PEB favoreceram o desenvolvimento de novas movimentações na direção do continente africano. Sem necessariamente romper radicalmente com Lisboa, alguns movimentos da diplomacia brasileira assumiram forte caráter geopolítico e econômico, visando a dinamizar sua presença do outro lado do Atlântico. Entre as principais ações empreendidas nesse contexto esteve a viagem do então chanceler Mário Gibson Barbosa ao continente negro em 1972. Num périplo envolvendo ao menos nove países da África Ocidental, tal iniciativa marcou a assinatura de diferentes acordos de cooperação, bem como a criação de condições para a elevação das relações comerciais, impulsionadas pelo chamado Milagre Econômico. Conforme Jerry Dávila (2011), Gibson Barbosa buscou manter as linhas gerais traçadas pelos seus antecessores, estimulando, ao mesmo tempo, as relações com Portugal e a recuperação de posições no continente negro. Ao longo de sua viagem, o então chanceler vivenciou uma série de dilemas envolvendo a materialização dessa estratégia, tais como as expectativas acerca de uma posição mediadora frente à descolonização portuguesa, as pressões pela mudança na postura brasileira frente ao caso e as desconfiças quanto às características de uma política africana.

Durante o governo Geisel (1974-1979), novos desafios sistêmicos e domésticos influenciariam o aprofundamento das relações com o continente afri-

cano. No quadro externo, a nova fase da concorrência intercapitalista a partir da consolidação dos processos de recuperação econômica na Europa Ocidental e no Japão, os efeitos da crise do petróleo sobre os países do Terceiro Mundo e a afirmação da *détente* enquanto vetor de redefinição das relações entre as superpotências construiu condições favoráveis para a busca por maior autonomia nas relações externas. Dentre as principais iniciativas, o engajamento brasileiro junto a iniciativas como a defesa de uma Noei aproximavam o país frente a outros atores do mundo em desenvolvimento, favorecendo a intensificação de laços multilaterais em prol da construção de alternativas geoeconômicas às assimetrias globais.

Do ponto de vista doméstico, a manutenção do projeto de desenvolvimento nacional estimulava a busca por novos mercados para as exportações brasileiras e, em meio à vulnerabilidade energética, opções frente ao aumento do preço do petróleo. A partir desses dois horizontes, um processo de dinamização comercial das relações Brasil – África seria registrado ao longo dos anos 1970, aumentando a participação do continente no comércio exterior brasileiro e acarretando breves mudanças em sua dinâmica interna, tais como o crescimento da importância de Estados como a Nigéria e a Argélia, em detrimento da queda da África do Sul (Saraiva, 1996). Em relação ao último, influenciado pelas pressões internacionais acerca do *apartheid*, um princípio de afastamento seria empreendido pela diplomacia brasileira, acompanhando, de modo geral, a postura frente aos antigos bastiões brancos na África Austral.

Favorecido pela Revolução dos Cravos (1974), a mudança na política doméstica em Portugal ampliou as margens de manobra do Brasil em relação ao processo de descolonização na África Negra. Em meio às negociações pelo fim da presença lusitana nos territórios ainda sob seu controle, a consolidação do fim de uma inserção pautada nas fronteiras ideológicas transitaria entre o caráter relativamente tardio das mudanças em curso no Sul da África e a constituição de um pioneirismo no contexto angolano. No reconhecimento da independência de Angola em 11 de novembro de 1975 e do MPLA como governo legítimo, a diplomacia brasileira demonstrou certa habilidade em compreender as complexidades do cenário angolano, alimentado pelo crescimento das disputas geopolíticas da Guerra Fria na região e pelos impasses registrados no ambiente doméstico com as rivalidades entre os movimentos de libertação.

Nos anos 1980, as pressões pela redemocratização do país e o advento da chamada crise da dívida influenciaram os rumos da PEB de diferentes modos. Desde a preocupação com a reconstrução da imagem internacional do país até a necessidade de se readequar frente às rápidas transformações no capitalismo global, a preservação das linhas mais gerais de uma inserção interna de viés autonomista e universalista se mostrou um dos principais desafios do período. No contexto do governo João Baptista Figueiredo (1979-1985), o exercício de uma diplomacia econômica influenciou na consolidação dos vínculos firmados na década anterior, ampliando as relações comerciais com o continente,

cujo auge seria atingido em 1984, e o próprio processo de internacionalização das empresas.

Na outra metade da década, já sob o governo de José Sarney (1986-1990), a ampliação das dificuldades domésticas e o conturbado quadro sistêmico dos anos finais da Guerra Fria afetariam as capacidades de inserção internacional do país na África. Do ponto de vista político, a mobilização de princípios tradicionais, como a autodeterminação dos povos, o combate ao racismo e o desarmamento, encontraria certa materialização na defesa da independência da Namíbia, na luta pelo fim do *apartheid* e na proposta da Zopacas. Contudo, no tocante às relações comerciais, uma queda na participação africana nas exportações brasileiras traduziria a emergência de um momento relativamente adverso, se comparado com a conjuntura anterior.

Entre o fim do período de abertura política após a ditadura militar e o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a PEB foi desenvolvida ao menos a partir de três grandes fases. Entre o início dos anos 1990 até a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, as relações exteriores do Brasil foram caracterizadas pelos desafios de inserção do país em meio à transformação da ordem global com o fim da Guerra Fria. Alinhada aos pressupostos neoliberais e ao discurso da globalização, tal fase se notabilizou por uma tendência de adesão aos regimes internacionais então vigentes, ao relativo afastamento conceitual de teses consideradas como terceiro-mundistas a partir de uma redefinição do lugar do Brasil no mundo e a perspectiva de reinserção competitiva. Ao contrário das décadas anteriores, o período

em questão marcaria certo desengajamento do país, prevalecendo o que José Flávio Sombra Saraiva classificou como “opção seletiva” (1996, p. 217), reduzindo o alcance da política brasileira naquele continente.

A partir de 2003, uma nova estratégia de inserção internacional de viés autonomista e revisionista se desenvolveu ao longo dos dois mandatos do governo Lula. Em meio a um horizonte de um mundo multipolar, as relações exteriores do Brasil foram demarcadas por meio de um processo de diversificação de parcerias, engajamento do Brasil em movimentações de reforma e ocupação de espaço em determinados regimes internacionais, ampliação dos laços multilaterais em nível regional e global, além da “busca por condições favoráveis ao desenvolvimento” (Ricupero, 2017, p. 646). Nesse contexto, a ampliação das relações com o continente africano adquiriu alguma importância nos esforços de projeção exterior do país, valorizando o desenvolvimento de uma estratégia multifacetada envolvendo o avanço na cooperação técnica, a extensão da presença diplomática do país no continente, a internacionalização do capitalismo brasileiro e as tratativas políticas sobre o presente e o futuro da ordem global.

Figura 29 - Lula e Muammar Kadhafi



STUCKERT, 2023 – CC BY – SA 3.0 – disponível no repositório digital da Wikimedia Commons (2024).

Sinais de mudança começaram a ser vistos ainda durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Conforme Miriam Gomes Saraiva (2014), os sentidos de relativa continuidade na estratégia internacional não foram acompanhados por uma manutenção no engajamento do governo nas ações externas. Outros autores como Antônio Carlos Lessa e Amado Cervo reconhecem um processo de declínio na inserção internacional do Brasil, influenciado por um conjunto de aspectos internos relativos à relação entre Estado, governo, setores dinâmicos da sociedade e diplomacia:

As causas que determinam a mudança e a nova tendência, localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no

governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos; no emperramento da gestão pública com perda de capacidade indutora do Estado; enfim, no protagonismo de Rússia e China no seio do Brics (2014, p. 149).

Impulsionado pelos problemas domésticos vividos pelo país, a política externa sofreria com certa readaptação entre as políticas públicas e as agendas governamentais de prioridade do governo Dilma. Além dos fatores destacados pelos autores, outros aspectos como os efeitos da nova etapa de crise do capitalismo global após 2008 e seus reflexos em diferentes atores como a União Europeia e os países emergentes, tensões regionais e globais decorrentes de episódios como a Primavera Árabe e o advento de uma nova onda conservadora na América Latina, Europa e EUA, além do aprofundamento da competição sino-estadunidense, apontavam para novos desafios à projeção externa do país. Do ponto de vista das relações Brasil – África, apesar da manutenção de índices razoáveis de comércio entre as duas partes, aspectos como o exercício da diplomacia presidencial e a produção de novas iniciativas de dinamização das interações entre as duas partes deixaram de fazer parte do horizonte de políticas brasileiras para o continente africano.

Sob o governo Michel Temer (2016-2018), a retração na atuação externa do Brasil ganhou novos e profundos contornos. Alinhado aos objetivos de avanço dos projetos neoliberais, a PEB durante o mandato do emedebista se caracterizou por um esforço de distan-

ciamento frente aos seus antecessores e a retomada de um conjunto de princípios e ações historicamente vinculadas à concepção do chamado Estado Normal, um dos paradigmas constituidores da política externa nos anos 1990. Sob o signo da chamada “desideologização” e na valorização da diplomacia econômica,¹⁶ o governo Temer buscou reorientar a inserção externa do país a partir do desengajamento frente a antigos esquemas de integração regional de viés autonomista, a atribuição de prioridade as agendas comerciais e financeiras no Mercosul e em outras arenas de atuação do Brasil, além da adoção de uma postura mais agressiva diplomaticamente em relação à Venezuela. Em meio aos processos de transformação da PEB nesse contexto, as relações Brasil – África sofreram com um aprofundamento na tendência de distanciamento verificada desde o governo Dilma (Almeida, 2017). Segundo Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020), houve um predomínio de uma concepção de valorização da dimensão comercial das relações brasileiro-africanas, abandonando assim o caráter político-estratégico de tais interações. O relativo crescimento dos índices de exportação e importação nesse período não foi capaz de recuperar a posição do continente no comércio exterior

16 Conforme Danilo Sorato Oliveira Moreira, compreende-se enquanto desideologização o apelo a uma “aparente neutralidade ideológica” na formulação da PEB (2020, p.12). Inserido num contexto de mudança na inserção internacional do país, esse tipo de discurso pode ser visto como uma incorporação de tendências contemporâneas críticas à política externa no governo Lula, impulsionada por setores mais liberais (Jakobsen, 2013; Moreira, 2020).

brasileiro e nem mesmo atingir os valores registrados ainda na primeira metade da década passada.

Ampliando a tendência declinante na inserção internacional brasileira, o governo Bolsonaro estabeleceu um sentido complexo envolvendo continuidade e descontinuidade na trajetória da PEB. Se do ponto de vista da história recente as relações exteriores estiveram em relativa sintonia com o horizonte de aprofundamento das reformas neoliberais, a adoção de diferentes perspectivas e linhas de ação vinculadas a segmentos de extrema-direita em nível nacional, regional e internacional promoveram uma espécie de “dupla ruptura” na política externa (Santos, 2022, p. 47-48). Além de se distanciar de forma prática e conceitual dos diferentes tipos de inserção internacional em conflito ao longo das três décadas da Nova República, diferentes ações empreendidas pelo governo representaram violações aos mais diferentes princípios e diretrizes que regem as relações internacionais no Brasil, inscritas na Carta Magna de 1988.

Em meio aos conflitos envolvendo a coalizão governante, a política externa Bolsonaro se notabilizou por um processo de redirecionamento da ação do país no mundo, voltando-se, em especial, para o aprofundamento nas relações com os EUA de Donald Trump, ampliação nas relações com países governados pela extrema-direita no Ocidente e em outras partes do globo, afastamento de agendas e perspectivas historicamente vinculadas aos tipos de inserção de viés autonomista e universalizante, além da introdução de signos, conceitos e ideias que redefiniram a posição

do Brasil na arquitetura global dentro de um horizonte civilizacional judaico-cristão conservador.

Apesar do relativo desengajamento ocorrido com a saída de Ernesto Araújo da chancelaria em 2021, as mudanças ocorridas desde então não foram capazes de alterar substancialmente os retrocessos vividos na PEB durante todo o período. Do ponto de vista das relações Brasil – África, Flávio Tales Ribeiro Francisco *et al.* (2021) salientam sobre o fim da dimensão estratégica do continente dentro das características mais gerais da PEB nesse contexto. Além da ampliação do abandono dos mais diferentes vetores de inserção do país na África e da crescente marginalização do continente frente às novas prioridades externas, um descompasso entre discurso e prática evidencia o nível crítico de afastamento do Brasil em relação ao vizinho Atlântico. A valorização do discurso comercialista, característica apresentada desde o governo Temer, também não se traduziu em resultados efetivos para a política brasileira no continente. Além da permanência da redução da participação africana no comércio exterior brasileiro pelo menos até 2020, o sentido de ruptura almejado pelo novo governo não conseguiu produzir uma diversificação nas parcerias e nem mesmo retomar os índices de exportação e importação atingidos ao longo da primeira metade da década passada.

Inseridas nos esforços mais gerais de afirmação de autonomia e universalização das relações externas, os contatos entre Brasil e África transitaram entre diferentes modalidades, tais como a perspectiva de construção de uma identidade compartilhada, a mobilização de um

passado enquanto legitimador dos contatos contemporâneos, a modelagem de uma concepção geopolítica específica a partir do conceito de Atlântico Sul e as tentativas de materialização de diferentes horizontes traçados pela diplomacia e outros *policy makers* brasileiros. Em mais de 70 anos de história, considerando a condição de atores independentes, a trajetória de oscilações entre as duas partes não inviabiliza o caráter estratégico do Brasil dentro do processo de diversificação das relações externas dos países africanos, tendo como um dos principais desafios a construção de uma política mais abrangente e solidamente multifacetada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser de uma geração que não viveu diretamente a Guerra Fria impõe alguns desafios no exercício de leitura sobre a transformação da política internacional nas últimas décadas. Sem culminar numa ode à memória enquanto ferramenta de construção de olhares sobre o passado, a tripla condição de autor, ator e testemunha dos fatos que marcam o advento do século XXI e suas incertezas recaem diante do perigo de supervalorizar a natureza e intensidade dos processos de mudança diante da eterna busca por um sentido de estabilidade da ordem global.

Do fracasso do horizonte unipolar dos anos 1990 às inconsistências de uma multipolaridade nas últimas décadas, o quadro de crise sistêmica impõe um importante desafio de revisão da trajetória das dinâmicas globais. Nesse exercício, *As Áfricas no Sistema-Mundo Contemporâneo: entre Washington, Moscou e Pequim (1945-2022)* consistiu numa contribuição, ainda que introdutória, acerca dos processos de construção de uma nova ordem no pós-Guerra a partir da afirmação da hegemonia dos EUA e seu posterior e complexo movimento de desagregação. A partir de tal panorama global, a centralidade da discussão no heterogêneo continente africano reside nas complexidades que envolvem seu processo de reinserção externa com o fortalecimento dos movimentos de libertação e a conquista das independências, estabelecendo relações das mais diferentes naturezas com atores de diferentes estaturas na política internacional.

Nesse horizonte, os capítulos apresentados até aqui estabeleceram uma espécie de genealogia dos relacionamentos envolvendo o continente africano e uma superpotência em declínio (os EUA), novos atores globais (Rússia e China), atores emergentes no interior do próprio continente (África do Sul e Egito) e atores emergentes de fora do continente (Índia, Cuba e Brasil). Entre desafios de afirmação de políticas sólidas e multifacetadas na direção dos Estados africanos, além do misto envolvendo expectativa e frustração frente aos projetos de inserção global, tais atores constituíram, ainda que limitadamente, parte do panorama geopolítico que envolveu as Áfricas nas últimas décadas, representando opções possíveis em contextos de diversificação das relações externas ou importantes vetores de constituição da inserção internacional de diferentes Estados.

Entre a Guerra Fria e suas peculiaridades temporais e estratégicas, além do atual quadro de desordem mundial, um estudo sobre a correlação de forças na política internacional e seu reflexo no continente africano demonstra a existência de particularidades que justificam a existência de um olhar específico para suas diferentes regiões no tocante à interação com as dinâmicas globais. Por exemplo, se a hegemonia estadunidense assumiu uma formatação mais sólida ao longo de quase 20 anos no pós-Segunda Guerra, suas dificuldades em se estabelecer firmemente no continente africano assumiram a condição de característica histórica ao longo de diferentes décadas. Por outro lado, atores de menor estatura como Cuba, envolvidos em diferentes problemas de ordem doméstica e regional, exerceram

um conjunto de ações em território africano que superaram e muito as capacidades reais de exercício de uma projeção externa sólida.

Nesse jogo de surpresas, os tempos atuais reforçam a valorização das especificidades. Envolvida diretamente num conflito em seu entorno estratégico e alvo de diferentes ações voltadas para a promoção de uma espécie de isolamento internacional, a Rússia se vê diante de uma perspectiva de diagnóstico de sua influência geopolítica no continente, construindo alternativas às pressões ocidentais mesmo diante de uma capacidade econômico-financeira inferior que seus algozes na Europa Ocidental e nas Américas.

Entre identidade e pragmatismo, comércio e cooperação, ampliação de zonas de influência e demonstração de solidariedade, além de projeção internacional e perspectiva de construção de uma nova ordem global, a produção de uma história sobre as relações internacionais do continente africano incorporou os diferentes desafios envolvendo as difíceis travessias na direção das independências políticas, os impasses acerca das estratégias e práticas na direção do desenvolvimento econômico e social, além das incertezas observadas diante do advento de cenários geopolíticos que transitaram entre maior margem de manobra e formação de constrangimentos à atuação externa.

Inseridas nos contextos mais gerais de desenvolvimento de estratégias globais de ação, as relações entre EUA e o continente africano transitaram entre o exercício de uma ambiguidade diante do avanço da descolonização e as frustradas tentativas de produção

de consenso acerca de agendas consideradas prioritárias para Washington, tais como o combate ao comunismo, a expansão do capitalismo de corporações e a defesa de supostos princípios como democracia e direitos humanos. Nas décadas após a Guerra Fria, a política estadunidense continuou a sofrer com vacilações, exemplificadas nas dificuldades de reposicionamento diante do advento de um novo quadro de competição estratégica envolvendo o continente negro.

Entre os novos atores globais, Rússia e China despontam como dois dos principais expoentes no movimento de diversificação das relações internacionais das Áfricas. No jogo entre aproximação e distanciamento, Moscou aponta com a possibilidade de uma estratégia de ação multifacetada, envolvendo a elevação de sua presença em setores estratégicos como segurança e defesa, cooperação em projetos de infraestrutura e a ativação de uma memória positiva acerca do papel da URSS nos tempos da luta anticolonial. De olho no passado, as relações entre o Kremlin e as Áfricas assumiram um caráter importante nos tempos de afirmação geopolítica da superpotência, estabelecendo não apenas condições para o desenvolvimento de uma ampliação geográfica da Guerra Fria, como também apoio a diferentes reivindicações dos atores continentais.

Em relação à Pequim, uma narrativa que evoluiu da condição de coadjuvante diante da competição soviético-estadunidense ao alcance de certo protagonismo no fim da Guerra Fria assume o caráter de linha-mestra desse relacionamento. Incorporada dentro dos objetivos mais centrais de desenvolvimento do país,

os múltiplos sentidos das relações sino-africanas nas últimas décadas demonstram a perspectiva de afirmação consciente de uma alternativa ao ocidente, estabelecendo novas condições de cooperação e comércio. Apesar disso, tal presença ainda assume certa controvérsia diante das assimetrias existentes entre os Estados envolvidos e das práticas consideradas em desacordo com as expectativas de atores envolvidos direta ou indiretamente nesse processo.

Do mundo emergente, perspectivas de projeção continental e transcontinental fizeram das Áfricas um importante vetor de inserção externa. Dos anseios por uma liderança egípcia no ontem ou sul-africana no hoje, o complexo quadro da política continental evidencia a existência de múltiplos desafios para a construção de hegemonia interna. Noutra face da moeda, Estados com vínculos seculares projetaram diferentes expectativas acerca do papel do continente em suas respectivas políticas externas, numa relação que envolveu complexamente solidariedade, pragmatismo e realismo. Brasil, Índia e Cuba foram e, ainda são, historicamente representantes de tais tendências.

No caso indiano, no seio de relações forjadas ao longo de séculos de contato, as páginas contemporâneas dessa história envolveram a valorização de uma solidariedade terceiro-mundista e a produção de iniciativas direcionadas à materialização do compromisso de Nova Delhi com a descolonização, o combate ao racismo e a luta por uma nova ordem internacional. Em sintonia com as reformas econômicas operadas no país nas últimas décadas do século XX, o contato entre as duas

partes do mundo indico assumiu um caráter relativamente multifacetado, impulsionando o desenvolvimento comercial e a cooperação em setores estratégicos como energia, saúde e educação.

Em relação à ilha caribenha, o continente africano representou a expansão da fronteira simbólica de sua própria revolução. Na coexistência entre um vetor socialista e um vetor terceiro-mundista de inserção, a presença cubana na África se revelou decisiva diante da produção de diferentes formas de cooperação, inclusive militar, com diferentes países. Sobre o Brasil, a produção de uma política oscilante ao longo de várias décadas refletiu os impasses envolvendo as diferentes estratégias de inserção internacional perseguidas pelo país. Como fronteira dos níveis de autonomia e universalização da PEB, a diplomacia brasileira se viu diante do desafio de construção de laços multifacetados e ampliados geograficamente, representando, ainda na atualidade, duas questões centrais dentro das dificuldades registradas na produção de uma política considerada como sólida.

Se não cabe aos historiadores estabelecer prognósticos acerca dos possíveis rumos da atual fase de transição hegemônica, a leitura sobre o passado nos oferece importantes chaves de interpretação da atual realidade. Como exposto ao longo dos capítulos deste livro, o atual quadro de competição estratégica não constitui, em si, uma excepcionalidade nas relações africanas com as dinâmicas do sistema global. Como em outros contextos, a elevação da margem de manobra dos atores locais e regionais consiste em uma importante movimentação internacional que esteve muito longe de

ser uma operação simplista. Teses como a existência de uma suposta nova Guerra Fria ou da emergência de novos imperialismos na direção do continente exigem certa cautela no olhar do analista internacional, especialmente diante do que no hoje se constitui como um mundo em mudança.

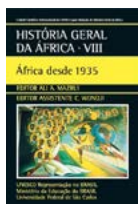
Sem existir hoje uma alternativa sistêmica consolidada e disposta a exportar um determinado modelo de organização político-social, além das mais diferentes relações estabelecidas entre os atores considerados junto ao continente, as Áfricas na atual fase de desenvolvimento do sistema mundial ocupam uma posição importante no quadro das transformações globais, criando condições para a reativação das lutas pelo seu próprio desenvolvimento e até mesmo maior exercício de participação na política internacional. Contudo, tais esforços somente serão consolidados diante de relações assertivas com a diversidade de atores que compõem o atual estágio da política global, bem como do advento de uma nova fase de enfrentamento dos históricos problemas sociais.

Aos leitores que aqui chegaram, se esta obra fez avançar seu interesse em relação à história e a geopolítica do continente africano, este autor se considera satisfeito com o objetivo principal de seus escritos. Conforme pontua Valdemir Zamparoni, se em nossas histórias “tínhamos negros e até mesmo africanos mas nada de África” (2007, p. 46), o desafio de reconhecimento da trajetória de um continente heterogêneo e dinâmico não se resume apenas aos poucos verbetes encontrados nos livros didáticos, às rasas considera-

ções do noticiário internacional ou mesmo ao avanço perceptível ocorrido nas produções acadêmicas sobre. Diante de um Atlântico que nos uniu e nos separa, a outra costa continua pouco perceptível aos olhos daqueles que se ocupam de temas internacionais. Num mundo em mudança, a travessia oceânica na direção do centro geográfico do globo parece ser um movimento importante daqueles que propõem ocupar algum protagonismo no cenário internacional.

PARA SABER MAIS:

Considerando a literatura mais geral sobre a História da África, em língua portuguesa, apontamos as seguintes contribuições acadêmicas e intelectuais para aqueles que eventualmente desejam ampliar suas discussões sobre a trajetória contemporânea do continente negro.



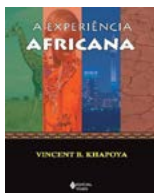
História Geral da África (volume 8)

Reunindo contribuições de africanistas de diversas partes do mundo, os artigos em questão traçam um grande panorama político, econômico, social e cultural da trajetória de diversas partes do continente entre as vésperas da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1980. Após décadas de sua produção, ainda é considerado uma das principais referências acadêmicas para o estudo das Áfricas aqui no Brasil.



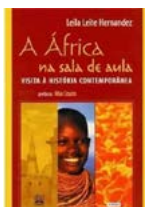
África Negra (volume 2)

Autoria de Elikia M'Bokolo, o tomo em questão reconstitui parte da História da chamada África Negra desde o século XIX até o advento do século XXI. Numa perspectiva interdisciplinar e transitória por diferentes realidades espaço-temporais, trata-se de uma contribuição de fôlego acerca do desenvolvimento das sociedades africanas na Idade Contemporânea.



A Experiência Africana

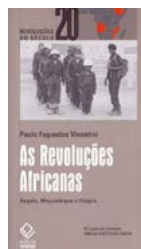
Também assumindo características de uma obra introdutória ao estudo das Áfricas, com ênfase para os territórios situados ao Sul do Saara, Vincent B. Khapoya traça um importante panorama histórico, político, econômico e sociológico de desenvolvimento das sociedades africanas, com ênfase para o período contemporâneo. Suas contribuições sobre as relações internacionais constituíram importantes pontos de partida para essa obra.



África na sala de aula: visita à História Contemporânea

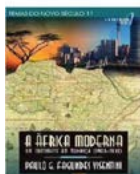
Também na perspectiva de construção de uma História mais abrangente sobre o continente no período contemporâneo, Leila Hernandez desenvolve um importante estudo que reúne desde sua experiência no ensino de História da África até uma espécie de balanço crítico sobre a bibliografia especializada.

251



Revoluções Africanas

Integrante da coleção Revoluções do Século XX, a contribuição de Paulo Fagundes Vizentini ao estudo dos processos revolucionários africanos nos anos 1970 se notabiliza pela identificação das principais características históricas que envolveram os esforços de construção de um socialismo de bases nacionais. Entre o doméstico e o sistêmico, o autor destaca os desafios de enfrentamento das mais diferentes formas de subordinação nas estruturas do capitalismo.



A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)

Mais uma obra de autoria de Paulo Fagundes Vizentini. Trata-se de um estudo das principais fases de desenvolvimento político e econômico do continente após a Era das Independências. Também em diálogo com o estudo das relações internacionais, este autor demonstra as diferentes estratégias de enfrentamento ao legado colonial e os desafios de reinserção plena no sistema global.



Um Rio chamado Atlântico

Considerado um dos primeiros intérpretes da História da África e das relações Brasil - África no país, o diplomata Alberto da Costa e Silva desenvolveu alguns escritos que versam sobre o papel das interações a partir do mundo Atlântico na formação da sociedade brasileira, além de análises que, levando em consideração a sua experiência no continente negro, apresentam panoramas contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- ACHRAINER, Christian. 2023. Egyptian Foreign Relations Under al-Sisi: External Alignments Since 2013. Routledge: London; New York.
- AHRAM ONLINE. 2023. FACTBOX: Egypt's trade Exchange with members of Brics bloc.. 24/08/2023. Disponível em: Factbox: <https://english.ahram.org.eg/News/507185.aspx>. Acesso em: 08 nov. 2024
- ALEXANDER, Anne. 2009. Mubarak in the international arena. In: EL-MAHDI, Rabab; MARFLEET, Philip. Egypt: the moment of change. London; New York: Zed Books.
- ALMEIDA, Elga Lessa. 2017. Do outro lado do Atlântico: as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os países africanos desde o século XX. Caderno do CEAS, Salvador, v. 241, n.241, p.445-476, mai./ago.
- ANDERSON, Perry. 2015. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo.
- ANDERSON, Perry. 2018. Duas Revoluções: Rússia e China. São Paulo: Boitempo.
- ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. 1989. Antisystemic movements. New York: Verso.
- ARRIGHI, Giovanni. O século XX. 1996. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. 2001. Caos e Governabilidade no moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro: Contraponto.

- ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. 2010. O Pan-Africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- BANCO MUNDIAL. 2024. Datos (Crecimiento del PIB Oriente Medio Y Norte de África). Disponível em: https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=region&end=2023&locations=ZQ&name_desc=false&start=2002. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BANCO MUNDIAL. 2024. Datos (Crecimiento del PIB África al sur del Sahara). Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=default&end=2023&locations=ZG&start=2002&view=chart>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2012. De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2013. A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2016. A desordem mundial: o espectro total da dominação. Rio de Janeiro: José Olympio.
- BARABANOV, Oleg *et al.* 2023. Russia and Africa: An audit of relations. Moscow: Valdai Discussion Club Report.
- BARBOSA, Muryatan S. 2020. A razão africana: breve história do pensamento contemporâneo. São Paulo: Todavia.

- BENACHENHOU, Abdellatif. 2013. Países emergentes. Brasília: FUNAG.
- BERI, Ruchita. 2011. *Evolving India – Africa Relations: Continuity and Change*. Konrad Adenauer Stiftung.
- BETHELL, Leslie (Org.). 1991. *Historia de América Latina: America Latina Independiente, 1820-1870*. Barcelona: Editorial Crítica.
- BETHELL, Leslie (Org.). 1998. *Historia de América Latina: México Y El Caribe desde 1930*. Barcelona: Editorial Crítica.
- BHATTACHARYA, Sanjukta Banerji. 2010. *Engaging Africa: India's interests in the African continent, past and present*. In: CHERU, Fantu; OBI, Cyril (Orgs.). *The rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions*. London; New York: Zed Books.
- BRAUDEL, Fernand. 2009. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: século XV-XVIII: o tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes.
- ČAVOKI, Jovan. 2022. *Non – Aligned Movement Summits: A History*. London: Bloomsbury Academic.
- CENTRE FOR INTERNATIONAL RESEARCH. 2023. *India Africa Trade*. New Delhi: Confederation of Indian Industry.
- CERVO, Amado Luiz. 2008. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. 2011. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, UNB.

- CHANAIWA, David. África Austral. 2010. In: In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- CHENNTOUF, Tayeb. 2010. O Chifre da África e a África Setentrional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- CHINWEIZU. 2010. A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- COSTA, Florência. 2015. Os indianos. São Paulo: Contexto.
- DANTAS, Raymundo de Sousa. 1965. África Difícil: missão condenada. Rio de Janeiro: Leitura.
- DÁVILA, Jerry. 2011. Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra.
- DER THIAM, Iba; MULIRA, James. 2010. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília, DF: UNESCO.
- DESSOUKI, Ali E. Hillal. 2008. Regional Leadership: Balancing off Costs and Dividends in the Foreign Policy of Egypt. In: DESSOUKI, Ali E. Hillal; Korany, B. (Ed.). The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Globalization. Cairo: The American University in Cairo Press.

- DICKEN, Peter. 2010. *Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. São Paulo: Bookman.
- DUIGNAN, Peter; GANN, L. H. 1984. *The United States and Africa: A History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EDMONDSON, Locksley. 2010. África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO.
- FALOLA, Toyin; NJOKU, Raphael Chijioke. 2020. *United States and Africa relations, 1400s to the present*. Yale: Yale University Press.
- FRANCISCO, Flávio *et.al.* 2021. O realinhamento brasileiro e o fim da África Estratégica. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana (Orgs.). *As Bases da Política Externa Bolsonaroista*. Santo André: UFABC.
- GASBARRI, Flavia. 2020. *US Foreign Policy and the End of the Cold War in Africa: A bridge between global conflict and the New World Order, 1988-1994*. London; New York: Routledge.
- GOLDSCHMIDT JR, Arthur. 2008. *A Brief History of Egypt*. New York: Facts on File.
- GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. 2017. *Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015)*. Brasília: FUNAG.
- GORBATCHEV, Mikhail. 1986. *Perestroika: Novas Ideias para o meu país e o Mundo*. São Paulo: Best Seller.

- HAFFNER, Jacqueline A; SAUTER, Betina Thomaz. 2020. A mudança na estratégia econômica da Índia e seus desafios da ‘taxa de crescimento hindu ao desenvolvimento acelerado’. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v.11, n. 53, p. 48-66, jan./mar.
- HALLIDAY, Fred. 2007. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS.
- HEALE, M. J. 1991. *A Revolução norte-americana*. São Paulo, SP: Ática.
- HEIKAL, Mohamed Hassanein. 1972. *Les documents du Caire*. Paris: Flammarion.
- HERNANDEZ, Leila Leite. 2008. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.
- HINNEBUSCH, Raymond; SHAMA, Nael. 2014. The Foreign Policy of Egypt. In: HINNEBUSCH, Raymond; SHAMA, Nael; Ehteshami, A. (Ed.). *The Foreign Policies of Middle East States*. Boulder; London: Lynne Rienner Publishers.
- HOBBSAWM, Éric J. 2017. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOURANI, Albert. 2005. *O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOURANI, Albert. 2006. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HRBEK, I. 2010. A África Setentrional e o Chifre da África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO.

- ISMAEL, Tareq Y. 2005. The communist movement in the Arab World. New York: Routledge.
- JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. 2013. Desventuras de alguns críticos da Política Externa do Governo Lula. Lua Nova, São Paulo, n. 89, p. 275-295.
- JOHN'S HOPKINS CHINA – AFRICA RESEARCH INITIATIVE. 2023. China's Exports to African Countries. Aug. Disponível em: <https://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade> Acesso em: 8 nov. 2024
- KARNAL, Leandro *et al.* 2007. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto.
- KENNEDY, Paul. 1989. Estabilidade e mudança num mundo bipolar, 1943-1980. In: KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus.
- KHAPOYA, Vicent B. 2016. A Experiência Africana. Petrópolis: Vozes.
- KODJO, Eden; CHANAIWA, David. 2010. Pan-Africanismo e Libertação. In: In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- LAGE, Victor Coutinho. 2007. Os debates em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista. In: Fronteiras, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.101-121.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. 2010. O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro.

- LINHARES, Maria Yedda Leite. 1953. As relações anglo-egípcias e o Sudão (Março 1950 – novembro 1951). Tese de concurso em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro.
- MARTINS, Estevão Rezende. 2012. História das Relações Internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier.
- MAZRUI, Ali A. 2010. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). História Geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO.
- M’BOKOLO, Elikia. 2009. África Negra: história e civilizações. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas.
- MENEZES, Gustavo Rocha de. 2013. As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: FUNAG.
- MEREDITH, Martin. 2017. O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganâncias e desafios. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. 2020. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-19.
- MUNANGA, Kabengele. 2018. Passado e presente nas relações África- Brasil. JORGE, Nedilson [Org.]. História da África e relações com o Brasil. Brasília: FUNAG.

- MUNHOZ, Sidney J; ROLLO, José Henrique. 2015. Détente e détentés na época da Guerra Fria (Décadas de 1960 e 1970). *Revista Esboços*, Florianópolis, v.21, n.32, p. 138-158
- MUNHOZ, Sidney J. 2020. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris.
- NASSER, G. A. 1963. *A Revolução no Mundo Árabe*. Trad. Luiz Toledo Machado. São Paulo: EDARLI.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. 2005. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- NWAEZEIGWE, Nwankwo T. 2021. Black Africa and the Nasser-Gaddafi Neo-colonial phenomenon: A Historical Analysis of the Dynamics of Black Africa-Arab Relations. *Archives of Political Science Research*, n. 1, v. 2, p. 1-14.
- OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinícius Henrique. 2020. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v.15, n. 3, p. 129–150.
- OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. 2010. A Política e o Nacionalismo na África, 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco.
- OTÁVIO, Anselmo. 2021. De George W. Bush a Donald J. Trump: a África na Política Externa dos Estados Unidos, 2001-2020. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 12, n. 58, abr/jun.
- PENNA FILHO, Pio. 2023. A África no século XXI. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, n. 6, p. 59-79.

- PENNAFORTE, Charles. 2020. Movimentos Antissistêmicos e Relações Internacionais: uma perspectiva teórica para compreender o sistema-mundo. Pelotas: UFPel.
- PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo. 2020. A (Re)emergência do Brics e o reordenamento de poder na Geopolítica Contemporânea. In: Austral: Revista de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 87-106, jun/dez.
- PENNAFORTE, Charles. 2023. Análise dos sistemas-mundo: uma introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. Pelotas: UFPel.
- PEREIRA, Analúcia Danilewicz. 2012. A Revolução Sul-Africana. São Paulo: UNESP.
- PEREIRA, Analúcia Danilewicz. 2016. A Política Africana de Cuba: idealismo ou pragmatismo? Revista Brasileira de Estudos Africanos, v. 1, n. 2, p. 112-123, jul./dez.
- POMAR, Wladimir. 2003. A Revolução Chinesa: São Paulo: UNESP.
- PRASHAD, Vijay. 2012. Las Naciones Oscuras: una historia del Tercer Mundo. Barcelona: Ediciones Península.
- RALSTON, Richard David; MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. BOAHEN, Albert Adu (Org.). 2010. História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco.
- RAMI, Ginat. 2004. Nasser and Soviets: A Reassessment. PODEH, Elie; WINCKLER; Onn. Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt. Gaineville: University Press of Florida.

- RICUPERO, Rubens. 2017. A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal.
- RODNEY, Walter. 1975. Como a Europa Subdesenvolveu a África. Lisboa: Seara Nova.
- RODRIGUES, José Honório. 1961. Brasil e África: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Milton. 2001. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. 2005. O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA.
- SANTOS, Mateus José da Silva. 2022. “O interesse por um presente que é seu”: O tempo-presente da Política Externa e os desafios para a escrita da História. *Revista Intellector*, v. 18, n. 36, p. 45-51.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. 1993. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. In: *Revista de informação legislativa*, Brasília, v. 30, n. 118, p. 219-236, abr./jun.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. 1996. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora UnB.
- SARAIVA, Miriam Gomes. 2014. Balança da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 44, pp. 25-35.
- SAUVY, Alfred. 1986. Trois Mondes, Une Planète. In: *Vingtième Siècle: Revue d’histoire*, n. 12, out. / dez., p.81-83.

- SEGRILLO, Angelo. 2000. O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbatchev ao Pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes.
- SEGRILLO, Angelo. 2012. Os Russos. São Paulo: Contexto.
- SELIM, Gamal M. 2020. Egyptian Foreign Policy after the 2011 revolution: the dynamics of continuity and change. *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 1, n. 49.
- SOARES, G. F. S. 1986. Estudos de África I: A emergência dos novos Estados africanos ao Sul do Sahara, suas relações com as antigas metrópoles e as demais nações desenvolvidas. *Revista da Faculdade de Direito, São Paulo*, v. 81, p. 60-97, jan.
- SOARES; Felipe Paiva. 2019. A Biblioteca do Selvagem: Leitura e Revolução na África Colonial: Os casos de Gamal Abdel Nasser e Kwame Nkrumah. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- STUENKEL, Oliver. 2017. Brics e o futuro da ordem global. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra.
- TAIBÓ, Carlos. La Rusia Contemporánea y el mundo: entre la rusofobia y la rusofilia. Madrid: Catarata, 2018.
- US Census Bureau. 2024. Trade in Goods with Africa (1997-2024).
- VÉLEZ, Federico. 2016. Latin American revolutionaries and the Arab world: from the Suez Canal to the Arab spring. Burlington: Ashgate Publishing Company.

- VIEIRA, Maíra Baé Baladão. 2012. A Política Externa Indiana para a África no século XXI: condicionantes domésticos e sistêmicos. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- VIEIRA, Pedro. 2021. Immanuel Wallerstein: de Africanista a Criador da Análise dos sistemas-mundo. *Reorient*, v. 1, n. 1, p. 136-139.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2005. A Guerra Fria. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). O século XX: O tempo das Crises: Revoluções, Fascismos e Guerras. 3ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2010. A África Moderna: continente em mudança (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2011. O Dragão Chinês e o Elefante Indiano. Porto Alegre: Leitura XXI.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2012. As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia: São Paulo: UNESP.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2014. O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. 2022. Rússia face ao Ocidente. São Paulo: Edições 70.
- VOIGT, Márcio Roberto. 2007. A Análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das relações internacionais. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 101-118.

- WALLERSTEIN, Immanuel. 2004. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 2017. The World-System and Africa. New York: Diasporic Africa Press.
- WESTAD, Odd Arne. 2018. La Guerra Fría: una historia mundial. Barcelona: Galaxia Gutemberg.
- ZAMPARONI, Valdemir. 2007. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 46-49, jun.

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

ACROTERION. 2022. Deng Xiaoping followed by Zhuo Lin at welcoming ceremonies at Dobbins Air Force Base, near Atlanta, Georgia, USA on February 1, 1979. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Deng_Xiaoping_arrival_at_Dobbins_Air_Force_Base_Atlanta_1979-9.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

AL-AHRAM. 2010. President Gamal Abdel Nasser of Egypt (right) with the Leader of the Libyan Revolution, Muammar al-Gaddafi, 1969. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Nasser_Gaddafi_1969.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

AUTOR DESCONHECIDO. 2006. Gamal Abdel Nasser and Nikita Krushev. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gamal-002.jpg>. Acesso em: 09 nov. 2024.

AUTOR DESCONHECIDO. 2011. Zhou Enlai at Geneva on April 26, 1954. In: WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Zhou_Enlai_at_Geneva.jpg. Aceso em: 09 nov. 2024.

AUTOR DESCONHECIDO. 2017. Mengistu Haile Mariam, 1978-1979. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mengistu_Haile_Mariam_4.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

AUTOR DESCONHECIDO. 2021. Gamal Abdel Nasser in Morocco, 1961. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gamal_Abel_Nasser_in_Morocco.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

AUTOR DESCONHECIDO. 2023. Delegates for 4th Pan African Congress in New York on Aug 1, 1927. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Delegates_for_4th_PAC_in_New_York_1927.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024

AUTOR DESCONHECIDO. 2023. Mao Zedong at Tiananmen Square in 1965. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mao_Tse_tung_in_1965_Color.png. Acesso em: 09 nov. 2024.

AZIZ3D. 2013. Ben Bella and Fidel Castro in Havana on October 20, 1962. In: WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ben_Bella_a_la_Havane_-_Cuba.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

- KKHARRIS. 2007. Giovanni Arrighi lecture in South Africa on April 18, 2007. In: WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a2/2007_Giovanni_Arrighi_lecture_in_South_Africa.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.
- KORDA, Alberto. 2013. Che Guevara, Guerrillero Heroico. In: WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Che_Guevara,_Guerrillero_Heroico.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.
- KOUPRIANOV, Alexei. 2008. Immanuel Wallerstein in the European University at St Petersburg on May 24, 2008. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Immanuel_Wallerstein.2008.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.
- KREMLIN. The Presidential Press and Information Office. 2023. Russia – Africa Summit 2019. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Russia-Africa_Summit_\(2019-10-24\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Russia-Africa_Summit_(2019-10-24).jpg). Acesso em: 09 nov. 2024.
- LOMMES. 2017. One Belt One Road. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:One-belt-one-road.svg>. Acesso em: 09 nov. 2024.

MANDELMANN, Erling. 2010. Alfred Sauvy, 1983. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfred_Sauvy_\(1983\)_by_Erling_Mandelmann_-_2.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfred_Sauvy_(1983)_by_Erling_Mandelmann_-_2.jpg). Acesso em: 09 nov. 2024.

MEHMETEAERGUN; NOBELIUM. 2007. Countries of Africa, with date of Independence. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Africa_independence_dates.svg. Acesso em: 09 nov. 2024.

OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. 2022. President Biden, Secretary Blinken and President Sall of Senegal at the 2022 US-Africa Summit Leaders Session. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:President_Biden,_Secretary_Blinken_and_President_Sall_of_Senegal_at_the_2022_US-Africa_Summit_Leaders_Session.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

PRIME MINISTER'S OFFICE, Government of India. 2015. 3rd India-Africa Forum Summit, in New Delhi on October 28, 2015. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:3rd_India-Africa_Forum_Summit_9.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

- ROWE, Abbie. 2017. President John F. Kennedy Meets with the President of the Republic of Ghana, Osa-gyefo Dr. Kwame Nkrumah on March 8, 1961. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kwame_Nkrumah_1961-03-08.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.
- SCULL, David. 2023. Boris Yeltsin on November 18, 1999. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Boris_Yeltsin_1999-11-18_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Boris_Yeltsin_1999-11-18_(cropped).jpg). Acesso em: 09 nov. 2024.
- SOKOLOV, S. 2022. The Soviet Union 1961 CPA 2576 Stamp (The Struggle for the Liberation of Africa, Patrice Lumumba). In: WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Soviet_Union_1961_CPA_2576_stamp_\(The_Struggle_for_the_Liberation_of_Africa._Lumumba_\(1925-1961_\),_premier_of_Congo\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Soviet_Union_1961_CPA_2576_stamp_(The_Struggle_for_the_Liberation_of_Africa._Lumumba_(1925-1961_),_premier_of_Congo).jpg). Acesso em: 09 nov. 2024.
- STUCKERT, Ricardo. 2023. Lula da Silva and Muammar Gaddafi on July 1, 2009. In: WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:2009-07-01_Lula_da_Silva_and_Muammar_Gaddafi.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

WHITE HOUSE (PETE SOUZA). 2009. President Barack Obama and First Lady Michelle Obama, along with Malia and Sasha, participate in a departure ceremony at Accra airport in Ghana on July 11, 2009. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Obama_family_departure_from_Ghana.jpg. Acesso em: 09 nov. 2024.

XTHEBEDROCKX. 2022. Angolan Civil War. WIKIMEDIA COMMONS, a midiateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angolan_civil_war_\(1970s\).png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angolan_civil_war_(1970s).png). Acesso em: 09 nov. 2024.

ABREVIATURAS E SIGLAS

Africom – Comando dos Estados Unidos para a África

Agnu – Assembleia Geral das Nações Unidas

Agoa – Lei de Crescimento e Oportunidades para a África

ASM – Análise dos sistemas mundo

Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CNA – Congresso Nacional Africano

Comesa – Mercado Comum da África Oriental e Austral

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

EUA – Estados Unidos da América

Fenu – Força de Emergência das Nações Unidas

FLN – Frente de Libertação Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique

Gatt – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

Ibas – Fórum Índia – Brasil – África do Sul

MNA – Movimento dos Não Alinhados

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

Nepad – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

Noei – Nova Ordem Econômica Internacional

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da Unidade Africana

PAE – Programas de Ajuste Estrutural

PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PCCh – Partido Comunista Chinês

Renamo – Resistência Nacional Moçambicana

SADCC – Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral

Swapo – Organização do Povo do Sudoeste Africano

UE – União Europeia

Unita – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Tazara – Estrada de Ferro Tanzânia – Zâmbia

Zopacas – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SOBRE O AUTOR

Mateus José da Silva Santos

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Graduado e mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Desenvolve pesquisas envolvendo a História da África Contemporânea desde 2016, com destaque para os estudos sobre as relações Brasil – Egito no pós-Guerra e a Política Externa Brasileira na contemporaneidade, incluindo as interações com o continente negro. Temas de Interesse: Política Externa Brasileira; Geopolítica; África e Relações Internacionais; Análise dos sistemas-mundo. Atualmente é membro pesquisador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (Labgrima).

Este livro é composto pelas fontes
Liberations Serif e Barlow Condensed

Em tempos de crise sistêmica, qual o lugar do continente africano no quadro das transformações globais? No diagnóstico da existência de uma competição estratégica envolvendo uma potência em declínio, novos atores globais e Estados emergentes de dentro e de fora do continente, as Áfricas desempenham um lugar de destaque nas relações internacionais contemporâneas, diversificando suas parcerias, consolidando novas tendências de desenvolvimento e integração, além de mostrar padrões de relacionamento e enfrentamentos de desafios que contrastam com tendências mais gerais da [de]sordem global.

O objetivo deste livro, enquanto parte da coleção Dinâmicas Contemporâneas – História, Geopolítica & Relações Internacionais, é oferecer uma visão histórica geral sobre os desafios enfrentados pelo continente africano em seu processo de reinserção nas dinâmicas do sistema-mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Centrado na avaliação da trajetória de relacionamento com diferentes atores, analisa-se as principais tendências que envolveram a participação africana em diferentes processos como a Guerra Fria, o surgimento do Terceiro Mundo e as incertezas globais que se acumulam desde o fim da URSS.